

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS**

GLÊNIO AUGUSTO MUNDIM

A resistência Indígena no século XVI

Proposta de abordagem da história indígena no Ensino Fundamental II

Uberlândia – MG

2021

GLÊNIO AUGUSTO MUNDIM

A resistência Indígena no século XVI

Proposta de abordagem da história indígena no Ensino Fundamental II

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História.

Orientador: André Fabiano Voigt

**Uberlândia – MG
2021**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Glênio Augusto Mundim

A resistência Indígena no século XVI: proposta de abordagem da história indígena no Ensino Fundamental II

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História.

Orientador: André Fabiano Voigt

Uberlândia, 07 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. André Fabiano Voigt – INHIS UFU – Orientador

Professor Dr. Paulo Sérgio da Silva – INHIS UFU – Examinador I

Professor Me. Gabriel Passold (Prefeitura Municipal de Uberlândia) Examinador II

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são notórios aos meus familiares, em especial, aos meus pais e esposa, aos meus irmãos e amigos, que sempre incentivaram meus estudos. Agradeço aos professores do Instituto de História da UFU pela dedicação com a qual ministram as aulas, por sua busca intensa pela valorização dos conhecimentos históricos e preocupação com a humanidade. Agradeço, especialmente, à minha avó Maria Abadia de Jesus, que, além de acreditar em minhas escolhas, sempre se dedicou a me conduzir em minha caminhada, com palavras de incentivo, tanto nos momentos satisfatórios quanto nos momentos difíceis. Para mais, agradeço também ao professor André Fabiano Voigt, por orientar e se empenhar na produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho visa discutir e auxiliar na produção de material didático, seja de livros didáticos em história ou na produção de atividades ou artigos acadêmicos, no que tange à resistência dos povos indígenas, em especial, aos momentos de escravidão dos povos indígenas e sua transição para a escravidão africana no século XVI, em comparação à luta pelos direitos adquiridos e suprimidos na contemporaneidade, trazer aspectos sobre a história dessa população antes e após a chegada dos europeus no que for possível, muito pouco visualizada na história do ensino fundamental II em especial ao 6º e 7º anos. Este trabalho tem por principal aspecto contribuir com a comunidade escolar no foco dos professores de história e na possibilidade de composição de materiais didáticos, livros didáticos e diversos tipos de material docente e discente, de uso nas aulas do ensino básico. Há uma preocupação com as fontes históricas e também com conceitos históricos que julgamos extremamente necessários, para que possam compreender e valorizar os povos indígenas e suas culturas, seu protagonismo e como sujeito histórico fundamental para a compreensão da história desse país. Há um propósito de trazer uma linguagem mais aproximada da luta social desses povos, reconhecendo seu passado pelos direitos constituídos dentro das leis fundamentais da Constituição Federal de 1988 e da lei 11.645 de março de 2008 que inclui a história indígena dentro do ensino fundamental e médio no país no propósito de entendimento do problema da diversidade no Brasil.

Palavras-chave: história indígena; Brasil Colonial; ensino de História.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – OS POVOS INDÍGENAS	16
1.1 Conceito e uma breve viagem pela historiografia sobre os povos indígenas.	16
1.2 Diversidade dos Povos Indígenas	25
1.3 Importância e protagonismo indígena.....	36
CAPÍTULO II – OBSERVAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO INDÍGENA DURANTE O SÉCULO XVI EM ABORDAGENS HISTÓRICAS RECENTES	39
2.1 Visualizações sobre a origem do plantio da cana-de-açúcar	39
2.2 A experiência das Ilhas atlânticas no “Velho Mundo” e sua influência no “Novo Mundo”	43
2.3 A resistência indígena no Novo Mundo colonial século XVI	46
CAPÍTULO III – ESCRAVIDÃO INDÍGENA E TRANSIÇÃO PARA A ESCRAVIDÃO AFRICANA.....	55
3.1 Da resistência à escravidão	55
3.2 Da escravização indígena à africana	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

Na constituição federal de 1988, os povos indígenas obtiveram o direito de *permanecer* como povos indígenas em relação a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.¹

No que tange especificamente à área da educação, temos o seguinte dispositivo constitucional:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.²

Com relação à cultura:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.³

Nossa proposta, além de trazer na introdução deste trabalho a trajetória da construção de planos de livros didáticos para o país, é a de legitimar a Lei 11.645/2008 que, fundamentada dentro dos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes na Constituição de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dá direitos e defende a obrigatoriedade e inclusão em todos os conteúdos da educação básica, em especial nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes:

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Art. 231 da Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp>. Acesso m: 24 abr. 2021.

² BRASIL. Constituição (1988). **Art. 210 da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_210_.asp>. Acesso em: 24 abr. 2021.

³ BRASIL. Constituição (1988). **Art. 215 da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_210_.asp>. Acesso m: 24 abr. 2021.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.⁴

Outra Lei fundamental para o ensino de história e também dos povos afro-brasileiros é a lei 10.639/2003:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.⁵

Essas leis, portanto, concedem⁶ sua permanência e sua resistência, inserem, por meio de dispositivo legal, esses conteúdos no currículo escolar básico e, especificamente, na área de história. Elas representam muito mais do que apenas uma obrigatoriedade, pois fazem com que se crie uma identidade nacional de reconhecimento a todos os povos e tidas “minorias”. No

⁴ BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁵ BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁶ Apesar de compreendermos que os processos legais de decisão, deliberação e incorporação de novos elementos são relativamente restritos a grupos menores, é importante reconhecer que as concessões realizadas por meio de dispositivos legais não são decisões tomadas *ex nihilo*. O papel da reivindicação e da constante presença dos diversos grupos sociais é fundamental para compreender porque, após longa discussão em foro público, os legisladores realizam determinadas concessões. Não se pode confundir, no uso dessa terminologia, a concessão legal com um papel subalterno ou submisso dos grupos sociais que realizaram suas reivindicações ao longo de décadas. No caso da Constituição de 1988, entendemos que tal processo bilateral não seria diferente.

contexto deste trabalho, trata-se de temas extremamente importantes na composição dos livros didáticos desse país.

De acordo com a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marta Abreu, no que tange aos povos indígenas e africanos, a nova proposta curricular, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vem em consonância com o currículo de história e com a ideia proposta por esse trabalho, de valorização da história internalista:

Nas primeiras páginas, p. 241-243, são expostos os princípios e objetivos gerais que norteiam o Ensino de História na Educação Básica. Destaque especial foi dado para o respeito ‘às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia’, de acordo com a recente legislação educacional brasileira (leis 10.639/03 e 11.645/08). A busca pela valorização das Histórias da África e das Américas, assim como pelo rompimento com um ensino centrado na História europeia também merece todos os elogios.⁷

Esse aspecto de não centralização no ensino de história é caráter norteador deste trabalho e nos faz entender outro vetor fundamental, a forma pela qual podemos fazer uma história comparada, entre realidades diferentes, nos contextos diferentes, como na África e nas Américas, o que traz um entendimento de uma narrativa menos linear, cronológica, e de uma história como processo no tempo e no espaço.

Por conseguinte, sabemos que a lei deve ser instituída, e a partir disso devemos tentar nos posicionar como professores de história ou mesmo como estudantes. Assim sendo, no que se refere ao currículo escolar dos anos finais do ensino fundamental, nesse caso de 6º ao 9º ano, as unidades temáticas expostas na BNCC para os sextos anos se referenciam dentro do seguinte tema: “A invenção do mundo clássico e o contraponto em outras sociedades”. Dentro dos objetivos centrais que estabelece os povos indígenas está: “Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais”.

Desse modo, podemos estabelecer discussões sobre os conceitos históricos, trabalhar a diversidade indígena de forma plena, demonstrar como aconteceu a escravização dos povos indígenas e as múltiplas possibilidades que tentamos disponibilizar neste trabalho. Dentro das habilidades a serem trabalhadas, que estão diretamente ligadas às temáticas aqui contextualizadas, está a habilidade (EF06HI01): “Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas)”, e, nesse momento, trabalha-se com o século XVI, retirando-se a ideia de história no sentido linear e

⁷ ABREU, Marta. **Parecer sobre a BNCC** - Componente Curricular HISTÓRIA – Departamento de História UFF – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Martha_Abreu.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

cronológico, mas sim como um processo. A habilidade fundamental para essa etapa da educação básica no que diz respeito aos povos originários e afrodecendentes é: “Descrever modificações na natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas”. Aqui o contexto da invasão portuguesa e o projeto de povoamento colonizador podem ser discutidos com referência à resistência indígena. Outra habilidade importante é “(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas, e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras”, que podemos utilizar de maneira profunda para trabalhar com os povos indígenas do Brasil e seu contexto nos primeiros anos da economia açucareira e a exploração da mão de obra indígena em um período de constante resistência contra a escravidão.

Em relação ao sétimo ano, a unidade temática que se enquadra dentro das possibilidades de conteúdo, para com a temática discutida, é: “O Mundo Moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias”. Entre seus principais objetivos, aqueles que vão ao encontro de nossa temática de trabalho são: “A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de história” e “A ideia de ‘Novo Mundo’ antes do mundo antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno”. Nesse sentido, temos a possibilidade plena de discussão sobre todos os contextos trabalhados, conceitos relativos aos povos indígenas, discussões sobre diversidade, modo de produção, escravidão e transição de escravidão. A habilidade que merece destaque em nosso modo de ver é: “(EF07HI01) Explicar o significado de ‘modernidade’ e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia”. Aqui, podemos não somente trabalhar dentro dessa concepção europeia, mas descentralizar esse contexto a partir da influência de outros ambientes nesse processo modernizador. Outra habilidade que se relaciona diretamente com as nossas discussões é: “(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico”. Esse é o sentido da discussão, trazer os diversos ambientes os quais evidenciaram todo um projeto de apagamento das tradições indígenas, através da miscigenação e assimilação religiosa, e que incluíram dentro dos projetos a escravização os povos indígenas e posteriormente os povos africanos, e evidenciar a resistência de permanência e seu protagonismo são assuntos a serem discutidos neste trabalho.

Cabe salientar que vamos nos ater apenas a esses dois anos do ensino fundamental II, uma vez que se encaixam melhor nas unidades temáticas dos objetivos e habilidades a serem trabalhados.

Neste trabalho, não se trata apenas de tentar representar os povos indígenas no livro didático, mas de trazer realidades que se orientem pela história brasileira em uma abordagem “internalista” – afastando-se, deste modo, do eurocentrismo como critério de base –, valorizando os povos indígenas, com sua vida de resistência, e, principalmente, apresentando como se deu sua incorporação a uma cultura predominantemente europeia, imposta – portanto, estrangeira ao meio em que essas populações viviam. Intencionamos trazer uma visualização diferente do indígena escravizado, dos primeiros 100 anos de experiências de escravidão indígena em alguns lugares do Brasil, tornando possível observar o processo histórico de “transição” para a escravização dos povos africanos. Por fim, objetivamos ajudar na composição de livros didáticos e também disponibilizar o trabalho em questão como material para professores e alunos em sala de aula. Além disso, procuramos contextualizar um novo olhar sobre as diferentes abordagens históricas a serem trabalhadas nas salas de aula referentes aos povos indígenas e entender que não é no dia do índio que devemos trabalhar os povos originários, mas durante todo o processo escolar. Aqui, atentamo-nos ao ensino fundamental II, mas cabe dizer que, além de ser lei, como mostramos anteriormente, isso deve fazer parte da cultura nacional e dar representatividade aos diferentes sujeitos históricos e a suas contribuições.

O livro didático é um instrumento que carrega diretamente características políticas, subjetivas, ou seja, o ensino aos moldes metodológicos e curriculares, ideológicos e governamentais. Um currículo obrigatório traz consigo uma vertente historiográfica, que ao mesmo tempo pode ou não orientar o estudante para uma visão mais ou menos eurocêntrica, levando-o para alguns problemas de análise mais ampla dos diversos pontos de vista narrativos da história brasileira. O livro didático é o material com o qual os estudantes se deparam nas escolas em primeira mão, sendo, muitas vezes, o instrumento mais utilizado pelos docentes nas escolas. Nele devem existir fontes criteriosas, abrangentes, que obedeçam a critérios não somente pedagógicos, mas didáticos e históricos. Em razão disso, deve-se ter um cuidado com a escolha editorial com os autores a serem utilizados, as referências bem como com os conceitos e desmistificações historiográficas.

As primeiras políticas públicas para o livro didático, em específico para montagem de um programa sobre o livro, aconteceram no “Estado Novo” – o primeiro programa de uma

comissão dos Livros Didáticos, regras, compra e utilização. Assim está especificado na revista de história e no artigo das historiadoras Sônia Regina Miranda e Tânia Regina de Luca “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. Dessa forma, a educação passou a ser um modelador governamental de “Projetos políticos e governamentais”, e o currículo um instrumento ideológico.

No período militar de 1966 a 1976, a censura e a falta de liberdades e de democracia caracterizaram o período como sendo o de investimento para o uso da história nos livros didáticos, nesse caso em favor da militarização. Assim, editoras foram criadas, e o livro didático passou a ser um objeto direto no uso de massificação. O caráter civilizador e patriótico era destaque nessa fase nos livros de história. Cabe entender que é nesse momento que a luta dos professores preocupados com a causa surgirá, para trazer produções independentes, no sentido de modificar os olhares tradicionalistas. As universidades vão passar a ter uma fundamentação diferenciada na composição dos conteúdos, a denunciar tais aspectos que chamam “acríticos”, “manipuladores”, “desmobilizadores”.⁸

Os debates a respeito dos estudantes e de um currículo mais adequado para com a historiografia foram difundidos dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir de 1985, e os profissionais da educação, em especial os docentes, começaram a fazer parte na escolha do material a ser implementado. Isso não significa que não houve “estrangulamento” por parte do Ministério da Educação (MEC), em razão de planejar e criar as leis para que fosse complementado, e também pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que seriam os responsáveis por administrar, escolher e distribuir os materiais. Nesse contexto, grandes problemas surgiram, como a não aceitação das obras que os professores escolhiam, a questão de não haver a distribuição necessária para todos os estudantes e desprezo desses profissionais em relação aos conteúdos propostos nos livros. Dessa forma, podemos entender que a parte administrativa sempre deixou a desejar naquilo que fora planejado dentro dos parâmetros curriculares e também de análise docente.

Por volta de 1996, as mudanças foram acontecendo, com governos menos autoritários, ainda com uma democracia sendo carregada de uma herança militarista. Puderam-se, nessa época, avaliar didaticamente os livros, mesmo assim com diversos conflitos. Os livros de história entre as antigas séries de 5^a a 8^a, hoje 6^o ao 9^o ano, passaram por três programas

⁸ MIRANDA, Sônia Regina; DE LUCA, Tânia Regina de Luca. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, 2004. p. 125

diferentes em 1999, 2002 e 2005. O ano de 2002 se destaca, uma vez que o livro passava a ser avaliado naquele momento em sua coleção, não somente por exemplares separados, e se organizou em editais para venda e pelas editoras. Em 2005, os conteúdos nos livros didáticos em relação aos conceitos adotados, uso de historiografia preconceituosa ou incoerências historiográficas, de valores subjetivos, eurocentrismo, preconceitos de gênero, condição social ou etnia e proselitismo começam a ser analisados como critérios nos editais.

O preconceito, o desconhecimento e o julgamento sem critério, ao longo de toda essa discussão sobre os processos do livro didático no Brasil, nos fazem entender a necessidade de conhecer os povos indígenas da terra de maneira crescente, ampla, saber como foram importantes no contexto histórico e de construção dessa nação, o quanto resistiram para se manterem em seus costumes e crenças e como se deu o processo de luta para se adequarem a uma realidade cultural diferente da europeia, além de sua luta pela terra e manutenção, contra o genocídio, escravização, assimilação religiosa e cultural, em suma: sua resistência.⁹

Outro aspecto fundamental da época que ainda prejudica o cenário nacional de composição dos livros didáticos no Brasil foi a criação de um guia de editoras. Excluíram-se aquelas que não conseguiam concorrer no processo avaliativo de distribuição, um debate teórico-metodológico mais apurado acerca do tema, mas que não conseguiam concorrer com as maiores por falta de condições na distribuição, e também por influências políticas. Com um processo de avaliação criterioso, somente as editoras inclusas nessa listagem podiam concorrer na aprovação de suas coleções. Logo, o livro era visto como “mercadoria” dentro dos processos políticos e administrativos, pois o método adotado e também os aspectos ideológicos não entravam em questão, mas sim a capacidade de organizar coleções aos critérios do MEC e de distribuição, entre outros quesitos administrativos. Assim, percebemos uma monopolização dos setores editoriais por determinadas empresas.¹⁰

⁹ Há aqui a compreensão de que, apesar de nossa crítica a elementos encontrados em diversos livros didáticos acerca do tratamento dado aos povos indígenas nos conteúdos programáticos do Ensino Fundamental, não realizaremos neste momento uma análise mais aprofundada dos próprios livros – suas abordagens, conceitos, ilustrações, etc. – por entendermos que, além de ultrapassarem o objetivo principal deste trabalho, ela tomaria um espaço que certamente iria além de uma monografia de conclusão de curso de graduação em História. Pretendemos, em momentos posteriores de nossas pesquisas, realizar uma comparação mais minuciosa entre os conteúdos expostos nos diversos livros didáticos que tratam do tema e nossa hipótese inicial de um certo desconhecimento a respeito da resistência indígena e de seu protagonismo ao longo dos séculos de história brasileira. Entendemos, portanto, que neste primeiro momento, nossa proposta é a de *oferecer material e informações* – oriundos de diversos autores – que tornem possível ao docente vislumbrar outras possibilidades de abordagem do tema em sala de aula, para além do livro didático.

¹⁰ MIRANDA, 2004.

Conforme o exposto, podemos notar que existem diversos problemas relacionados aos livros didáticos. À vista disso, este trabalho tem por fundamental importância ajudar professores e estudantes na compreensão sobre os povos indígenas e verificar, em meio a essa ferramenta educacional, como a temática está colocada, possibilitando orientações para composição dos livros em relação aos povos indígenas. Para tanto, estruturamos o resultado da pesquisa da maneira que apresentamos a seguir.

No “**Capítulo I**”, a nossa proposta de trabalho encadeou-se na análise de “Os Povos Indígenas”, no conceito, na sua diversidade e importância em relação às possibilidades do conteúdo nos livros didáticos do ensino fundamental II.

No “**Capítulo II**”, procuramos compreender como se deu a colônia de povoamento no Brasil após a Invasão europeia, entender a economia, sociedade e modos de produção sob o olhar da resistência indígena, trazer a influência de modelos como o das Ilhas Atlânticas os quais foram inseridos no contexto do assim chamado “Novo Mundo” e demonstrar que existia um projeto colonizador de dominação centralizado, inicialmente, na mão de obra de povos indígenas e como esses povos resistiram para sua permanência, seu protagonismo como sujeitos históricos.

No “**Capítulo III**”, discutimos sobre o tema “A escravidão Indígena”, sobre a resistência indígena e a transição do trabalho escravo indígena para a escravidão dos povos advindos da África. Ademais, caracterizamos os principais motivos dessa transição e esclarecemos que a escravidão indígena continuará durante todo o período colonial. Desse modo, ambos capítulos têm por finalidade ampliar nossa visualização sobre os povos indígenas e sua participação na história do Brasil e sua importância identitária brasileira.

No final, o concluímos trazendo aspectos sobre a conjuntura atual dos povos, a continuidade de resistência, sua inovação cultural na emancipação pela sobrevivência, sua luta por território e manutenção, e algumas discussões sobre os tempos de Pandemia que assolam nosso país e também as aldeias no Brasil.

Entre os principais propósitos do trabalho estiveram o de analisar e trazer novas possibilidades de discussão para a composição dos livros didáticos de história do ensino fundamental II e utilização nas aulas de história, em especial, para os sextos e sétimos anos dessa etapa. Tivemos por intenção ainda, possibilitar a professores, alunos e comunidade escolar, diversas visualizações sobre os povos indígenas, ou seja, tentar ampliar os conhecimentos em relação ao tema abordado, tendo como base do trabalho a resistência

indígena, mas fazendo comentários diversos sobre a escravização africana e seus processos de resistência, mesmo como perceber certos preconceitos, conceitos históricos e visões de tratamento desses povos dentro da história. Sendo assim, não nos atemos a fazer análises dos livros didáticos do ensino fundamental II, no sentido de não criticar o trabalho dos colegas historiadores, mas buscamos ampliar ou esclarecer certos aspectos nos quais esse trabalho possa ajudar.

CAPÍTULO I – OS POVOS INDÍGENAS

1.1 Conceito e uma breve viagem pela historiografia sobre os povos indígenas.

Observando um estudo feito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora Francis Mary Soares Correia da Rosa, em seu artigo “A invenção do índio”, faz uma relação de como se deu a formação do conceito “Índio” e, assim, traz diferentes pontos de vista em construção de uma visão sobre o termo. Inicialmente, ela trabalha com Leandro Karnal e, posteriormente, com Anibal Quijano. Segundo suas percepções, Karnal, nesse estudo, traz que a chegada equivocada de Cristovão Colombo às Índias é uma questão de um discurso de superioridade biológica e intelectual:

Para o historiador Leandro Karnal (2004), os europeus construíram uma representação do termo ‘índio’ por meio do equívoco geográfico de Colombo, que registrou erroneamente a sua chegada às Índias. Esse ‘equívoco’, como adverte Karnal, foi normatizado no seio de um discurso sobre raça que se formava e imbricado a uma construção hierárquica de valores que, por sua vez, foram respaldados em uma dada suposição de diferenças biológicas, psíquicas e intelectuais entre os indivíduos.¹¹

Nesse equívoco, percebido por Karnal e debatido pela autora, o nome de “índio”, que por sinal é um termo extremamente europeu, para os povos indígenas, deve ser abolido, visto que eles possuem em sua cultura e diversidade seus próprios nomes e línguas. Entre os nomes mais aceitos estão aqueles no sentido coletivo, povos indígenas, indígena, no singular, ou nas próprias nomenclaturas indígenas em relação as suas etnias, como os Yanomami, os Xavantes, Jê, entre outros.

Seguindo o raciocínio da autora, e agora trabalhando com Quijano, houve uma situação de “subalternização”, o que causaria diante da conquista essa superioridade entre europeus e não europeus. Desse momento é que nasce essa construção de uma história eurocêntrica, que modificou os moldes historiográficos:

Segundo Quijano (2005), nesse contexto, nomes como Europa e América, que diziam muito mais sobre a posição geográfica (e mesmo sob este prisma, o conceito é relativo), tiveram incrementados aos seus valores sógnicos o status relacional de subalternização presentes na conquista e naturalização da ideia de superioridade por meio dos embates de dominação ocorridas entre europeus e não europeus. Tal perspectiva, aliada aos avanços e expansão da colonização europeia sobre o mundo, conduziram o fortalecimento de uma visão eurocêntrica sobre o processo de conhecimento, assim como a colocação da Europa e toda sua produção intelectual, política, estética, etc. como eixo do globo.¹²

¹¹ ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257- 277, jul./dez. 2015. p. 258

¹² ROSA, 2015, p. 258.

Em uma nota de rodapé, a autora ainda traz uma nova orientação de Manuela Carneiro da Cunha:

a palavra ‘índio’ começa a ser empregada em meados do século XVI para designar os indígenas submetidos em contraposição ao termo mais geral, ‘gentio’, que designa os indígenas independentes. Pela metade do século, segundo a autora, usa-se concomitantemente a expressão ‘negro da terra’.¹³

Expressão esta utilizada no livro de John Manuel Monteiro, que dá nome a sua obra, “Os negros da Terra”. “Gentio” era o termo utilizado para aquele que não acreditava no Deus cristão e que, portanto, seria visto como inimigo a ser combatido ou “convertido; é também um conceito muito utilizado nos livros de história e está presente principalmente no 6º ano do ensino fundamental (posteriormente, vamos esclarecer esses termos de maneira mais incisiva, vistos no âmbito da conotação religiosa). O propósito da autora é mostrar que, além de ser um termo criado em um contexto de conversão e de tratamento de inferioridade, também foi empregado para se criar um “imaginário identitário” sobre os povos indígenas, desencadeado depois para os povos afro-brasileiros e asiáticos. Trata-se de uma ideia de seres inferiores, sem civilidade, com um caráter de selvageria ou de menor importância como ser humano. De acordo com Monteiro:

Assim, no período histórico em que ocorreram o processo de colonização e suas etapas subsequentes no território que os europeus nomearam de Brasil, uma ideia de raça atrelada a um discurso racista e eurocêntrico - que não se restringe ao mundo colonial - forjou um certo imaginário identitário sobre os povos indígenas da América e outras identidades diaspóricas.¹⁴

Dessa forma, um modelo de história eurocêntrica para esses povos se enraizou na historiografia, que trouxe uma submissão de todas as questões a esse imaginário constituído pelas fontes do século XVI, que trazia, dentre suas questões primordiais e definitivas, as questões políticas, econômicas, culturais, religiosas.

Essa história inicial diz respeito a uma visão extremamente fantasiosa sobre os povos indígenas, mas foi e ainda é fonte de extrema importância em análise crítica e de produção historiográfica. Hans Staden relata sobre essa história em suas viagens ao Brasil e no livro que fez sobre os povos indígenas, *A verdadeira História dos Selvagens, nervosos e ferozes devoradores de homens*, encontrados no novo mundo, na América, desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na Terra de Hessen, até os últimos dois anos passados, quando

¹³ ROSA, 2015, loco citato, nota de rodapé.

¹⁴ MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra** – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras 1994. p. 259

o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen os conheceu, e agora os traz ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro, traduzido por Pedro Süssekind (1999). Somente ao analisarmos o título do livro, percebemos que esses relatos eram fantasiosos e também que determinavam uma subjetividade absoluta ao que se queria narrar, impor e demonstrar uma superioridade civilizatória e também religiosa.

Já a história do século XIX trazia esses povos como sendo “pouco” importantes para a nação, povos esses que não tinham protagonismo, que deveriam ser assimilados, ou exterminados, no intuito de um desaparecimento dessa população, pois não possuíam um caráter de “civilização” aos moldes ocidentais. Assim, houve a adoção tácita de um modelo filosófico de história que atendia, ao mesmo tempo, a uma perspectiva eurocêntrica e supostamente progressista a partir do *modus vivendi* europeu. Para alguns historiadores dessa época, não havia história indígena, mas sim etnografia, algo mais levado para a antropologia e sociologia. Nesse momento, esses autores consideravam os povos de cultura diferente, principalmente negros e indígenas, como sendo asselvajados. Essa etnografia muitas vezes era produzida por botânicos, antropólogos, sociólogos. Dois autores são relacionados como os principais nesse momento: um que é considerado o primeiro historiador do Brasil, o alemão, pesquisador botânico, médico e antropólogo Carl Friedrich Phillip von Martius, que, para participar de um concurso, escreveu a obra *Como se deve escrever a História do Brasil*; e Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O botânico é o terceiro a trazer uma ambiguidade histórica sobre os povos indígenas, dizendo haver apenas dois deles, os Tapuia e os Tupinambás, seguindo uma lógica de Simão de Vasconcelos desde o século XVII. O que os europeus haviam feito no século XVI, John Manuel Monteiro demonstra no livro *Os negros da Terra* e cita: “de qualquer modo, o surgimento do binômio Tupi-Tapuia estava bem fundamentado, na medida em que identificava trajetórias históricas diferentes e formas de organização social distintas, fato este destacado em virtualmente todas as fontes quinhentistas”. O mais interessante é que se expande posteriormente para oito grupos, retirando mesmo assim qualquer tipo de diversidade dos milhares de povos, de sua cultura, dentre todos os aspectos que formam cada tipo de povo nativo. Desse modo, percebemos sempre uma história depreciativa, trazendo o indígena como sendo um ser “asselvajado, decaído”:

Nas Beiträge sustentava Martius idéias consideradas hoje insustentáveis, mas, ao mesmo tempo, iluminava a tosca divisão dos índios do Brasil em Tupi e Tapuia, apresentada desde o século XVII por Simão de Vasconcelos. Estabelecendo uma nova

classificação em 8 grupos, Martius podia ser chamado, segundo sustenta Hebert Baldus, ‘o fundador da etnografia brasileira, por ter sido o primeiro a dar uma sinopse etnográfica, não somente de uma faixa mais ou menos larga do litoral, como [o] fizeram seus predecessores, mas no Brasil inteiro, considerando condignamente também as tribos até então tratadas como Tapuais, investigando ‘extensivamente’ além das línguas, numerosos outros aspectos sociais e culturais, e abrindo, com tudo isso os alicerces para o estudo científico das populações índias deste vasto país’.¹⁵

Na visão de Varnhagen, não existia história desses povos, somente etnografia, o que retirava qualquer valorização da cultura e história dos povos indígenas e os colocava como bárbaros e tão somente selvagens: “no triste e degradante estado da anarquia selvagem, uma idéia do seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia”¹⁶

Desse modo, é importante desmistificar essas questões. Por essa razão, os livros didáticos devem abarcar a questão de a população indígena ser tratada apenas como um único povo; aliás o simples fato de se dizer “índio” remete apenas a um, e, por isso, devemos sempre salientar “povos indígenas”, a diversidade cultural de uma etnia para a outra, seus costumes e linguagens, devemos sair dessa padronização histórica do século XIX, dessa historiografia que só veio a ser modificada a partir da década de 1930 no Brasil.

No século XX, há uma releitura das relações culturais entre os diversos povos indígenas existentes, e novas interpretações surgiram para explicar o passado de nossos antepassados: processos de *escravidão*, *extermínio*, *miscigenação*, *religiosidade*, *civilidade*, *disputa territorial*, entre outros grandes fundamentos, e, principalmente, sua *resistência* serão rediscutidos ao longo da década de 1970.

A história construída nos anos 1930 trouxe à tona dois autores de grande referência clássica para a historiografia brasileira, conseqüentemente duas obras muito lidas e debatidas. Cabe lembrar que todo historiador carrega consigo uma forma particular de escrever, sua subjetividade, seu modo de representar seu objeto de estudo e também de entender a história. De uma erudição memorável para com a escrita, Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), introduziram-se nesse novo modelo de história e trouxeram outras linhas de pensamento, uma nova maneira de se utilizar

¹⁵ MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 6 n. 24, jan. 1845. p. 435

¹⁶ VARNHAGEN, [1854] 1981 apud MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, agosto de 2001. p. 30

das fontes, que não fossem apenas memórias ou etnografias simplistas. Trata-se de uma análise de cunho sociológico, que relaciona, além da política e da economia, outros quesitos nas relações humanas, aspectos culturais, o trabalho com imagens, com elementos da culinária, testemunhos e laudos médicos, jornais, revistas, a vida privada e não somente pública, além de outras fontes que, anteriormente, não seriam consideradas como documentos. Como se nota, a história ganhou poder de análise, portando-se também um tanto menos factual, com novos conceitos, como, no caso de Freyre, “miscigenação”, em que se acreditava que constituía a identidade da população brasileira, e, de Sérgio, “América Portuguesa e América Espanhola”, entre outros, em uma análise mais generalizada do Brasil.

A forma como Gilberto Freyre quis evidenciar uma relação amena e tranquila entre a Casa Grande e a Senzala é de uma imaginação pretendida, fabricada aos seus moldes, contextualizada politicamente, aquela pela qual defendia os interesses específicos da elite branca eurocêntrica, o “mito da democracia racial”. Ele entendia que o processo de miscigenação brasileira era positivo e civilizatório, tanto para os povos indígenas quanto para os africanos, que a ausência de mulheres brancas fazia com que isso acontecesse de forma “normal” e defendia a supremacia europeia, demonstrando que houve uma “correção social” entre o distanciamento desses povos devido à mistura:

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho na bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto, de transigir com índios e africanos quanto as relações genéticas e sociais. A escassez das mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – ‘superiores’ e ‘inferiores’ e, no maior número dos casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que praticou aqui corrigiu a distância social e que de outro modo se teria se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa grande e a senzala.¹⁷

Podemos entender a multiplicidade de povos tanto indígenas quanto africanos quando aparece o conceito do patriarcalismo. A maneira como Freyre se remete aos senhores em relação aos escravos e aos povos indígenas, o que chamou de “plasticidade”, evidencia a superioridade dos portugueses como raças adiantadas em detrimento das raças atrasadas, retirando toda e qualquer potencialidade dos africanos e dos povos indígenas, de sua história

¹⁷ FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982. p. 33

ou cultura, e evidenciando o racismo, aqui ainda de forma tranquila em detrimento de outras colocações gritantes:

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pelo casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente.¹⁸

Por uma análise weberiana, Sérgio Buarque, em seu livro *Raízes do Brasil*, também mostra a sua preferência pelos colonizadores europeus, mas por uma colonização holandesa. Para ele, os holandeses possuíam algumas características inovadoras nesse processo, como empreendimento metódico, coordenado, capacidade de trabalho e coesão social, as quais nos trariam “gloriosos rumos”:

E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabo à grandeza do esforço português. Se o julgarmos conforme os critérios morais e políticos hoje dominantes, nele encontraremos muitas e sérias falhas. Nenhuma, porém, que leve com justiça à opinião extravagante defendida por um número não pequeno de detratores da ação dos portugueses no Brasil, muitos dos quais optariam, de bom grado, e confessadamente, pelo triunfo da experiência de colonização holandesa, convictos de que nos teria levado a melhores e mais gloriosos rumos.¹⁹

Além desses quesitos, os holandeses não se fixaram porque estavam atrás de fortunas impossíveis e, para mais, são apontados como “aventureiros”. Eles traziam consigo o protestantismo como modo de religião formalizada e eram muito mais urbanos do que agrários – característica interessante da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda que aponta uma dicotomia entre a sociedade rural e urbana no Brasil.

Entre os aspectos importantes, que seriam predominantes para os portugueses terem se fixado no Brasil em relação aos holandeses, estão sua capacidade de adaptação, o fato de que a linguagem do português era mais fácil do que a holandesa, o contato íntimo (aqui tanto Sérgio quanto Freyre concordam em suas colocações) e também a influência dos Jesuítas e da religião católica, que teria dificultado o estabelecimento do protestantismo holandês. Efetivamente, componentes de ciência e religião teriam sido o motor nesse processo:

O português ao contrário, era perfeitamente familiar a muitos deles. A experiência demonstrou, ao cabo, que seu emprego em sermões e prédicas dava resultados mais compensadores. E assim serviram-se as vezes, do idioma dos vencidos no trato com os pretos e os naturais da terra, quase como os jesuítas se serviram da língua-geral para catequisar os índios, mesmo os tapuias. Importante além disso é que, ao apostado do catolicismo, a religião reformada, trazida pelos invasores, não oferecia nenhuma espécie de excitação aos sentidos ou à imaginação dessa gente, e assim não

¹⁸ FREYRE, 1982, p. 35.

¹⁹ HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983. p. 43

proporcionava nenhum terreno de transição por onde sua religiosidade pudesse acomodar-se aos ideais cristãos.²⁰

A forma como Sérgio se remete aos portugueses traz à tona sua crítica em relação a Freyre, que defendia a colonização portuguesa. A escravidão, para Sérgio, teria sido motivo de atraso e também consequência da influência medieval em relação ao ócio português, visto que, por não gostarem de trabalhar, elegeram o escravismo tanto dos africanos quanto dos povos indígenas.

Os historiadores da atualidade trazem outras linhas históricas que evidenciam bem um novo olhar sobre a colonização, e a tratam como uma sociedade de colônia de povoamento (imigrante), que diz sim ao planejamento dos portugueses para administrar a colônia, para se construírem as cidades. A historiografia clássica trouxe novas formas de se interpretarem as fontes históricas, de se localizar no tempo e no espaço, ainda que carregadas de aspectos gerais e não muito recortados como se faz hoje. Claro que, entendendo a história daquele que a fez em seu tempo, foram obras muito importantes na inovação dos modelos de história, ainda que eurocêntricos e incisivos aos padrões europeus, pois trouxeram um processo de análise histórica, uma história de todos os personagens, mesmo que ainda reverenciando alguns ou “menosprezando” outros. Nesse momento, vê-se o olhar de Sérgio Buarque de Holanda sobre os povos indígenas do Brasil, mas referenciando-os em um conceito de raça inferior à dos povos europeus, dizendo já serem antigos moradores das terras, determinando os portugueses como sendo os donos. O que mais nos interessa é sua maneira de incidir sobre a resistência indígena, apesar, claro, de esconder a escravidão indígena em sua escrita, em relação ao sistema econômico de produção de cana de açúcar, que será discutido nos posteriores capítulos deste trabalho:

Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça e na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se em regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram compreensões recíprocas que, da parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda, quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante.²¹

²⁰ HOLANDA, 1983, p. 65.

²¹ Ibidem, p. 48.

Outro aspecto importante nesse contexto histórico é o discurso de raça acalorado, bem disposto no Brasil nesse momento e sempre presente nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa ideia de incorporar o colonizador e colocar os outros personagens da história como sendo menos importantes configura uma história que retira o protagonismo dos povos indígenas.

Nos anos 1970, influenciados diretamente por uma historiografia levada pela análise estruturalista, *a posteriori* de Caio Prado Junior, outro importante autor clássico dos anos 1930 e 1940, esse período passou por análises históricas sob um viés das sociedades de classe e do materialismo histórico de Karl Marx. Nesse momento, os povos indígenas passaram a ser vistos como “vítimas” de um sistema capitalista em uma relação de domínio pleno, ou seja, sem resistência em um contexto de dominação branca. Circe Maria Fernandes Bittencourt, em seu livro *História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos*, traz detalhes sobre esse período:

No decorrer dos anos de 1970 a 1980, a produção didática, ou parte significativa dela, incorporou a produção historiográfica com base no materialismo histórico e do estruturalismo, por intermédio do qual as diferenças sociais passaram por outras interpretações baseadas nas divisões de classes, categorias explicativas estas que dificilmente poderiam incorporar as populações indígenas. As populações indígenas, nessa vertente, passaram a ser apresentadas como uma das primeiras grandes vítimas de uma estrutura econômica constitutiva do Capitalismo. Os indígenas, juntamente com os africanos trazidos para o trabalho escravo, tornaram-se grupos dominados e submetidos a uma história de dominação capitalista promovida por brancos no continente americano.²²

Aqui, há a extrema necessidade de, ao trabalharmos com os livros didáticos, retirarmos a ideia de que os povos indígenas são vítimas de um dominador europeu, pois, dessa forma, retiraríamos dos povos indígenas seu caráter de protagonismo quanto aos diversos processos históricos, como: de resistência, de luta contra a assimilação religiosa, contra o domínio do território, contra aculturação indígena, contra uma história eurocêntrica e indigenista que visualize um processo de história desses povos internamente brasileira.

Circe Bittencourt ainda traz sobre os anos 1980, os resquícios de uma história do século XIX, Nna *Síntese de história: história do Brasil*, de autoria de Ademar Martins Marques e Ricardo de Moura Faria, autores que iniciaram sua produção no início de 1980, em uma perspectiva do marxismo estruturalista, com os indígenas introduzidos sob o título “O Brasil antes da história”. O título indica a permanência dos pressupostos da historiografia do século

²² BITTENCOURT, Circe F. Histórias das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Org.) **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 127

XIX, na qual os povos indígenas não possuem história. Assim, apagar a história desses povos ou deixar de dar o protagonismo que sempre tiveram na construção desse país sempre foi um plano de diminuir qualquer tipo de resistência não somente dos indígenas da terra, mas também africanos, asiáticos, dos trabalhadores ou demais sujeitos históricos diante dos colonizadores europeus.

Após os anos 1990, uma nova visualização dos povos indígenas veio à tona no Brasil, pois se partiu para uma jornada enorme em favor da busca de fontes, documentos que trouxessem, nessa viagem ao passado, uma garimpagem, vestígios históricos dessa população que passam a ser encontrados na documentação do Arquivo Público do Estado de São Paulo a maioria documentos do século XVI, XVII, XVIII e XIX. Ademais, a mudança de perspectivas diante das fontes históricas tornou possível aos historiadores sair do modelo hegeliano como critério de base para hierarquizar as diversas etnias e culturas do mundo.

Um dos maiores pesquisadores desse momento é John Manuel Monteiro, professor de história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que vai se propor a debater com a antropologia uma história dos povos indígenas levada a sua permanência (ao não desaparecimento), nos projetos portugueses do século XVI, tanto física como na diversidade. Na historiografia desse mesmo século até os anos 1980/1990 do século XX, ainda se vitimizavam esses povos e, segundo expressão utilizada pelo historiador, “guardava[-se] a história em uma caixinha”. No artigo “John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: apresentação do Dossiê História e Índios”, um dos seus alunos, José Maurício Arruti, faz referência ao autor em relação à busca pelas fontes e o que elas revelavam, como conceitos de relação de poder, em registros escritos e imagéticos, e conceitos como “dominação”, “resistência”, “negociação” e “acomodação”:

Debruçando-se sobre personagens como Gabriel Soares de Sousa, Francisco Adolfo de Varnhagen, Machado de Oliveira, José Arouche de Toledo Rendon e Alfredo Ellis Jr. e, mais adiante, sobre a produção do IHGB, John Monteiro deixava claro que não é possível fazer História dos índios sem um quanto de Antropologia da história. Ao investigar a ideologia daqueles que produziram os relatos e documentos que formaram uma larga parcela do senso comum sobre a história dos índios no Brasil, John evidenciava as relações de poder que regem tais registros escritos ou imagéticos. Segundo essa concepção de História, os documentos não apenas registram a história que nos interessa, mas são parte dela, porque são parte de processos sociais de dominação, resistência, negociação, acomodação.²³

²³ ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: apresentação do Dossiê História e Índios. **História Social**, Unicamp, Campinas-SP, n. 25, segundo semestre de 2013. p. 8

O autor percebe plenamente como as políticas indigenistas se posicionavam através dos órgãos institucionais no século XX e como passaram a se posicionar a partir de uma nova visualização, após organizações de lutas internas das próprias populações. É através dessa nova bibliografia que a história indígena brasileira vem sendo composta:

Nos últimos anos, entretanto, o pressuposto de que os índios simplesmente deixarão de existir começou a ser revertido, de modo que hoje, talvez pela primeira vez na história do Brasil, paira uma certa nuvem de otimismo no horizonte futuro dos índios. A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios, que através de novas formas de expressão política – tais como as organizações indígenas –, por seu turno, encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados, no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas a partir de interesses acadêmicos mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios. Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes povos sobre o seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e conquista.²⁴

Para a composição de materiais didáticos, livros didáticos, artigos ou para que os alunos entendam a história como sendo um processo, uma relação intensa entre o passado e o presente, devemos, muitas vezes, trabalhar os conceitos históricos com afinco, ou seja, é necessário não fazermos *tabula rasa* do aluno, mas devemos dar atenção a esses termos, marcando-os em negrito nos textos. De fato, o professor deve procurar maneiras de orientar e explicar esses conceitos de forma a enriquecer o “vocabulário histórico” do aluno, mostrando, ainda, que essas palavras são fundamentais para se entender a história desses povos e para valorizá-los como sujeitos históricos, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental II. Também é necessário demonstrar aos professores no livro de manual do professor explicações e aspectos que levem ao entendimento dos alunos, com propostas de filmes, vídeos, imagens, curiosidades, entre outros aspectos, pois existe uma infinidade de eixos para contextualizar conceitos.

1.2 Diversidade dos Povos Indígenas

De acordo com dados do IBGE, no censo feito no ano de 2010, a população que se declara como indígena é de 896.917 indivíduos. Desse total, 57,7 por cento vivem oficialmente em terras oficialmente reconhecidas.

²⁴ MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni (Org.). **A Temática Indígena na Escola**. Novos Subsídios para professores de 1º e 2º Graus. São Paulo, Global Editora, 2004, p. 223

Figura 1 – Quantidade de indígenas na população brasileira

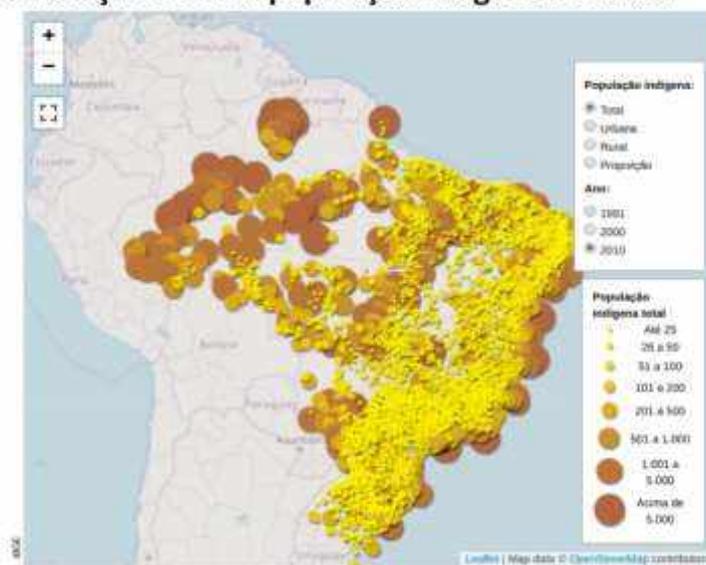


Fonte: IBGE (2010).

Na mesma pesquisa, contabilizou-se que existem no Brasil 305 diferentes povos, com 274 línguas indígenas, sendo que 57,1% não falam a língua indígena e 76,9% já falam a língua portuguesa. É interessante comentar e devemos expor nos livros didáticos essa perda linguística e os rumos que isso pode trazer para o esquecimento da linguagem e cultura indígena. Todavia, o que percebemos é a resistência pela manutenção da cultura que persiste.

No mapa do ano de 2010 apresentado a seguir (Figura 2), conseguimos verificar a localização das aldeias indígenas. Nele, percebemos também a quantidade da população em determinada área, onde se encontra o maior número de povos e também suas proporções:

Figura 2 – Distribuição total da população indígena no Brasil
Distribuição total da população indígena no Brasil



Fonte: IBGE (2010).

Um dos aspectos mais debatidos pelos historiadores são as políticas *assimilacionistas*, que tinham por tendência o desaparecimento dessa população, e não sua permanência. No entanto, isso não aconteceu, pois passaram a resistir intensamente para sua manutenção, sempre buscando seu protagonismo, desde o século XVI até a atualidade. Após as constantes lutas e com novas políticas públicas pelas quais garantiu-se a demarcação das terras indígenas, foram criadas leis fundamentais de reconhecimento dos povos indígenas que, com políticas menos indigenistas, acentuaram a permanência e seus direitos como povos originários. Apesar dos múltiplos obstáculos enfrentados, já em 1995, John Manuel Monteiro assistia a uma nova visualização das políticas públicas no país e trazia essa perspectiva em seu artigo, apesar de esses problemas, em relação à invasão das terras demarcadas, serem algo colonial como sabemos:

CRESCIMENTO ATUAL. Essa perspectiva, no entanto, torna-se cada vez mais insustentável diante do quadro atual pois, apesar dos reveses enfrentados por alguns povos em anos recentes – como os Yanomami, face aos garimpeiros e a malária –, a população indígena tende a crescer como um todo. Além disso, pela primeira vez na atribulada história da política indigenista do País, esboçam-se garantias legais

voltadas para o futuro dos índios, abrangendo o reconhecimento de direitos territoriais e o abandono da orientação assimilacionista que marcou as políticas anteriores.²⁵

O interessante dessa denúncia é que as invasões de garimpeiros às terras indígenas do povo Yanomami continuam acontecendo em grande escala, ou seja, em 2021, além das doenças que já existiam e que eram transmitidas, estão levando a Covid-19 e suas novas variantes, no caso da variante brasileira chamada P-1, vírus esse que é letal, chegando a morrer diversos adultos e crianças nas aldeias. Na reportagem da Rede Cultura de televisão, estão expostos os vídeos sobre o assunto. O que devemos salientar é que os povos indígenas do local são grandes protetores da floresta Amazônica e não somente lutam contra garimpeiros, mas também com madeireiros que extraem madeira ilegalmente e grileiros. Muitos desses são indígenas que saíram das reservas e almejavam uma vida longe dos parâmetros culturais das aldeias.²⁶

No século XVI, com as constantes viagens mercantilistas europeias, a busca por novos mundos e com a chegada dos europeus nessas terras, majoritariamente os portugueses, havia uma população indígena de cerca de 2 a 4 milhões de indígenas. No entanto, devemos ter cuidado ao determinar tais dados e perceber os fatores históricos, os movimentos da população de um local a outro e também povos que nem existiam no contexto de 1500:

Para tanto, é necessário reformular alguns pressupostos vigentes no estudo das populações indígenas. Em primeiro lugar, qualquer estimativa global de 1500 terá de levar conta os fatores históricos, tais como os efeitos diferenciados das doenças sobre os povos distintos e os movimentos espaciais diferenciados das doenças sobre os povos distintos e os movimentos espaciais de grupos indígenas em decorrência do contato, entre outros. As estimativas mais ponderadas, que oscilam entre dois e quatro milhões para o território brasileiro, cometem sérios enganos ao transportar cálculos referentes aos séculos XVII, XVIII ou XIX ao marco 0 de 1500. John Hemming, por exemplo, em seu livro *Red Gold*, arrola os Tupinambá do Maranhão e da ilha Tupinambaranas como componentes da população de 1500, quando na verdade são grupos que migraram para esses lugares na segunda metade do século XVI. Mais grave: inclui Avá-Canoeiro, grupo recomposto a partir do século XVIII, que sequer existia em 1500.²⁷

O importante dessa questão que devemos levar em consideração são dois fatores: “o tamanho da população (no momento) do contato e o seu declínio”.

Outros autores como João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, na obra *A Presença indígena na Formação do Brasil*, descrevem nesse momento uma quantidade que variava de um milhão e quinhentos mil indígenas a cerca de cinco milhões de indígenas,

²⁵ MONTEIRO, 2004, p. 224.

²⁶ PF faz operação de combate ao garimpo na Terra dos Yanomami, em Roraima. Jornalismo TV Cultura. [Youtube] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gDP1-z3SFdE>>. Acesso em: 2 mar. 2021

²⁷ MONTEIRO, 2004, p. 224.

mas eles também tiveram uma ligeira ideia de que nessa quantidade poderia haver alterações e, por isso, se apegam em diversos autores para tentar descrever:

Há várias estimativas sobre o montante da população indígena à época da conquista, tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população, etc). Julian Stewart, no *Handbook of South American Indians* calculou em 1.500.000 os índios que habitavam o Brasil (Stewart, 1494). William Denevan projetou a existência de quase 5.000.000 de índios na Amazônia (Bethel, 1998:130-131), sendo reduzida posteriormente essa projeção para cerca de 3.600.000 (Hemming, 1978).²⁸

Isso nos leva a acreditar que os dados entre os dois autores são bem parecidos, apesar de haver alterações. Entretanto, não se consegue com exatidão descrever a quantidade, mas se podem fazer comparações entre 2 e 5 milhões de indígenas convivendo na chamada Pindorama, nome utilizado pelos povos indígenas para designar um lugar cheio de Palmeiras, olhando por base a faixa litorânea.

Um dos fatores que diminuíram as populações indígenas de maneira significativa no século XVI foi a quantidade de doenças trazidas da Europa, entre elas a varíola, o sarampo, o tifo, a tuberculose e doenças pulmonares que causaram grandes epidemias, que serviram, inclusive, de estratégia para exterminar grande parte da população indígena, além das constantes guerras influenciadas pelos europeus:

Para os índios dessa região, os Tupinambá, que viviam em densos aldeamentos costeiros, aproveitando a fertilidade das matas litorâneas e a riqueza de peixes do mar, tiveram que suportar todo o ônus da implantação colonial do século XVI. Mais do que as guerras, a opressão, a desorganização econômica e social e a desmoralização trazidas pelos europeus, foram as novas enfermidades introduzidas as responsáveis pela rápida dizimação e virtual extinção dos Tupinambá da costa norte-sul. A varíola, o sarampo, o tifo, a tuberculose e outras doenças pulmonares, as enfermidades venéreas e todas as demais mazelas e pragas trazidas pelos europeus tiveram um efeito devastador sobre os grupos indígenas da costa. Fontes da época, entre as quais o jesuíta Anchieta, que escreve nos últimos anos do século XVI, não deixam dúvida sobre o caráter aniquilador dessas epidemias.²⁹

Para evidenciar a chegada portuguesa ao território e entendermos sobre como se deu o processo da historiografia em relação aos povos indígenas e sua diversidade, devemos apontar algumas das primeiras obras produzidas no século XVI. Uma delas é a Carta de Pero Vaz de Caminha, endereçada ao rei de Portugal para contar sobre o “Novo Mundo” assim encontrado, ou melhor dizendo, invadido. Nesse relato inicial, podemos perceber a primeira alusão portuguesa aos indígenas da terra, representado por Manuela Carneiro da Cunha em seu artigo:

²⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED/UFRJ, 2006. p. 23

²⁹ MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de História**, v. 149, n. 2, 2003. p. 114-115

A carta de Pero Vaz de Caminha é, na verdade, um diário, que registra de 22 de Abril a 10 de Maio de 1500, uma progressiva descoberta dos homens (desde o primeiro instante, não há dúvida de que são homens) e das mulheres de Porto Seguro. A primeira imagem, a mesma que Colombo tivera nas antilhas, é de que todos vão nus e são imberbes: ‘homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cubrisse suas vergonhas, traziam arcos nas mãos e suas setas’ (P. V. Caminha 1968 (1773):21).³⁰

A visão traduzida nesse momento de chegada era de povos muito distantes da civilidade ocidental, que já de cara são diminuídos, colocados como sendo deploráveis por não se vestirem ao trato europeu. Essa será a dinâmica dos escritos quinhentistas, que se modificam de acordo com os interesses e projetos de colonização portuguesa.

Alguns documentos, como as Cartas do Padre Manuel da Nóbrega, em específico o livro organizado por Serafim Leite, chamado *Cartas do Brasil e mais escritos de P. Manuel da Nóbrega*, descrevem os indígenas, sempre com essa conotação, a andarem nus, as mulheres indígenas e o grande número de povos nas bases litorâneas:

A informação, que destas partes do Brasil vos posso dar, Padres e Irmãos caríssimos, é que tem esta terra mil léguas de costa toda povoada de gente, que anda nua, assim mulheres como homens, tirando algumas partes mui longe donde estou, onde as mulheres andam vestidas ao traje de ciganas, com panos de algodão, por a terra ser mais fria que esta, a qual aqui é mui temperada. De tal maneira que o inverno não é frio nem quente, e o verão, ainda que seja mais quente, bem que se pode sofrer.³¹

Outras três obras muito importantes que se destacam são as de Pero Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza e do jesuíta Fernão Cardim, tidos como os mais importantes relatos quinhentistas. Cabe entender que as obras de Gabriel Soares de Souza tiveram dois contextos distintos, o primeiro em 1580 e quando editado no século XIX por F. A. Varnhagen. De acordo com Monteiro (2001):

OS PORTUGUESES ALÇAÇARAM O LITORAL SUL-AMERICANO pela primeira vez em abril de 1500, porém foi apenas no último quartel do século XVI que começaram a produzir relatos sistemáticos com o intuito de escrever e classificar as populações indígenas. Excetuando-se a sumária *História da província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães Gândavo, impressa em Lisboa em 1576, e algumas cartas jesuíticas amplamente disseminadas na Europa em diversas línguas, os textos portugueses mais significativos permaneceram inéditos por séculos. Tanto o rico tratado decisivo de Gabriel Soares de Souza, considerado por muitos como o mais importante dos relatos quinhentistas, quanto os escritos do jesuíta Fernão Cardim circulavam apenas em cópias manuscritas e, provavelmente, só começaram a ter um grande impacto a partir do século XIX. Ainda assim, o *Tratado Descritivo* – título posteriormente atribuído à obra, na verdade constituída por dois textos distintos – de Soares de Souza, bem como os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, uma compilação na obra de Cardim, proporcionam claros indícios das percepções e imagens

³⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, dez./1990.

³¹ LEITE, S. J. (Org.). **Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega** (*Opera Omnia*), com introdução e notas históricas e críticas. Coimbra: Acta Universalis Conimbrigensis, 1955. p. 59-60

acumuladas ao longo do século XVI pelos portugueses no que se diz respeito a um universo indígena que se apresentava tão vasto e variado quanto incompreensível.³²

Dentro dessas obras, identificamos “indícios das percepções e imagens acumuladas ao longo do século XVI”, que é o foco deste trabalho, pois são conteúdos expostos nos livros didáticos dos sextos e sétimos anos do ensino fundamental. Diante disso, não podemos determinar que a história indígena começa a partir de uma “dilapidação portuguesa”, visão esta da historiografia do século XIX. Em um artigo, John Manuel Monteiro explica essas questões e deixa claro o tratamento com essas fontes:

Este artigo enfoca os escritos de Gabriel Soares de Souza em dois momentos distintos: primeiro, dentro do contexto histórico do final do século XVI e, o segundo, no contexto historiográfico do século XIX, quando suas descrições detalhadas e suas classificações esquematizadas foram absolvidas na qualidade de fatos etnográficos pelas primeiras gerações de historiadores nacionais. Um dos problemas que isso apresenta reside na tendência dos historiadores projetarem para a data emblemática de 1500 – às vésperas do descobrimento – um retrato da diversidade indígena e das relações interétnicas que na verdade se consolidou mais tarde, já refletindo as profundas transformações que atingiram muitas sociedades ao longo do litoral.³³

As constantes modificações no contato com os europeus, essa dilapidação dos etnógrafos em razão dos portugueses, fez com que o protagonismo das populações indígenas litorâneas não aparecesse em alguns contextos históricos, pois “traziam consigo uma imagem estática de sociedades prístinas”, ou seja, da civilidade europeia, colocando os povos indígenas sem nenhuma participação política em resposta à “expansão europeia”. Isso porque eles passaram a dizer que esses povos, por não se adaptarem e também por serem povos “originais”, “atemporais e imutáveis”, necessitavam de uma “dilapidação portuguesa”. John Manuel Monteiro cita: “sua destruição por completo”, a ideia do desaparecimento. O que a nova historiografia percebeu em seus estudos, na parceria com a antropologia, “estudos étnico-históricos”, é que houve significativa participação dos atores indígenas na sua resistência, permanência, como povo original e de direito por essas terras: “forjar espaços significativos na história colonial, de modo que não é mais admissível omiti-los do registro histórico”³⁴.

Gabriel Soares de Souza, na produção de suas obras, obtinha em sua posse, ou seja, escravizava “índios coloniais”, expressão utilizada pelo autor em destaque para evidenciá-los como sendo “informantes”, tidos como grandes relatores, “informações de índios muito antigos”. Nisso, necessariamente, entendemos um aspecto de memória, o que deu protagonismo

³² MONTEIRO, 2001, p. 14.

³³ MONTEIRO, 2001, p. 14.

³⁴ Idem, 2003, p. 111.

a “a dominação portuguesa”, uma maneira de sobrepor o domínio daqueles tidos como inferiores nos chamados “ciclos de conquista”:

Isto é significativo quando se considera que grande parte do relato sobre os indígenas Tupinambá foi escrito em tom de memória, como se a integridade e a independência deste povo fossem algo do passado. De fato, um dos principais objetivos discursivos do autor foi exatamente o de justificar a dominação portuguesa, colocando-a numa sequência histórica de ciclos de conquista, a começar pela mais antiga ‘casta de gentio’, os tapuia.³⁵

Um dos conceitos muito utilizados para denominar os povos indígenas, principalmente os tapuias, era gentio. O uso de castas fazia referência nesse caso aos povos da Índia Oriental por onde Gabriel de Souza havia passado antes de vir ao Brasil e também para evidenciar populações que não seguiam os dogmas católicos, o que depois passou a ser o contrário, já dando significatividade aos povos indígenas que fossem catequizados. Monteiro conceitua gentio da seguinte forma:

Os portugueses quinhentistas usavam este termo tanto para descrever hinduístas no subcontinente asiático, com suas elaboradas tradições religiosas, quanto para designar populações africanas e sul-americanas, consideradas como destituídas de qualquer religião. Após um certo tempo, no entanto, o contexto semântico passou a sublinhar a distinção entre indígenas convertidos para o catolicismo e aqueles não convertidos – gentios neste caso seriam convertidos potenciais, por assim dizer.³⁶

João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire trazem diferentes maneiras pelas quais se identificavam os povos indígenas para além de gentios: “durante o séc. XVI, os relatos sobre o novo mundo identificaram os indígenas como ‘gentios’ (pagãos), ‘brasis’, ‘negros da terra’ (índios escravizados) e índios (índios aldeados)”³⁷.

John Monteiro quer fazer entender que a história contada era aquela em função dos unidos, pois como a relação dos povos tupis (em parte) naquele momento com os portugueses era de escravidão, ou até mesmo de parceria, engenhavam-se em denegrir os tapuias, até porque esses povos viviam em constantes conflitos pelas terras litorâneas, e eram resistentes às colônias de povoamento:

Num passado remoto, os tapuias ‘foram lançados fora da Terra da Bahia e da vizinhança no mar por outro gentio contrário’, um grupo tupi chamado Tupinaé, ‘que desceu do sertão, à fama da fartura da terra e mar dessa província’. Após muitas gerações, ‘chegando à notícia dos tupinambás a grossura e fertilidade desta terra’.³⁸

³⁵ MONTEIRO, 2001, p. 17.

³⁶ Idem, 2003.

³⁷ OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 25.

³⁸ Idem, 2001, p. 30.

O binômio Tupi e Tapuia, serviu para tentar determinar em apenas dois grandes grupos os povos originários: aqueles que se denominavam, na língua guarani, como os Tupis ou Tupinambás, vistos pelos colonizadores como sendo mais dóceis, uma vez que se relacionavam melhor com os portugueses que se estendiam por todo o litoral do Maranhão a Santa Catarina; e a “casta mais antiga”, menos conciliável e mais perigosa, com troncos linguísticos jês, pouco conhecidos dos portugueses, que viviam nos litorais, mas com predominância no interior, os Tapuias. Essa dualidade traz consigo uma maneira de esconder uma “socio-diversidade” e assim os negativar:

‘Ao tratar dos indígenas sem seu texto, a primeira tarefa que enfrentava Gabriel Soares de Souza foi o de conferir algum sentido à intrigante socio-diversidade que tornava o litoral brasileiro tão difícil de se descrever’. A exemplo de vários outros autores quinhentistas, Soares de Souza estabeleceu de início uma grande divisão entre duas categorias maiores, a de Tupi e Tapuia. ‘Como os tapuias são tantos e estão divididos em bandos, costumes e linguagem, para se poder dizer deles muito, era de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vidas e costumes; mas, pois ao presente não é possível...’ (Soares de Souza, 1971 [1587], 338). Fiando-se basicamente naquilo que seus informantes tupis lhes passavam, escritores coloniais como Gabriel Soares costumavam projetar os grupos tapuias como a antítese da sociedade tupinambá, portanto descrevendo-os quase sempre em termos negativos.³⁹

O que devemos entender é que se utilizava esse binômio, principalmente os escritores coloniais, para minimizar a dificuldade que tinham em entender as múltiplas linguagens e populações indígenas existentes. No século XIX, isso se modificou, para um povo tupi que foi importante de maneira heroica, nas alianças políticas e matrimoniais. Assim, aceitou-se a superioridade desse povo, tornando-se a língua guarani como sendo a língua nacional, uma maneira exímia de tentar apagar a diversidade linguística e esconder os outros povos resistentes:

No contexto do século XIX, ganhou uma nova feição. Os Tupi foram relegados a um passado remoto, quando contribuíram de maneira heróica à consolidação da presença portuguesa através das alianças políticas e matrimoniais. Mas as gerações subsequentes cederam o lugar para a civilização superior, deixando algumas marcas para a posteridade, inscritas nos topônimos, nos descendentes mestiços e na persistência da língua geral que, no século XIX, ainda vigorava entre algumas populações regionais e era cultivada por setores das elites imperiais como a autêntica língua nacional.⁴⁰

Os tapuias eram mais resistentes e se localizavam tanto nas bases litorâneas quanto no interior, mas sua predominância, com a chegada portuguesa, foi a de se afastar do litoral. Não necessariamente apenas os de troncos linguísticos Jê, mas também os tupis utilizaram dessa estratégia, não somente no sentido de serem exterminados, mas de se afastarem das novas realidades culturais trazidas pelos europeus.

³⁹ MONTEIRO, 2001, p. 18.

⁴⁰ Ibidem, p. 29.

Outro fator primordial, denunciado pela autora Maria Regina Celestino de Almeida, em seu livro *O lugar dos índios na história do Brasil*, é que muitas vezes foram colocados o extermínio e o desaparecimento dos povos indígenas em determinadas áreas e que eles apenas haviam fugido ao interior. Todavia, não nos parece adequado essa forma de abordagem, pois eles resistiram à assimilação quando ainda se encontravam em meio às vilas e cidades construídas ou como ex-escravos, ou posteriormente aos conflitos de guerra. A historiografia atual traz um novo olhar na permanência desses povos e não apenas uma aculturação e um desaparecimento, como sendo os vencidos, essa ideia de vitimismo, quando na verdade existiam outras maneiras de resistência e permanência, dando o protagonismo que demonstramos neste trabalho:

Assim, os Tamoios, os Aimorés, os Goitacazes e tantos outros eram vistos como índios guerreiros, que resistiram bravamente à conquista de suas terras. Foram, no entanto, derrotados e passaram a fazer parte da ordem colonial, na qual não havia brecha nenhuma para a ação. Tornava-se então, vítimas indefesas nessa ordem. Na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam da história. Essas ideias, até muito recentemente, embasavam o desaparecimento dos índios, em diversas regiões do Brasil, já nos primeiros séculos da colonização. Desapareciam, porém, deve-se ressaltar, apenas da história escrita. Estudos recentes têm demonstrado que, do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e aldeias. Inúmeros documentos produzidos pelos mais diversos atores sociais evidenciam essa presença.⁴¹

Os tapuias eram vistos como inimigos, chamados de “traíçoeiros selvagens”, pois na visão dos europeus não estavam perto de serem civilizados, catequizados ou até mesmo escravizados. Outro fator muito interessante: eles não eram de se fixar predominantemente em um único local e viviam de coleta de frutas e caça. Os tupis também mudavam de local muitas vezes, mas com menor frequência que os tapuias, e tinham o hábito de conhecer do solo e fazer o rodízio de terras, dos plantios, agricultura e também da medicina baseada nos conhecimentos das plantas das florestas. Aqui se fazia uma diferença gritante entre os tupi e tapuias. A resistência tapuia acabou por garantir sua existência enquanto povo na contemporaneidade:

Os Tapuia, por seu turno, situavam-se no pólo oposto, apesar das abundantes evidências históricas que mostravam uma realidade mais ambígua. Retratados no mais das vezes como inimigos e não como aliados – dos portugueses, bem entendido – representavam o traíçoeiro selvagem, obstáculo no caminho da civilização, muito distinto do nobre guerreiro que acabou se submetendo ao domínio colonial. Se esta última opção teria custado os Tupi a sua existência enquanto povo, a resistência e recusa dos Tapuia acabaram garantindo a sua sobrevivência em pleno século XIX, mesmo tendo enfrentado brutais políticas visando o seu extermínio. Varnhagen e outros historiadores traduziam as lições da história num discurso que condenava os grupos indígenas contemporâneos, sobretudo os Botocudos no leste, os Kaingang no

⁴¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco. In: _____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 13-14

sul e vários grupos jê do Brasil central. Desta feita, estes grupos adquiriram um duplo estigma: primeiro, como o anti-Tupi nos textos históricos e, segundo, como obstáculos à civilização pelos padrões da época.⁴²

A resistência indígena fez com que esses povos não desaparecessem em meio aos projetos europeus de *dominação*, de *escravização*, da *catequização*, da *miscigenação* e dos confrontos *bélicos*. De que forma isso era feito? Através de sua fuga dos litorais, indo cada vez mais ao interior, resistindo e lutando pela manutenção das tradições indígenas, mesmo diante de suas transformações, ou seja, a história precisa se orientar pela resistência e não apenas referenciar seu isolamento. Como citamos no texto de Maria Regina Celestino de Almeida, eles se mantiveram presentes em todos os cenários, como nas cidades, aldeias e lavouras, pois a escravidão indígena permanece em todo o período colonial, no exterior como escravizados, entre todos os ambientes. Veremos melhor adiante o que nos leva a não os colocar como sendo índios “mansos”, “calmos”, “inocentes” nem como “brabos” e “selvagens”, mas sim organizados de acordo com as possibilidades em relação ao europeu, e que entenderam bem quais os interesses dos invasores:

Vimos que a apresentação que o jesuíta Manuel da Nóbrega criou sobre o índio não é a mesma ou se contrapõe a de [Bartolomeo] Las Casas. Até onde podemos compreender essa relação de índio “manso” versus índio ‘brabo’ instituída pelo Jesuíta português, a idéia de um índio ‘inocente’, ‘calmo’ e ‘bondoso’ lascasiano não vale como uma regra geral para o latino americano. Pressupõe que, o índio ‘brabo’ é aquele que se opõe ao colonizador português, que se nega a viver no cotidiano da usurpação de seus bens materiais e simbólicos. O índio ‘manso’ é, no entanto, aquele que se aproxima do conceito de Las Casas, mas na verdade ele não é ‘passivo’ ‘inocente’ ou tampouco ‘calmo’. Se ele aparenta é porque vive reduzido ao espaço dos aldeamentos, envolvidos num sistema permeado de mecanismos de disciplina, controle e repressão que o faz aparentar manso, manifestando uma resistência simulada e invisível, através da aceitação ou da negação da cultura dominante.⁴³

Como já havíamos comentado, as populações indígenas presentes nos litorais aproveitavam da vasta quantidade de comida encontrada na região e ali permaneciam, pois as matas preservadas e o mar com grande quantidade de pescado tornavam esses locais de enorme valor, e, desse modo, constantes conflitos internos aconteciam. Outro aspecto é a quantidade de povos nas margens litorâneas, de uma diversidade enorme que se estendia também ao interior. A base litorânea inteira do Brasil era povoada por indígenas do Norte ao Sul. No livro *A presença indígena na formação do Brasil*, João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha

⁴² MONTEIRO, 2001, p. 32.

⁴³ BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e Resistência Indígena na Historiografia da Conquista. *CLIO Revista de Pesquisa Histórica*, v. 14, n. 1, 1993. p. 191-192

Freire deixam claro como se dava a diversidade étnica e linguística dos povos de toda a costa até o interior:

Eram povos de grandes famílias lingüísticas – tupi-guarani, jê, karib, aruák, xirianá, tucano etc. – com diversidade geográfica e de organização social. A respeito dos povos Tupi haveria várias hipóteses de sua dispersão sobre o território brasileiro. Arqueólogos como Francisco Noelli defendem o modelo desenvolvido por Donald Lathrap e José Brochado, no qual as rotas de expansão estiveram vinculadas a um centro de origem localizado na ‘região junto à confluência do Madeira com o Amazonas’ (Noelli, 1996:31). Segundo este modelo, a expansão dos Tupinambá se deu do Baixo Amazonas ao litoral nordestino, chegando até São Paulo, enquanto os Guarani seguiriam para o sul até a foz do rio da Prata. Os povos Tupi eram encontrados em toda a costa e no vale amazônico, onde dividiam o território com grupos da família aruák (nos rios Negro e Madeira) e Karib (nas Guianas e no Baixo Amazonas).⁴⁴

Os múltiplos povos, linguagens e tradições indígenas devem ser discutidos, e o conhecimento dessa história que tentou manter o favorecimento eurocêntrico e que deseja apagar a história dos povos indígenas, dos brasileiros que possuem um indígena dentro de si, deve ser repensada. Essa história ser influenciada pelas leis que existem e que nos levam, a trabalhar o assunto nas escolas. Por certo, a valorização dos povos indígenas deve estar presente nos livros didáticos, nas salas de aula, em todos os lugares, na percepção identitária desse povo.

Até aqui, trouxemos diversos artigos e textos nos quais os autores trabalham com a historiografia indígena, conceitos e disposições a respeito da diversidade e que são fundamentais para o contexto das salas de aula e na disciplina de história. A pouca documentação disponível sobre os povos indígenas no século XVI, período que nos dispusemos a analisar, fez com que dêssemos preferências ao autor John Manuel Monteiro, por ser um dos maiores estudiosos das temáticas indígenas e que, de forma geral, para conhecimento das principais discussões sobre os povos originários, traz abordagens com grande propriedade e fundamentos desse contexto histórico. Ademais, não descartamos excelentes autores, como os antropólogos João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire também a renomada professora e antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt.

1.3 Importância e protagonismo indígena

Os povos indígenas originários e pertencentes a essa terra por direito assegurado pelas leis as quais demonstramos neste trabalho merecem, como sujeitos históricos e também pela sua cultura enraizada na mistura que somos hoje o povo brasileiro e nas suas singularidades e

⁴⁴ OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21.

diversidades, ter evidenciado seu protagonismo na construção da história desse país. Esses povos foram essenciais para os invasores, visto que, sem a presença dos indígenas da terra, eles padeceriam, sem saber cultivar o solo, muito menos conhecer o ambiente e as matas preservadas que aqui se tinham antes e que vieram a ser destruídas com a chegada, nos dizeres dos próprios indígenas, do “homem branco”.

Para evidenciar esse protagonismo, vamos nos ater à dinâmica do então chamado estado de São Paulo e da cidade. A dinâmica utilizada para construir a Capitania de São Vicente, no século XVI, foi a de parceria em primeira mão, alianças e casamentos, escambo e, posteriormente, de conflito, de grande resistência pela população tupiniquim residente no local. É importante salientar que os portugueses seguiam um critério da “organização social indígena”. A aldeia dos tupiniquins chamada “Inhapuambuçu” e chefiada por Tibiriçá serviu de palco para a construção do primeiro povoado, com a chegada dos primeiros jesuítas ao local que assim fizeram a primeira capela e o primeiro colégio: “nos anos de 1550, esta aldeia - conhecida pelo nome de Inhapuambuçu e, eventualmente, Piratininga - 13 passou a abrigar a capela e o precário Colégio de São Paulo de Piratininga, instalados pelos inacianos em 25 de janeiro de 1554”⁴⁵.

Como expressamos anteriormente, a estratégia portuguesa no primeiro momento para a tomada do território se deu através de alianças entre casamentos, escambo, sistema de trocas e, posteriormente, conflitos de guerra e catequização forçada. As doenças eliminaram grande parte dos indígenas, as guerras e a escravização foram causando mais mortes e o afastamento da população tupiniquim das aldeias em grande escala: “as mudanças nos padrões de guerra e as graves crises de autoridade, pontuadas pelos surtos de contágios, conspiravam para desabilitar, desorganizar e, finalmente, destruir os tupiniquins”⁴⁶. Sua resistência pelos territórios, pela não destruição das tradições e seu afastamento para o interior, como Maria Regina Celestino de Almeida nos orientou, não totalmente, demonstra sua importância na formação da identidade do povo brasileiro.

John Monteiro traz consigo a necessidade de explicar a importância dos povos indígenas na formação do Brasil colônia, uma dinâmica social ignorada pela historiografia e protagonizada por ele, demonstrando o poder de organização das sociedades indígenas:

Basicamente ignorada pela historiografia vigente, a dinâmica interna do Brasil indígena teve suficiente profundidade e densidade histórica para influenciar de maneira significativa a formação da colônia. A importância desta dinâmica não residia apenas nas configurações econômicas e sociais que ela imprimiu nas sociedades

⁴⁵ MONTEIRO, 1994, p. 21.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 17.

nativas, como também nas maneiras pelas quais foi integrada à memória histórica dos povos aborígenes. Neste sentido, muitas vezes foi a consciência de um passado indígena que forneceu as bases para uma ação perante a situação historicamente nova da conquista. Fortes expressões desta tendência surgiram, ao longo do século XVI, nos movimentos sociais indígenas, seja nas manifestações messiânicas, seja nos movimentos de resistência armada, às vezes englobando a participação de diversas aldeias, como no caso da confederação dos tamoios.⁴⁷

Sem essa dinâmica social indígena e esse protagonismo, não seria possível a formação de um povo multicultural como somos hoje, que se deu por intermédio de todas as formas de resistência que demonstraram para manutenção das tradições, seus múltiplos povos e idiomas, sua culinária, conhecimentos medicinais, conhecimento ambiental e preservação das florestas e memória nacional. Visto pela história, temos por percepção quem realmente são os grandes selvagens, invasores, que tinham em seu projeto acabar com as populações nativas. Essas populações é que se inovaram, passando a buscar novas formas de resistência, se organizando tanto nas guerras quanto nas manifestações sociais, no xamanismo, que tiveram grande influência aos portugueses na formação do Estado de São Paulo e do Brasil.

Para entendermos os processos históricos desse período e possibilitarmos uma história descentralizadora, permeada de valorização dos diferentes sujeitos históricos, que participaram e ainda participam dessa continuidade, é sumário entender a população nativa, trabalhar com elas nos livros didáticos, colocá-las como prioridades dentro das escolas e valorizar sua cultura, que é de extrema importância para esse país, pois guarda e remonta uma formação política, sociocultural e ambiental. Nesse sentido, outros autores que também se determinam nessa empreitada pelo direito e valorização da história dos povos ameríndios são os antropólogos João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire:

Ao contrário de tal tendência, a idéia que organiza este livro é a de que o indígena, seja no passado mais remoto ou no momento atual, seja na amazônia, na mata atlântica, nas savanas ou nos chapadões, foi sempre uma parte essencial desse processo de formação territorial e política. As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as populações aqui estabelecidas, com suas formas de organização sociocultural e com a sua interveniência e controle sobre os recursos ambientais existentes.⁴⁸

⁴⁷ MONTEIRO, 1994, p. 18.

⁴⁸ OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 18.

CAPÍTULO II – OBSERVAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO INDÍGENA DURANTE O SÉCULO XVI EM ABORDAGENS HISTÓRICAS RECENTES

2.1 Visualizações sobre a origem do plantio da cana-de-açúcar

Povos e povos indígenas desapareceram da face da Terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedades do Antigo e do Novo mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois:

ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil índios nos dias de hoje habitam o Brasil.⁴⁹

Mediante declaração tão ilustre de Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*, trataremos uma discussão sobre como se deram parte do processo econômico no “Novo Mundo”, os modos de produção e as transformações culturais as quais levaram à escravização dos povos indígenas e, conseqüentemente, à tentativa em exterminá-los por inteiro.

Para enfatizar tal assunto, atemo-nos ao livro de Stuart B. Schwartz (1985), autor do livro *Os segredos internos, engenhos e escravos na sociedade colonial*, que traz em sua história “uma obra sobre a indústria em um caráter social e econômico”. Limitamo-nos apenas à primeira parte do livro, que trata: no primeiro capítulo, sobre: “a grande lavoura açucareira: do Velho para o Novo Mundo, como se deu na Europa, nas Ilhas Atlânticas na África e aqui no “Novo Mundo”; no segundo capítulo, sobre “uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena”; e, no terceiro capítulo, sobre a transição da escravização indígena para a africana. Lembramos que este último assunto será tratado no Capítulo III deste trabalho.

Outros autores serão utilizados nas discussões, como John Manuel Monteiro e também Benedito Antônio Genofre Prézia, os quais podem trazer realidades diferentes sobre a região de São Paulo – no caso de Monteiro, com a obra *Os Negros da Terra*, e de Prézia, com sua tese de doutorado *Os tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração*.

⁴⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Coleção Agenda Brasileira.

Nesse trabalho, Schwartz faz uma análise das “estruturas e hierarquias derivadas dos códigos jurídicos e religiosos” na região do recôncavo baiano e vai ao encontro das fontes quinhentistas, mas inovando com outros tipos de documentações, entre elas: “testamentos, censos, a parca documentação remanescente dos engenhos, registros notariais e paroquiais e correspondências administrativas e particulares, essas últimas de uso mais comum”. O autor cita que fez sua pesquisa na Bahia por ser um local que, após o século XVI, seria zona portuária de chegada de pessoas escravizadas da África e pela quantidade de fontes existentes. Ele tinha uma preocupação em trabalhar com determinados locais, por exemplo, os engenhos jesuítas de Sergipe e Santana:

A certa altura me senti-me inclinado a escrever a história exclusivamente dessas propriedades, porém decidi tentar um estudo mais amplo utilizando seus documentos, verificando e apoiando seus dados com os de outras fontes, evitando assim a tendência a generalizar a partir de um caso atípico. Apesar de minha análise limitar-se à Bahia, acredito plenamente que o processo e os padrões aqui descritos foram, em essência, os mesmos nas outras áreas brasileiras produtoras de açúcar.⁵⁰

A ideia deste capítulo é trabalhar com os aspectos sociais, econômicos e culturais que nos fazem focar em determinados contextos de resistência indígena que constam na obra e contextualizar, fazendo relações com outros autores em meio aos modos de produção, nos contextos dos aspectos citados acima. Apesar de a referência utilizada não estar focada essencialmente na escravidão indígena e africana, ela traz autores para evidenciar os modos de produção do período e os contextos escravistas, bem como a luta de permanência pelos povos indígenas:

Aspectos da vida escrava – condições físicas, família, demografia, cultura, resistência – aparecem copiosamente nas páginas desta obra, não obstante ela não trate da escravidão per se, e sim da relação entre a produção do engenho e a estrutura global da sociedade.⁵¹

Outra importante determinação dessa obra é que o autor se empenha no sentido de trabalhar os diferentes sujeitos históricos envolvidos no processo, mesmo que ainda exclua alguns. Desse modo, esse trabalho abriu precedentes para cada vez mais procurarmos novas maneiras de pesquisar, fazer um trabalho minucioso no uso das fontes, descobrir mais ainda sobre o período do século XVI e descobrir novos personagens:

Este livro também foi escolhido devido suas análises comparativas, menos quantitativa, mas sim em processo histórico e englobar os sujeitos protagonistas dessa história: ‘Meu objetivo, durante todo o trabalho, foi não permitir que os dados

⁵⁰ Schwartz, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 9-10

⁵¹ *Ibidem*, p. 10.

quantitativos se tornassem um fim em si mesmos, mas usá-los para melhor compreender o processo histórico e o povo nele envolvido'.⁵²

A cultura e a produção de açúcar têm por origem a Ásia, e de acordo com o autor:

as regiões das baixadas de Bengala ou do Sudeste asiático, a manufatura do açúcar de cana alcançou a Pérsia e dali foi levada pelos conquistadores árabes à costa oriental do Mediterrâneo. Nos reinos estabelecidos pelos cruzados na Palestina, nos séculos XII e XIII, surgiram propriedades notavelmente semelhantes às grandes lavouras que depois existiriam nas Américas, dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar.⁵³

Sempre em um sistema escravista, a produção se estabelecia como se deu por volta do século XIV no Chipre, pelos frades e famílias catalãs e venezianas: “escravos sírios e árabes trabalhavam os campos, ao lado de camponeses locais. Entretanto, tal como havia substituído o levante como principal fornecedor para o mercado europeu, Chipre foi por sua vez, eclipsado por um novo rival a oeste”⁵⁴.

Com a invasão dos muçulmanos ao ocidente disseminou-se o açúcar pela região da Europa. Após esse período, já com a retomada dos territórios, surgiram rumores de que os Italianos teriam inventado uma moenda, mas não se tem certeza de quem a inventou. Após seu surgimento e a cada inovação da máquina, o açúcar se intensificava pela Europa e chegaria aqui nas Américas: “tradicionalmente a moenda consistia em uma grande pedra circular que era rolada sobre pedaços de cana cortada”. No século XV, em algum lugar do mediterrâneo ou nas ilhas atlânticas, adotou-se uma nova forma de prensa, composta por cilindros engrenados entre si, de modo a poder passar-se a cana ao meio. “Movida por bois, água ou força humana, essa máquina podia extrair uma proporção maior de suco de cana, além de eliminar a necessidade de cortá-las em pedaços”⁵⁵.

No contexto de divisão da América do Sul, sendo entre “América Espanhola e América Portuguesa”, termo colocado pelo grande historiador Sérgio Buarque de Holanda, o chamado Tratado de Tordesilhas, feito pelo papa, traçava uma linha imaginária que dividia todo o território mundial, dando totais direitos sobre a esquerda aos espanhóis e a direita aos portugueses de norte ao sul. Esse tratado não deu certo, pois a linha foi transpassada em todos os momentos, e os territórios tiveram transformações não somente portuguesas ou espanholas, mas também francesas, inglesas e alemãs posteriormente.

⁵² SCHWARTZ, 1988, p. 11.

⁵³ Ibidem, p. 21.

⁵⁴ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

⁵⁵ Ibidem, p. 21-22.

Não se pode afirmar com certeza, mas, de acordo com o autor, os portugueses se dedicavam a seguir os modelos Sicilianos de fabricação dos engenhos e também pessoas responsáveis pela qualidade dos produtos:

Embora haja alguma dúvida acerca da precedência da Sicília no uso da moenda de cilindros, é bastante evidente que os portugueses encaravam aquela ilha como sendo um modelo a ser seguido. Em 1420, o infante dom Henrique mandou trazer de lá mudas de cana-de-açúcar e provavelmente também peritos do fabrico do açúcar.⁵⁶

A dependência da Península Ibérica era pelos “modelos técnicos e organizacionais, mas também ao capital e à experiência comercial”. O modelo Italiano foi seguido em diversos aspectos, e sua funcionalidade trouxe à tona os modelos aplicados no “Novo Mundo”:

em certo sentido, os Italianos constituíram-se no elo humano de uma corrente que transferiu as técnicas, a administração das propriedades e a organização comercial da produção açucareira do leste para o Oeste do Mediterrâneo e, a seguir além das colunas de Hércules para a bacia Atlântica. Eles ofereceram o açúcar e, em certa medida, criaram gosto pelo produto na Europa ocidental cuja demanda acabaria por ser satisfeita pelas Américas.⁵⁷

Apesar de a escravidão ser uma possibilidade Ibérica, com a queda do Império Romano do Ocidente, por toda Europa, ela passou a ser um negócio que seria mais tarde substituído pelo sistema de servidão. A escravidão permanecia em áreas distintas da cultura europeia, ou seja, em localidades pelas quais eram distintas culturalmente. A guerra entre muçulmanos e cristãos criavam a mão de obra: “a guerra intermitente, porém contínua, entre muçulmanos e cristãos na Península Ibérica criava prisioneiros e cativos de ambos os lados e, com isso, era uma fonte constante de escravos”⁵⁸.

Com a expansão sobre a África na busca de especiarias, passou-se a determinar um tráfico intenso de Africanos. Diz-se que se poderia chegar a uma quantidade de 1000 cativos em 1448. E esse movimento escravocrata cresceu durante todo o século e a cada ano se aumentava a remessa para 800 a 900. Assim fizeram-se as primeiras casas de escravidão na Europa. “A Casa dos Escravos” era utilizada para fazer operações de tráfico, e nesse momento temos aqui uma demonstração inicial do que seria a senzala nas Américas. O crescimento da população negra livre e escrava em determinadas regiões chegou a dez por cento da população, como em Lisboa, entre os anos de 1490 e 1496. Do mesmo modo, as mudanças culturais e os impactos econômicos foram grandes:

⁵⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 22.

⁵⁷ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

⁵⁸ Ibidem, p. 23.

Por volta de 1551, somente em Lisboa havia 9950 escravos em uma população total de 100 mil habitantes, sem mencionar os cativos existentes no resto do país ou os libertos vivendo em Lisboa e em outros locais. Nessa época funcionavam em Lisboa e Lagos irmandades religiosas negras, e os escravos haviam se tornado parte integrante da estrutura social portuguesa.⁵⁹ (Segredos Internos, Stuart Schwartz, pág.23)

2.2 A experiência das Ilhas atlânticas no “Velho Mundo” e sua influência no “Novo Mundo”

A escravidão não tinha os mesmos critérios adotados posteriormente nas ilhas do Atlântico, ou seja, era uma forma de “servidão”, com trabalhos domésticos e ocupações urbanas. Esse contexto no qual o escravo poderia ter acesso à liberdade provisória, em que havia uma legislação a qual determinava seu estado de escravidão e a forma que eram definidos seus nomes existiu no final do império Romano. Com a expansão do comércio do açúcar, a questão do trabalho doméstico continua, mas a mão de obra para trabalhar nas lavouras das Ilhas da costa Africana já é a escrava, e é lá que as principais “anomalias e ajustamentos aconteceram”, mesmo a com escravidão negra tendo início na Europa:

Contudo, foi nas ilhas do Atlântico, e não na península ibérica, que as anomalias e os ajustamentos da escravidão, já presentes as lavouras canavieiras ibéricas, tornaram-se mais salientes, embora deva ser ressaltado que a escravidão negra com a cana-de-açúcar teve sua origem na Europa.⁶⁰

O processo de utilização da mão de obra na Europa e sua modificação posteriormente na África se deram de maneira interessante, mas o que devemos levar em consideração é que todo tipo de escravização de pessoas, sejam elas de qualquer etnia, não ocorre de forma branda, como em algumas partes o autor cita. Apesar de sabermos que a argumentação do autor é brilhante, esse modo de achar que “trabalhos domésticos e ocupações urbanas” são inferiores enquanto mão de obra escrava em relação àqueles que trabalhavam nas lavouras é algo a se discutir. Toda ação por meio de escravidão, seja ela para qualquer tipo de trabalho, acontece de forma forçada e deve ser encarada de forma dura, não dizendo que isso acontecia de forma branda como se deu a entender. Aliás, quanto maior for o tratamento dado a tal situação mais firmeza deve ser inserida nos argumentos.

Dessa forma, a Península Ibérica partiu a transferir para as Ilhas Atlânticas o cultivo do Açúcar com a expansão marítima no final do século XV. O comércio da Ilha da Madeira se estendeu para parte da Europa, em específico para o norte da Inglaterra e parte da Ásia,

⁵⁹ SCHWARTZ, 1988, p. 23.

⁶⁰ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

chegando até Constantinopla. Com as mudanças, vieram uma valorização dos produtos e grande comércio. Além disso, as formas de escravidão se modificaram intensamente:

Juntamente com a extensão desses métodos comerciais e técnicos tradicionais, os ibéricos também transferiram para as Ilhas Atlânticas o emprego de trabalho forçado ou escravo como característica lógica, na verdade necessária, da indústria açucareira. Uma força de trabalho controlada e, em geral, etnicamente distinta, associada ao cultivo da cana-de-açúcar, havia surgido na etapa Mediterrânea da história desse produto; porém, foi nas ilhas atlânticas que essa forma de organização do trabalho como base de um produto altamente capitalizado e comercializado cristalizou-se no sistema que se transformou no complexo da grande lavoura”.⁶¹

Com as experiências adotadas nas Ilhas Atlânticas, os diversos problemas enfrentados pelos Portugueses e os Genoveses nessa parceria, com terrenos íngremes montanhosos, necessidade de fazer terraços irrigados para o cultivo da cana, passaram-se a desenvolver técnicas mais apuradas, utilizando-se água para as moendas, e, dessa forma, a produtividade aumentou no decorrer dos anos 1470 e 1510, cerca de 40 anos. Com a exaustão do solo pelo cultivo de muitos anos, veio o declínio – problemas com as colheitas e falta de mão de obra. Mais tarde, por volta do início do século XVII, a produção em grande escala se iniciou no Brasil. O modelo operacional utilizado nas ilhas tinha um caráter familiar e pequenos e médios lavradores, além de pequena parcela de proprietários de Engenho. Aqui o autor, utilizando-se de livros de almoxarifado no tratamento das fontes, define quem eram essas pessoas e determina as titulações as quais se formavam nos contextos administrativos das ilhas:

Quem eram esses pequenos e médios produtores de açúcar, e como operavam? Alguns possuíam foro de nobreza, porém a maioria tinha antecedentes em ocupações artesanais ou em funções administrativas secundárias. Ser dono de um canavial parece ter sido um empreendedorismo atrativo para homens cuja preparação profissional – e talvez cujos interesses – residiam em outras atividades. O Parentesco teve um papel importante no desenvolvimento do setor açucareiro, o que não é de se surpreender; a lista constante no livro refere-se com frequência a laços de sangue e casamento entre produtores.⁶²

Aqui o autor determina e traz aspectos fundamentais para entender como se deu o modo de produção no nordeste brasileiro, faz críticas a Gilberto Freyre, que dizia que os engenhos eram sempre grandes, com poucos proprietários, e que Schwartz chama de “engenhos industriais”, mas, na realidade, as terras baratas e de fácil acesso a pequenos lavradores determinavam o cenário no Nordeste Brasileiro:

Como veremos, o sistema de poucos engenhos e um grande número de plantadores de cana, ambos dependentes de mão-de-obra forçada, não ficou patente através dos registros históricos da Ilha da Madeira e das Canárias, mas também foi precisamente a forma de produção introduzida no Nordeste no século XVI. Tratava-se de uma

⁶¹ SCHWARTZ, 1988, p. 24.

⁶² Ibidem, p. 26.

resposta racional a sociedade e da economia a uma situação de terras relativamente baratas e capital escasso”.⁶³

A visão deturpada de Gilberto Freyre em função da valorização do português colonizador, de uma elite única, determinada nas funções de hegemonia da produção transparece nessa visualização. Até porque ele determinava pouco sobre outros sujeitos sociais, o que nos dá a entender que ele exclui a história das “minorias”.

A confirmação das técnicas de administração empregadas nas Ilhas serviram de base para sua implementação no Brasil, tanto no sentido econômico quanto na mão de obra a ser utilizada, o que vai gerar a crise nos engenhos das ilhas, passando a ser o maior produtor de açúcar posteriormente: “em 1526, o inglês Thomas Nichols, ao visitar as Canárias descreveu o processo de fabrico do açúcar que observara nas ilhas. As técnicas que retratou pouco diferem das que haviam sido empregadas anteriormente na Madeira ou das que seriam usadas mais tarde no Brasil”⁶⁴.

A descrição que demonstra o retrato do que viria a ser instalado no Brasil, o modelo derivado as Ilhas Canárias, está em um testamento de um dos lavradores e proprietário de um pequeno engenho. Nesse relato, além de percebermos como se dava os registros de posse, notamos como são colocadas as pessoas escravizadas no contexto, junto às posses de animais:

Cristóbal García Del Castillo, registrado na Grande Canária em 1518, relaciona em entre seus bens uma moenda movida a água, uma casa de moenda, uma residência, uma casa de fornalhas e caldeiras, um curral, um galpão para lenha, uma senzala e uma residência para trabalhadores pagos. Garcia Del Castillo também possuía três parselhas de cavalos (doze animais no total), vinte escravos e duas escravas. Exceto pela escala, tal descrição (inclusive considerando-se a desproporção entre sexos dos cativos) poderia aplicar-se à maioria dos engenhos brasileiros da época colonial.⁶⁵

A mão de obra determinante era escrava, mas existia toda uma organização dos modos de produção, que vai se estender como *modus operandi* aqui no Brasil, ou seja, que será a base da colonização, na escravização de povos indígenas e, na sequência, dos povos africanos, que já sofriam o processo: “comerciantes estrangeiros, abastados senhores de engenho, trabalhadores especializados e uma força de trabalho cativa e etnicamente distinta são, todos eles, elementos identificáveis no cenário que o açúcar edificou por todo o mundo ocidental”⁶⁶.

⁶³ SCHWARTZ, 1988, p. 26.

⁶⁴ Ibidem, p. 26-27.

⁶⁵ Ibidem, p. 27.

⁶⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 27.

Aqui se faz necessário demonstrar como se deu o processo de estruturação da produção de cana de açúcar para fins comerciais, que desencadeou todo um desenvolvimento marítimo e de um sistema global de mercadorias. Isso é de fundamental necessidade para a compreensão da escravidão dos povos indígenas e também africanos, pois foram os agentes máximos nesse processo, lutando sempre por sua sobrevivência, permanência e protagonismo na história. Isso deve ser exposto nos livros didáticos de forma a fazer os estudantes compreenderem o protagonismo dos sujeitos históricos, conhecerem todos os agentes da construção desse país e quais foram os elementos de produção, a expansão comercial que incentivou o capitalismo moderno. Nas aulas do ensino fundamental II, é possível contextualizar conceitos como: estrutura, capitalismo, sujeito-histórico, e fazer suas devidas discussões, além, claro, de demonstrar um projeto idealizador europeu em tentar dizimar os povos indígenas.

2.3 A resistência indígena no Novo Mundo colonial século XVI

Nesta seção, partimos para uma visualização no “Novo Mundo”, mas percebendo que os modelos anteriores das ilhas atlânticas foram moldes para a implementação do sistema produtivo de açúcar no Brasil. A experiência adquirida fez com que os erros determinados anteriormente pudessem ser diminuídos em razão dos novos modos de produção adotados e das possibilidades de inovação no cultivo da cana de açúcar. Colombo, que morava na Ilha da Madeira e que havia se casado e vivido por lá, a serviço de uma firma genovesa, havia retornado em 1493, trazendo consigo algumas mudas de cana de açúcar. Entretanto, somente nos primeiros anos do século XVI, certos resultados começaram a surgir. No Brasil, não se possui uma data específica de acordo com Schwartz, e, inicialmente, os interesses da coroa nos anos de 1500 eram a extração do pau-brasil:

Não se conhece a data exata em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Entre o descobrimento, em 1500, e o estabelecimento das capitânicas hereditárias em 1533-4, os interesses econômicos da coroa e dos particulares estiveram, em sua maioria, voltados para a comercialização do pau-brasil, de alto valor na Europa por suas propriedades corantes.⁶⁷

A produção de açúcar veio a ter algum aparecimento após enviados alguns técnicos especialistas para o cultivo da cana de açúcar e também depois da criação da chamada “Casa da Índia”, órgão criado no sentido de administrar a colônia. O autor, porém, através de relatos de um cronista chamado Antônio Herrera, dizia que no ano de 1518 já havia engenhos no Brasil.

⁶⁷ Ibidem, p. 31.

No entanto, foi nas décadas de 1530 e 1540 que se estabeleceu o sistema de produção, na expedição de Martim Afonso de Sousa, que havia também trazido mudas de cana de açúcar e técnicos italianos e portugueses, no período em que foi o responsável por “livrar” os franceses que se instalaram no litoral:

A expedição de Martim Afonso de Sousa, enviada ao país 1532 para livrar a costa nos navios franceses e também com fins colonizadores, trouxe mudas de cana. Entre os colonos havia um perito em manufatura do açúcar, bem como vários portugueses, Italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da Ilha da Madeira.⁶⁸

Segundo Benedito Prézia, Martim Afonso de Souza teria sido escolhido para ser o donatário dessa capitania porque haveria colocado o nome do engenho de “Engenho do Governador” e ficaria responsável por arrecadar todos os tributos dos engenhos e enviar ao rei. Dessa forma, ele construía as edificações e as repassava a outras pessoas, fazendo assim diversas instalações para arrecadar mais impostos:

Isto explica porque o primeiro engenho de São Vicente foi o de Martim Afonso, que mandara edificar por volta de 1533. Passou a ser conhecido como *engenho do Governador*, com a capela dedicada a São Jorge. Algum tempo depois, foi vendido a Erasmus Schetz e a Johan van Hielst, comerciantes alemães que atuavam na Antuérpia, passando a ser conhecido como engenho *São Jorge dos Erasmos*.⁶⁹

Além disso, Prézia diz que os engenhos comunitários foram solicitados pelos moradores mais pobres e que estes exigiam no documento que a câmara municipal se encarregasse deles, sem causar prejuízos aos colonos:

Segundo o cronista Madre de Deus, os moradores de São Vicente haviam solicitado ao rei, em 1557, que fossem construídos, às custas da fazenda real, dois engenhos comunitários para as famílias mais pobres e sob juramento, a Câmara exigia que os responsáveis por eles não lesassem os moradores nos produtos ali beneficiados.⁷⁰

Obviamente, quanto maior a quantidade de engenhos, maior a quantidade de indígenas escravizados, pois o hábito de escravizar não se fixava apenas aos grandes senhores de engenho, mas sim a todos os colonos.

A intenção em formalizar uma qualidade para o produto a ser comercializado nesse momento é determinante aos modelos da Ilha da Madeira e São Tomé, cabendo estabelecer um projeto organizado para a implantação do sistema na colônia de povoamento.

Com a divisão das capitanias hereditárias feita pelo então Rei de Portugal, Dom João III, houve uma divisão de toda a costa, sendo doada a 12 fidalgos a administração desses

⁶⁸ SCHWARTZ, 1988, p. 31.

⁶⁹ PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os Tupi de Piratininga**: acolhida, resistência e colaboração. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 123

⁷⁰ PREZIA, 2008, loco citato.

territórios. Essa posse concedia direitos e inúmeros privilégios, segundo Stuart Schwartz, “soberanos”, como a “obrigação de colonizar, povoar e desenvolver a economia de seus territórios”. Todavia, isso não deu certo, pois não era simplesmente chegar e tomar para si os territórios; aliás, a resistência indígena foi um dos principais aspectos pelos quais esse projeto fracassou, juntamente com a “negligência dos donatários, as desavenças internas” e “a guerra com os índios”⁷¹.

Os locais em que se obteve um resultado pequeno à coroa seriam nas regiões que souberam negociar com as populações indígenas locais e também onde se estabeleceram as atividades açucareiras. Aqui também é necessário expor que quando das parcerias com os europeus, é que aconteceriam mais extermínios nos primeiros contatos. Mas também não quer dizer que nesses locais não havia resistência. A resistência deve ser encarada não somente no sentido de guerras e conflitos armados, mas nas tradições e também organizações indígenas.

As lavouras canavieiras foram invadindo todos os territórios indígenas, e construíram-se engenhos na região nordeste em grande escala, na medida em que foram se instalando as mudas eram transmitidas de região. No Espírito Santo, um dos locais onde se conseguiram instalar algumas moendas, em maior proporção do que em outros locais da Bahia, a resistência indígena continuava a acontecer, e, dessa vez, além dos conflitos de guerra, os indígenas ateavam fogo nos engenhos: “porém, como em outras áreas, também no Espírito Santo a hostilidade dos índios e outras dificuldades acabaram por resultar na queima de engenhos e no desenvolvimento esporádico ou descontínuo da indústria açucareira”⁷².

Nas Capitanias em que os portugueses tiveram melhor desempenho, por exemplo, em São Vicente, hoje litoral do Estado de São Paulo, os investimentos foram mais altos, e a busca por um melhor relacionamento com a população indígena foi crucial para a instalação da indústria canavieira.

A primeira estratégia que aqui não é demonstrada é o escambo, trocas de presentes. Assim que já instalados, por volta da metade do século XVI, a outra maneira utilizada foi o casamento de portugueses com a população indígena local:

Na capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza, os contatos iniciais com os aborígenes foram pacíficos, graças, em grande medida, ao papel de alguns náufragos portugueses que viveram e se casaram entre os habitantes do litoral e do

⁷¹ SCHWARTZ, 1988, p. 31.

⁷² SCHWARTZ, 1988, loco citato.

planalto. Vários engenhos foram construídos nas proximidades da Vila de Santos, no litoral.⁷³

Outro fato importante é que, nessa região, o sucesso de produção de açúcar não acontece no século XVI, mas é no século XVII que a produção se formaliza em grandes proporções. A partir da cana de açúcar, foi a aguardente o principal meio de troca entre os povos indígenas e os europeus, juntamente com materiais para roças feitos de metal, como o ferro. A região do interior de São Paulo que hoje desenvolve vários tipos de aguardente, por exemplo, a cidade de Pirassununga, entre outras, tem nessa história suas origens. Desse modo, para a produção de açúcar, fica como centro a costa nordestina a partir do século XVI: “entretanto, em meados do século XVI, o centro da atividade açucareira no Brasil foi a costa nordestina”⁷⁴.

No Nordeste, especialmente na região de Pernambuco, as famílias instaladas na região que eram responsáveis pela organização dos engenhos, compõem uma sociedade baseada na vida particular para disposição da economia. A maneira utilizada para se aproximar da população indígena local, também como em São Paulo, foi através de casamentos. Nesse caso, entendemos que a miscigenação em favor da assimilação indígena era um projeto de dominação, que até quando desse certo seria uma prioridade, mas a resistência e a percepção sobre os portugueses e seus reais interesses de dominação e escravização sempre eram percebidos. Esses laços matrimoniais acabaram por ajudar nesse processo, pois atrelados ao parentesco cederam em alguns pontos, mas mesmo assim não deixavam de resistir e se organizar. Em discussão, Schwartz conta sobre o donatário chamado Duarte Coelho:

O donatário Duarte Coelho, instalou-se com a família e dirigiu pessoalmente o povoamento e o desenvolvimento da colônia. As relações com os indígenas da região foram facilitadas por uma série de uniões entre índias e colonos, entre os quais estava Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Tais laços pessoais mostraram-se valiosíssimos mais tarde, quando os portugueses precisaram repelir a resistência organizada dos indígenas.⁷⁵

Cabe salientar a forma imposta pelos portugueses desde o início em determinar os territórios como já sendo seus e a maneira instituída pelo próprio autor que deixa determinar essa imponência histórica do colonizador sobre os colonizados, de modo a não descrever como sendo uma invasão de terras, de saques materiais e de extermínio de povos indígenas.

Já no ano de 1542, há solicitações por parte de Duarte Coelho de autorização para importar mão de obra escravizada africana para trabalhar nos engenhos pernambucanos: “em

⁷³ SCHWARTZ, 1988, p. 33.

⁷⁴ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

⁷⁵ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

1542, Duarte Coelho informou que haviam sido plantados muitos pés de cana e que estava ajudando os colonos nessa tarefa. Prevendo o término da instalação de um grande engenho para breve, solicitou o direito de importar escravos africanos”⁷⁶.

O autor não deixa claro esse precedente, mas aqui se deixa dizer que a resistência indígena parte a ser um dos principais aspectos da busca por outro tipo de mão de obra. Além disso, o grande extermínio causado pelas guerras aos povos indígenas, as doenças ou, melhor dizendo, a guerra biológica (termo colocado por Manuela Carneiro da Cunha), a diminuição da população indígena devido às invasões de suas terras e sua saída para o interior foram fatores indispensáveis para o tráfico de escravos advindos da África. John Manuel Monteiro vai ao encontro dessa determinação e esclarece:

Já para os portugueses, o significado da conquista era duplo. Se, por um lado, havia liberado terras para a ocupação futura pelos invasores, por outro, ao diminuir e destruir as reservas locais de mão-de-obra, havia imposto a necessidade da introdução de trabalhadores de outras regiões, fato que implicaria a redefinição do papel e da identidade do índio na sociedade colonial.⁷⁷

Com a expansão dos engenhos de Duarte, na então chamada Capitania de Pernambuco, por volta do ano de 1580, já existiam cerca de “66 engenhos e era a principal região produtora de açúcar do Brasil”⁷⁸. A região passou a ter problemas nas relações entre colonos e o donatário com relação ao pagamento de rendas e emolumentos, pois se utilizavam de especialistas como se fazia na região das Ilhas Atlânticas para a produção de um açúcar de qualidade. O controle da qualidade do açúcar possuía uma deliberação política. Essa produção passou a ser dominante por toda a região nordeste, de Pernambuco à Bahia.

Cabe apontar que em todos os locais demonstrados até esse momento, as lutas constantes da população indígena por seus territórios estão presentes, e a resistência indígena na Bahia não fora diferente: “constituíram dois engenhos. Um deles, de propriedade de João Velosa, situava-se próximo a enseada de Pirajá. Ambos os engenhos foram destruídos pelos índios durante o confronto da década de 1540”⁷⁹.

As condições para o plantio da cana na Bahia eram favoráveis, pois as chuvas constantes e a excelente qualidade do solo, com clima e sua forma geográfica, além da baía que possibilitava o transporte para escoar a produção a Europa, chamam a atenção da coroa, e, dessa

⁷⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 33.

⁷⁷ MONTEIRO, 1994, p. 55.

⁷⁸ SCHWARTZ, opere citato, p. 33.

⁷⁹ SCHWARTZ, 1988, p. 34.

forma, se estabelece um novo olhar sobre a região. Antes desse interesse da coroa sobre o território da então chamada capitania da Bahia, embarcações francesas e algumas portuguesas chegaram pelo porto, e muitos destes comerciantes se interessavam pela tinturaria advinda do pau-brasil. Um desses havia naufragado na Bahia e por ali se estabelecera, pois tinha boas relações com os povos indígenas locais, dessa aliança que o autor chama de “uma presença semi-europeia” essa assimilação através do matrimônio. Havia uma certa liderança de Diogo Álvares Caramuru sobre os colonos locais, que se estabeleceu também com donatário Francisco Pereira Coutinho. Esse donatário não conseguia administrar e ter bons relacionamentos com os colonos e povos indígenas da região, nem mesmo com a ajuda de Diogo Álvares Caramuru, e, de acordo com Stuart Schwartz, com a “cobiça e o ímpeto dos colonos”, fez gerar uma parceria entre colonos e indígenas na região, da qual resultou na depredação do povoado, tomar posse novamente das terras e expulsar Pereira Coutinho e seus seguidores:

As depredações destes últimos levaram os índios a sitiar o pequeno povoado, o que por sua vez provocou dissidências entre os portugueses. Pereira Coutinho e seus seguidores foram forçados a refugiar-se em Porto Seguro, e quando tentaram retornar à baía de Todos os Santos no ano seguinte, o naufrágio levou-os à morte nas mãos dos índios da ilha de Itaparica.⁸⁰

A assimilação por meio dos casamentos foi a estratégia primordial no início da colônia de povoamento, pois dessa forma ganhavam a confiança dos povos indígenas e começavam a abrir caminho para a construção de novos engenhos. Mas também há de se esclarecer que mesmo havendo essa mistura entre europeus e indígenas, as raízes se estendem para os dois lados. Foi o que aconteceu nesse sentido. Como funcionou para ganhar espaço e invadir os territórios, também funcionou na resistência contra os tiranos nobres donatários.

Após esses episódios, a coroa passou a mudar suas estratégias na região e, dessa maneira, mudou a forma de domínio do território. Alterando a política de capitania na Bahia, de um donatário para um governador, foi organizado um batalhão de oficiais para administrar e organizar a produção e os impostos, tendo-se um controle “direto”, sendo Tomé de Souza o responsável pela tarefa de fazer a nova expedição portuguesa. Lembramos que seria nesse momento a construção da cidade de Salvador, que mais tarde se tornaria a capital do Brasil, o maior porto de escoamento da produção e também de comércio, tornando-se um dos mais lucrativos negócios do Brasil Colonial, o tráfico de escravos advindos da África:

Em 1548, dom João III decidiu estabelecer um controle régio direto, nomeando um governador e outros oficiais representantes da Coroa, os quais deveriam residir na colônia. Uma grande expedição liderada pelo primeiro governador-geral, Tomé de Souza, ocupou a semideserta capitania da Bahia em 1549 e imediatamente começou

⁸⁰ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

a construir uma capital colonial no litoral da Baía de Todos os Santos. A cidade, batizada Salvador da Bahia de Todos os Santos, permaneceu como capital do Brasil até 1765 e foi a sede do governo, da suprema corte (Relação) e dos principais agentes fiscais d'El Rei.⁸¹

Apesar de acontecer inicialmente na Bahia, essas mudanças na organização política da coroa continuaram durante muito tempo nas outras regiões, com o sistema de capitania de donatários, mas gradualmente revendo os direitos dos responsáveis pelas expedições dos territórios. Um sistema de regulamentação e diretrizes passou a existir, e a divisão das terras em sesmarias, para aqueles que tivessem condição de montar engenhos, começa a acontecer intensamente. Uma nova forma de organização social surgia, e, desse modo, uma política de povoamento se estabelecia, tendo como líderes locais os donos dessas terras, os senhores de engenho, aqueles que deveriam permanecer no local por pelo menos três anos, morar em Salvador ou em suas terras, responsáveis por defender as pessoas locais, montar uma espécie de exército com proteção de prédios militares e fazer o beneficiamento da cana dos produtores menores. Em troca ofereciam-se alguns benefícios nos impostos. A qualidade do açúcar era questionada, e era obrigação do senhor contratar inspetores para “assegurar a qualidade adequada do açúcar destinado a Europa”. Segundo Schwartz: “com essas medidas, a coroa visava a beneficiar-se dos impostos incidentes sobre o açúcar produzido pelo setor privado”⁸².

Além disso, com o crescimento da produção açucareira e através dessa política de armamento nas fazendas, da construção de fortes e compra de armas, passou-se a ter domínio do território e, assim, o extermínio em massa das populações indígenas da região. A pólvora contra o arco e flecha e o projeto de destruição europeu incendiaram o nordeste brasileiro:

O crescimento da indústria açucareira no Recôncavo acompanhou de perto as linhas gerais da expansão política e militar dos portugueses em detrimento dos indígenas na região. Durante as décadas de 1560 e 1570 conquistaram-se novas terras e construíram-se mais engenhos.⁸³

Muitas vezes nos esquecemos de nos ater a todos os personagens dessa história. O sistema de hierarquia montado sobre um donatário e depois a distribuição de terras para pequenos lavradores eram a base dos engenhos, pois, como sabemos, os engenhos maiores eram minoria no Brasil, e a grande produção vinha necessariamente das mãos de trabalhadores. Os documentos de posse sobre as terras eram as cartas de sesmaria, uma forma medieval de dar a titulação ao proprietário. Outros sistemas, como os de arrendamento, também de parcerias e

⁸¹ SCHWARTZ, 1988, p. 34.

⁸² Ibidem, p. 35.

⁸³ SCHWARTZ, 1988, p. 35.

associações entre engenhos (estas responsáveis por moer a cana advinda das pequenas propriedades de lavradores), tinham como principal função: “estimular a colonização e desenvolvimento da economia açucareira, atraindo pessoas que não possuíam recursos financeiros para construir um engenho”⁸⁴.

Aqui, nesse momento, Stuart Schwartz define bem como se deu esse processo chamado por ele de “Hierarquia Social” de um projeto idealizador, dentro de um costume de posição social europeu:

Os Portugueses, assim como outros colonizadores do Novo Mundo, trouxeram consigo não só uma concepção idealizada de hierarquia social, consagrada e apoiada pela teologia, mas também critérios práticos acerca das relações e posições sociais tais como se apresentavam em Portugal. Esses conceitos e experiências impuseram limitações à maneira pela qual a sociedade se formou no Brasil e, no mínimo, definiram a terminologia da organização social na colônia. Os abastados senhores de engenho do Brasil aspiravam aos títulos, privilégios e regalias a nobreza tradicional, e a maioria dos grupos sociais procurou obter de alguma forma reconhecimento e legitimação de seus status por meio de consuetudinários.⁸⁵

Nesse sentido, o autor remonta a um grande número de trabalhadores os quais procuraram se estabelecer para além da grande lavoura, pois alguns produziam algodão, outros eram artesãos, outros responsáveis por plantar alimentos, mestres de engenho, carpinteiros, oleiros e oficiais. Assim descreve no relato de Duarte Coelho:

Uns fazem engenhos de açúcar porque são poderosos para isso, outros canaviais e outros algodões e outros mantimentos que é a principal e mais necessária coisa para a terra, outros usam de pescar que outrossim é muito necessário para a terra, outros, outro usam de navios que andam buscando mantimentos e tratando pela terra... outros são mestres de engenhos, outros mestres de açúcar, carpinteiros, ferreiros, oleiros e oficiais.⁸⁶

Desse modo, podemos perceber como se dava a dinâmica da produção açucareira no Brasil, como se desenvolveram os processos da cultura da cana de açúcar, sua implementação dentro de outros projetos portugueses e depois instituídos no Brasil, suas inovações tecnológicas, políticas, econômicas e, principalmente, a resistência dos povos indígenas e não sua inocência ou selvageria como nos é exposto, o que nos faz pensar quem foram os selvagens no contexto de extermínio do século XVI nessa invasão europeia.

Cabe a nós, historiadores, e àqueles ligados à educação, oferecer conhecimentos aos alunos sobre esses processos econômicos na história da colonização. Precisamos demonstrar a eles a importância dos diferentes sujeitos históricos, da população africana, dos trabalhadores e, claro, desenvolver abordagens conceituais nos processos de luta das populações nativas,

⁸⁴ Ibidem, p. 36

⁸⁵ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

⁸⁶ COELHO apud SCHWARTZ, 1988, p. 38.

desenhar na história um distanciamento do eurocentrismo,⁸⁷ mesmo que seja muito difícil em alguns momentos, mas descrever seu protagonismo na história deste país, e isso deve constar nos livros didáticos e em sua construção. Assim, os trabalhos de monografia das universidades podem ter uma importante contribuição para uso em sala de aula, para possibilidades de inserção de conteúdos nos livros de história. No que compete à presente pesquisa, essa parte do trabalho pode ser direcionada não apenas ao contexto do ensino fundamental II, mas também aos anos iniciais do ensino médio, que têm em seu currículo o Brasil colonial do século XVI.

⁸⁷ O problema do eurocentrismo é de difícil superação ainda hoje porque, conforme nosso entendimento, ainda há uma prática docente estruturada a partir de princípios que pressupõem determinados conceitos, ideias e mesmo visões a respeito do desenvolvimento histórico da humanidade. Ainda que haja esforços para mudar o foco da abordagem eurocêntrica, ela está disseminada na própria divisão em épocas (como História, Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea), nas relações de causa-consequência estabelecidas a partir do contexto europeu como determinante (por exemplo, a Revolução Industrial determinou os processos de modernização no Brasil nos séculos XIX e XX), e na própria noção de percurso histórico no tempo (o desenvolvimento da humanidade se daria exclusivamente “no tempo” e as mudanças estão condicionadas a determinados eventos, os quais seriam responsáveis pela reverberação desta mudança pelo mundo). *Apesar de todos estes problemas, compreendemos que o enfrentamento do eurocentrismo se faz necessário desde já, não apenas parcialmente ou discursivamente.*

CAPÍTULO III – ESCRAVIDÃO INDÍGENA E TRANSIÇÃO PARA A ESCRAVIDÃO AFRICANA

3.1 Da resistência à escravidão

O que muito se vê hoje em dia são argumentos de senso comum, por meio dos quais se querem estabelecer verdades, estereótipos muitas vezes, encadeadas por alguns autores, que trazem o indígena como um conjunto de povos preguiçosos, aproveitadores, dizendo que não houve escravidão indígena, porque eles não aguentavam o trabalho pesado, entre um leque de formulações sem conceito ou mesmo estrutura teórica ou argumentativa.

O período de escravidão indígena não pode ser definido nos contextos históricos de maneira exata, mas ao longo desse processo de colonização, pois essa escravidão indígena aconteceu durante séculos, nesse passado de um território hoje chamado Brasil. Ademais, sabemos que se instituíram diversas formas para assassinar e escravizar os povos indígenas e que os europeus criaram um projeto de destruição dessa população. Aliás a dizimação em massa da população indígena só não aconteceu de forma concreta, ou seja, totalmente, porque esses povos resistiram a inúmeras guerras, como resistem ainda hoje em meio a garimpeiros, madeireiros, grileiros de terras e bancada ruralista nas reservas indígenas.

A ideia, neste capítulo, é trazer algumas discussões sobre a escravidão indígena e a importância de descontextualizar certos preconceitos, possibilitando um olhar sobre a resistência, o protagonismo indígena nessas relações e, principalmente, evidenciando a importância dessa temática nos livros didáticos do ensino fundamental. Voltamos a dizer que este trabalho tem por principal objetivo auxiliar, como material, estudantes e professores sobre a temática.

A obra utilizada para as discussões e que possui uma qualidade especial para tratar da expressão escravidão indígena é *Os negros da Terra*, de John Manuel Monteiro. Esse trabalho é a tese de doutorado do professor apresentada à Universidade de Chicago nos Estados Unidos e refere-se à formação do Estado e da cidade de São Paulo entre os séculos XVI ao século XVIII. Sendo um dos maiores estudiosos sobre os povos indígenas do Brasil, Monteiro é um dos responsáveis por uma história de revisão sobre a “extinção”, sobre os impactos da colonização nos povos originários, em sua transformação cultural e também adaptativa em relação à colonização, demonstrando sua resistência e seu protagonismo nas relações sociais e culturais e de extrema importância na formação desse País. A expressão “negros da terra”

evidencia de forma direta uma expressão para designar o indígena escravizado, servo, um rebaixamento em favor do português, não tanto no sentido racial, mas sim em comparação social e cultural.

Outra obra a ser discutida e que fará o debate com o autor será a de Benedito Antônio Genofre Prezia, Doutor em Ciências Sociais, autor da tese *Os Tupi de Piratininga*, que trabalha com a região do estado de São Paulo nos anos finais do século XVI, ou seja, de 1550 em diante. Esse autor foi um grande admirador de John Manuel Monteiro e de seu trabalho, citando-o diversas vezes em sua obra, mas tentando, em contrapartida, trazer aspectos mais elementares, como combater um discurso menos dicotômico, acalorado entre apenas colonizador e colonizados, retirar esse aspecto de dualidade, que, muitas vezes, nos impede de ver a história como um processo. É de extrema dificuldade encontrar leituras as quais esclareçam os temas indígenas e que tenham propriedade para estabelecer diálogos com esses autores. Por isso, eles são, em suma, os dois autores mais gabaritados para se discutir sobre a escravidão indígena na região de São Vicente do Sul no século XVI.

Com a chegada dos europeus, os primeiros momentos foram de conhecimento entre estes e os indígenas. Havia uma tensão, e, para desencadear relações, eles passaram a fazer certas trocas, chamadas de *escambos*. Nesse momento, surgem os interesses de ambos os lados, para formular as alianças entre indígenas e portugueses, não no sentido de: “se enquadrarem no contexto de uma economia de mercado em formação, [pois] as relações de mercado estavam vinculadas intrinsecamente ao estabelecimento de alianças com os europeus”⁸⁸. Dessa forma, a escravidão nasce desde o primeiro contato, visto que as trocas iam de interesses ambientais aos humanos, e, por parte dos portugueses, um mercado de escravos se abria para a Europa através da mão de obra de indígenas.

De acordo com Benedito Antônio Genofre Prézia, os indígenas foram primeiramente transportados como mercadorias:

Na época das feitorias, além do pau-brasil, animais e peles, os armadores levavam indígenas, como foi no caso da nau Bretoa, dos cristãos-novos italianos Fernão de Loronha, Marchioni e Morelli, que estiveram no Brasil em 1511. Segundo o inventário de mercadorias, foram transportados 5.008 toras de pau-brasil, muitos papagaios, gatos-do-mato, macacos e 35 escravos, dos quais 22 mulheres e 13 homens.⁸⁹

⁸⁸ MONTEIRO, 1994, p. 32.

⁸⁹ PREZIA, 2008, p. 130.

Um tempo depois, no ano de 1527, foi a vez dos espanhóis:

os espanhóis também se abasteciam de escravos indígenas, como ocorreu com o capitão Diogo Garcia, que em 1527, em viagem ao rio da Prata, fez escala em São Vicente do Sul para abastecer a frota de água e víveres e construir um novo bergantim. Na volta de sua viagem ao Sul, comprou do Bacharel de Cananéia 80 escravos.⁹⁰

Na maioria das vezes, esse mercado era feito através das trocas de escambo: “este comércio de escravos, na maior parte Carijó, era feito permutando mercadorias, sem afetar os padrões tradicionais indígenas”⁹¹. Isso porque os povos indígenas eram muito abertos ao diálogo, pois é da tradição indígena essa questão de incorporar o outro, conviver mesmo com suas diferenças ou conflitos. Já os portugueses, muito preocupados com o projeto de dominação, inicialmente, almejavam a implantação de um sistema de produção e também definir os territórios em capitanias e, logicamente, invadir, saquear e escravizar.

Em um trecho da Carta de Caminha, o primeiro documento a ser enviado a Portugal, relata-se essa questão sobre a boa vontade. Acreditando serem amigos, alguns indígenas se colocavam à vontade enquanto os portugueses os viam com desconfiança:

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançavam e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco, a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pagem; e Aires Gomes a outro, pagem também. Os que o capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos – o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.⁹² (A Carta de Caminha, Pero Vaz de Caminha, pág.12)

A ideia aqui de amansar os indígenas, de tramar seus interesses com esses povos está nítida. As estratégias passavam a ser traçadas desde o primeiro contato. Os portugueses estabeleceram, nitidamente, sua intenção em amansar para colonizar, numa possível visão de invasão camuflada de falsidade e interesses.

Esse contexto deve ser discutido em sala de aula, principalmente determinando uma posição em primeiro momento, de fragilidade indígena pela tentativa de amizade, na qual custou caro aos povos do litoral. Para mais, é preciso demonstrar, historicamente, como se deu

⁹⁰ PREZIA, 2008, p. 130.

⁹¹ *Ibidem*, p. 131.

⁹² CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Universidade da Amazônia. NEAD – Núcleo de Educação a distância. Belém – PA.

o projeto português de dominação; não aquele imaginário sem contextualização, sem conflitos, sem resistência.

Ao longo dos litorais, das capitanias de Pernambuco a São Vicente, os povos tupinambás, de língua tupi-guarani, são, por natureza, povos guerreiros e ritualísticos, e sua religiosidade influenciava diretamente todos os aspectos da dinâmica indígena. Nesse contexto, os portugueses passaram a utilizar das seguintes estratégias: trocas de escambo, casamentos entre portugueses e indígenas, intensificação das guerras entre aldeias, catequização, guerras indiretas (alianças entre povos indígenas e portugueses) e guerras diretas, portugueses contra povos indígenas), para assim tomar posse de suas terras e escravizá-los.

Outro aspecto evidente dentro desse novo sistema de capitanias era o comércio exterior de mão de obra nativa como demonstramos na obra de Benedito Prézia. Nos contratos firmados com o Rei Dom João III, cada donatário deveria enviar 24 indígenas escravizados para Portugal, livres de qualquer custo, fosse de impostos ou traslado:

O comércio de escravos prosperava em Portugal, pois era uma importante fonte de renda para um país de poucos recursos naturais. Na própria carta de doação das Capitanias, Dom João III concedia ao donatário enviar para o reino '24 peças cada anno', livres de imposto real, além de se poder utilizar os indígenas como marinheiros e grumetes.⁹³

Nas primeiras situações, os tupis aceitaram as trocas, como presentes, espelhos, utensílios para plantios, como enxadas feitas de ferro, e compra de cativos indígenas, primeira demonstração de escravidão. Aqui os colonizadores já demonstravam um projeto de desestruturar as aldeias, fornecendo bebida alcoólica, neste caso aguardente, uma novidade que viciava, "para os acarinhar":

Os portugueses, por sua vez, não alimentavam ilusões quanto ao papel do escambo: este existia para servir aos interesses imediatos, freqüentemente executado com a idéia cínica de que os amigos de hoje podem tornar-se os escravos de amanhã. Essa postura manifestava-se claramente nos casos em que as bugigangas - aparentemente inócuas - apareciam ao lado da aguardente de cana como objeto de troca. Ao descrever o escambo com as aldeias do Sul, um senhor de engenho do Rio de Janeiro explicou: 'Esta gente é muito afetuosa à aguardente; por conseqüência, fazemo-lhe o presente dela para mais os acarinhar'⁹⁴

Na região nordeste, para sermos mais exatos, em Sergipe, o trabalhador indígena assalariado não ganhava o mesmo valor de trabalhadores brancos, e seus pagamentos, muitas vezes, eram feitos em espécie, não em dinheiro. Entendemos que não se faz nas tradições

⁹³ PREZIA, 2008, p. 131-132.

⁹⁴ MONTEIRO, 1994, p. 63.

indígenas uma valorização monetária das coisas, mas a forma como os incentivavam ao uso do álcool se faz visível, além, claro, de uma outra maneira de escravizar. Stuart Schwartz descreve bem:

No Engenho Sergipe, eles geralmente pagos por mês em vez de diariamente, ou até mesmo, mais amiúde, por tarefa. Seus serviços em geral não requeriam tempo específico para serem concluídos, e frequentemente os pagamentos eram em espécie, e não em dinheiro. Farinha de mandioca, tecidos e álcool eram os “salários” usuais dos indígenas, do Maranhão a São Paulo. Fica evidente que os portugueses acreditavam, quaisquer que fossem os motivos, que os trabalhadores indígenas não podiam ser tratados como os outros.⁹⁵

Ao longo dos litorais, das capitanias de Pernambuco a São Vicente, os povos tupinambás, de língua tupi-guarani, que são, por natureza, povos guerreiros e ritualísticos, travavam guerras internas pelos territórios e seus recursos, de modo que os portugueses passaram a se utilizar de alianças esporádicas entre os povos adversários, que viam nesse ajuste uma maneira de acabar com seus inimigos internos, inimigos mortais, que em confrontos anteriores poderiam ter assassinado algum parente ou ente querido, e assim a vingança se estendia – como na expressão de John Monteiro, “sede de vingança”. Dessa forma, os confrontos aconteciam com a ajuda dos portugueses, e os vencidos em guerra, além de perderem seus territórios, aqueles que não fossem sacrificados pelos rituais de antropofagia, eram trocados ou cedidos como escravizados para mão de obra:

Considerando o estado de fragmentação política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração da população nativa dependiam necessariamente do envolvimento dos portugueses nas guerras intestinas, através de alianças esporádicas. Ademais, pelo menos aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão-de-obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais. Os índios, por sua vez, certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais.⁹⁶

Todavia, de acordo com Prézia, nem sempre era do feitio dos tupis deixar de sacrificar os guerreiros, mesmo através de suas alianças: “nem sempre a prática de destinar inimigos para o cativo era do agrado dos Tupi, que tradicionalmente os capturavam para suas cerimônias”⁹⁷. Ou seja, a resistência era muito maior do que se podia imaginar.

Com a subversão dos povos indígenas pelos produtos portugueses, o escambo perdeu sua principal função, que era a de abastecer com suprimentos os invasores, e a população

⁹⁵ SCHWARTZ, 1988, p. 70.

⁹⁶ MONTEIRO, 1994, p. 29.

⁹⁷ PREZIA, 2008, p. 128.

indígena já havia garantido aquilo que mais precisava, ferramentas para a derrubada da mata na hora de formular seus plantios ou produtos os quais já tinham em excesso. Assim sendo, como dizemos antes, os portugueses passaram a se utilizar da segunda estratégia, as *guerras indígenas*, pois aqueles vencidos em guerra, quando não sacrificados pelos rituais, seriam negociados com os portugueses como mão de obra escravizada.

Por conseguinte, havia a dependência de alimentos pelos portugueses e do vasto conhecimento indígena dos plantios, principalmente depois de trocarem grandes ferramentas, feitas de ferro, visto que se criou um excedente na produção, e, como já haviam adquirido muitos materiais necessários, isso fez diminuir as relações de escambo, de modo que os produtos portugueses passaram a não ter grande valor aos moldes indígenas: “para o desagrado dos colonizadores, no entanto, os índios forneciam provisões apenas esporadicamente e de maneira limitada, ao passo que os portugueses começaram a depender mais e mais da produção e mão de obra indígena para seu próprio sustento”⁹⁸. Assim, as negociações passaram a não ser especificamente dos indígenas vencidos para a mão de obra; os portugueses vieram de forma *direta* aos confrontos, formando parcerias, procurando uma reformulação da economia local, que aqui, até então, pertencia aos indígenas:

Na medida em que o escambo se mostrou um pouco eficaz para atender as necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da escravidão. Inicialmente, a aquisição de escravos permanecia subordinada à configuração das relações intertribais. Contudo, com a presença crescente dos europeus, as guerras intertribais passaram a adquirir características de ‘saltos’, promovidos com o objetivo de cativar escravos para as empresas coloniais.⁹⁹

Ao acreditar que um grande mercado de escravos estabelecer-se-ia e um resultado muito lucrativo dar-se-ia no cenário econômico, pois as leis internas passaram a sancionar essa nova forma de adquirir mão de obra, os portugueses intensificaram as guerras internas e diretas, o que trouxe grandes problemas aos indígenas, mas também fomentou sua resistência em relação ao trabalho escravo. Além disso, eles passaram a perceber os interesses portugueses em exterminar seus adversários e passaram a não mais aceitar escravizar seus vencidos, destinando-os aos rituais de antropofagia.

Os portugueses acreditavam que o aumento de prisioneiros de guerra acarretaria a formação de um considerável mercado de escravos, uma vez que mesmo a legislação colonial sancionava esta forma de adquirir trabalhadores. Mas os cativos não se transformavam em escravos tão facilmente. Os europeus logo enfrentaram resistência

⁹⁸ MONTEIRO, 1994, p. 32.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 32-33.

à venda de prisioneiros não apenas entre os captores como também entre os próprios cativos.¹⁰⁰

A resistência ao mesmo tempo que promoveu um grande extermínio dos povos locais, conseguiu mobilizar tanto os que ganharam as guerras quanto os que perderam, e parcerias começaram a acontecer no sentido de lutar contra as invasões e também contra a escravização, o que gerou, posteriormente, a “guerra dos Tamoios”.

A “Confederação dos Tamoios” foi um termo utilizado por Darcy Ribeiro para diagnosticar a Guerra dos Tamoios, e Benedito Prézia em seu livro *Os tupi de Piratininga* traz a necessidade de manter o nome de guerra, pois foi um conflito armado e organizado. Durante muito tempo, segundo Prézia, Ribeiro colocou nos livros didáticos o termo Confederação dos Tamoios e ainda apontava que diferentes etnias haviam participado do conflito, quando na realidade a organização partiu apenas de grupos tupinambás:

Tal versão foi reproduzida por Darcy Ribeiro, quando afirmou, numa de suas obras, que a Confederação dos Tamoios ocorreu como ‘uma aliança entre os Tupinambá do Rio de Janeiro, os carijó do Planalto paulista [que não viviam ali nesta época], ajudados pelos Goitacá e Aimorés da Serra do Mar [que na realidade localizavam-se no Espírito Santo], contra os portugueses e seus aliados Tupikim. Essa situação não aconteceu, justamente devido à dificuldade de alianças interétnicas. Desta forma, a versão suplantou o fato, sendo ainda repetida nos livros didáticos e paradidáticos’.¹⁰¹

A religiosidade e os rituais indígenas eram para eles tradições sagradas, e, no advento da guerra, com sua vitória, havia os rituais de antropofagia, ou seja, os guaranis se alimentavam dos guerreiros vencidos em guerra, pois acreditavam que toda sua bravura era transmitida a eles pela carne dos oponentes. Dessa forma, a religiosidade indígena se faz contra a escravidão, uma vez que passaram a entender que os portugueses, além de quererem dominar para escravizar os vencidos em batalha, queriam acabar com sua religiosidade, uma das principais formas de resiliência contra a escravidão. Nesse momento, os vencidos em batalha preferiam a morte a serem escravizados. Assim, por exemplo, quando o jesuíta Azpilcueta ofereceu-se para comprar um prisioneiro tupinambá na hora do sacrifício deste, foi a vítima que impediu a transação: “ele disse que não o vendessem, porque lhe cumpria a sua honra passar por tal morte como valente capitão”¹⁰².

Existia um projeto católico, e, mesmo com todos os problemas de relacionamento entre a Coroa e a Igreja, essa relação, mediante o período de inquisição presente na Europa e a ameaça

¹⁰⁰ MONTEIRO, 1994, p. 33.

¹⁰¹ PREZIA, 2008, p. 291.

¹⁰² MONTEIRO, opere citato, p. 32-33.

Protestante sobre a hegemonia da Igreja Católica no mundo, fez com que uma intensa leva de novos fiéis fosse conquistada. As missões nascem nesse contexto e também no sentido de casarem-se, essencialmente, o projeto português de colonização, até porque a disposição de ambos pela dominação e por posses materiais seguia em consonância. Além disso, não seria aqui no “Novo Mundo” que o projeto começaria, pois havia conotação mundial. No texto de Ronaldo Vainfas, “Trópico dos Pecados”, o autor traz esse parâmetro de forma clara:

Nos domínios portugueses foram sempre os jesuítas que, desde os primórdios da expansão, lograram obter a primazia no campo missionário, a começar pela Índia, onde, dirigidos por Francisco Xavier, estiveram antes mesmo do Concílio de Trento. O Brasil não foi exceção a esse quadro, e desde 1500 salientaram-se os objetivos missionários de colonização: Pero Vaz de Caminha, nosso primeiro cronista, escrevera a D. Manoel exaltando o ‘acrescentamento de nossa fé’ como a principal obra a ser feita na terra da descoberta e, meio século depois, lembraria D. João III a Tomé de Souza: ‘a principal coisa que me moveu a povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica’. No século seguinte, seria Vieira a exprimir sem lugar de dúvidas o sentido missionário ‘os outros cristãos tem obrigação de crer a fé; o português tem obrigação de a crer e, mais, de a propagar [...]. Todos os reis são de Deus feitos pelos homens; o rei de Portugal é de Deus e feito por Deus [...]. Apesar das divergências entre o Estado e a Igreja – e não foram poucas -, e dos conflitos que opuseram colonialismo e ação missionária no Brasil, estaríamos de acordo com Charles Boxer: ‘a aliança estreita e indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a Fé e o Império, era uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral’.¹⁰³

Posteriormente, as relações entre Coroa, Igreja e Colonos vão se encaminhar em determinantes conflitos de interesses, principalmente pela utilização da mão de obra cativa, os quais o Ronaldo Vainfas nos esclarece em seu trabalho. Contudo, o projeto catequizador obtivera muita resistência e também fora responsável pelos conflitos.

Um dos fatores que não se pode negar nessa nova realidade entre “euro-indígenas”, são as transformações culturais, pois elas ocorrem a todo momento, mas não quer dizer que são definitivas e gerais. Alguns tupiniquins, por exemplo, quando da então formação da cidade de São Paulo, foram catequizados, mas, em sua maioria, a resistência religiosa continuava e não se convertiam por completo:

Alguns grupos tupiniquins, por exemplo, sobretudo após a chegada dos jesuítas, abandonaram a antropofagia e passaram a dar um enterro cristão aos inimigos mortos. Anchieta, ao comentar a dificuldade em eliminar por completo o sacrifício dos prisioneiros, escreveu que, ‘entre tanta multidão de infieis, algumas poucas ovelhas se abstenham ao menos de comer seus próximos’. Quando não mais serviam as relações de amizade, pois os inimigos passavam a ser destruídos ou escravizados, as alianças já não se valiam, e as relações passavam por parte dos portugueses serem de ‘...de relativa igualdade e de subordinação’.¹⁰⁴

¹⁰³ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 14-15.

¹⁰⁴ MONTEIRO, 1994, p. 33.

Diante dessa realidade, foram ficando cada vez mais tensas as relações internas entre os portugueses e os aliados indígenas, assim dizendo, a guerra dos portugueses em aliança com os tupiniquins, contra os tupinambás, pela tomada de São Vicente e do litoral Paulista entre os anos de 1540 e 1560. Mesmo assim, houve uma organização dos povos tupinambás que passaram a se aliar para resistir à dominação dos territórios. Como Benedito Preziosa nos explicou anteriormente, e as informações entre ele e Monteiro se inserem no mesmo pensamento, sobre “A guerra dos Tamoios”:

Apesar das dificuldades enfrentadas na dominação dos Tupiniquim, os portugueses de São Vicente conseguiram incitar os aliados a intensificar os conflitos com os Tupinambá. Em vista desta escalada, diversos grupos tupinambás, ao longo do litoral de Cabo Frio a São Vicente, aliaram-se, formando um poderoso movimento de resistência. Entre as décadas de 1540 e 1560, todo o litoral e muitas partes da Serra Acima foram envolvidos na chamada Guerra dos Tamoios.¹⁰⁵

Nesse momento, diversas populações indígenas foram dizimadas ou fugiram para o interior, e o contexto de guerra e de liderança passou a ser apenas dos invasores. Os povos indígenas passaram a renunciar a dinâmica luso-colonial. Ademais, outro fator passou a preocupar as autoridades portuguesas, que eram a “insubordinação e rebeldia indígena”. Aqui se demonstra como nada foi entregue de forma tranquila, que o indígena não era preguiçoso, invalidando o discurso de que ele não gostava de trabalhar, pois demonstra a exploração de mão de obra nativa e sua intensa luta pela liberdade e território. Em verdade, viam-se assassinatos em massa e um declínio demográfico da população indígena:

Ademais, ficava cada vez mais claro para as autoridades portuguesas que a insubordinação e rebeldia indígena estavam intrinsecamente ligadas às provocações europeias, na medida em que a exploração desenfreada da mão-de-obra indígena aparentemente levava tanto à resistência armada quanto ao declínio demográfico. A percepção desta ligação entre demandas europeias e comportamentos indígenas contribuiu para a alteração radical da política portuguesa para o Brasil, política esta que envolvia pela primeira vez a própria Coroa enquanto agente colonial.¹⁰⁶

De acordo com Benedito Preziosa, muitos indígenas eram marcados a ferro e fogo e chamados de cães pelos colonos; o ódio contra indígenas transcendia, justamente pela forma como resistiam à escravidão. Os maus tratos evidentes, também conduzidos por outros europeus, como ingleses e franceses, instituíam novas maneiras de exterminar os indígenas, através das mais diversas formas de tortura:

Nóbrega queixava-se do ódio que os colonos tinham pelo indígena, chamando-os de cães e tratando-os como tais. Houve o caso de João Perez, o gago, condenado por ter morto um escravo indígena com açoites. Pela falta de pessoas qualificadas, o governador Duarte da Costa pediu ao rei que sua condenação – certamente o degredo

¹⁰⁵ MONTEIRO, 1994, p. 35.

¹⁰⁶ MONTEIRO, 1994, loco citato.

para Bertioga -, fosse permutada pela construção de um novo caminho ligando Santos ao Planalto. O inglês Knivet descrevia também a maneira como os vicentinos que foram morar no Rio de Janeiro depois da expulsão dos franceses tratavam os escravos indígenas, ‘marcando-os a ferro como cães, açoutando-os e inflingindo-lhes suplícios como se não fossem eles de carne e sangue’.¹⁰⁷

O trabalho pesado dos engenhos e também o perigo de acidentes eram enormes. Muitas vezes agredidos para que o trabalho andasse em ritmos acelerados, acontecia de morrerem muitos cativos ou perderem partes do corpo:

O trabalho nos engenhos era duro e perigoso. Por isso, Cardim escrevia que pelo tipo de atividade, ‘sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos’. Embora os engenhos de São Vicente devessem ser mais primitivos e talvez menos perigosos que o da Bahia, não devia estar fora de possibilidade que esses indígenas, pouco afeitos a maquinaria, tivessem decepado um dedo ou a mão, como descrevia Antonil, ao se referir aos engenhos da Bahia. Os acidentes na moenda ocorriam, sobretudo com escravos, horas a fio, quando vencidos pelo cansaço, ficavam mais desatentos.¹⁰⁸

Aqui entendemos, perfeitamente, os aspectos que fazem dizer que a escravidão indígena foi branda, menos violenta do que a dos povos africanos, mas também sabemos que se trata de um tremendo equívoco. Ambas foram violentas e invadiram tanto os territórios dos povos africanos como dos indígenas, além de levá-los para outros locais, dos quais nunca encontrariam formas de retornar. Claro que a dominação ocorreu em medidas diferentes, mas não se pode justificar um tratamento melhor entre uma e outra. Afinal, escravização é um processo violento e sempre foi lucrativo para os senhores. Isso deve ser descrito nos livros didáticos; devem ser demonstrados esses tratamentos ao povo indígena pelos invasores europeus.

As “manifestações políticas indigenistas” e a preocupação pela matança surgiram por parte da Coroa devido à quantidade de indígenas mortos que continuava aumentando dentro de parâmetros “legais”. Todavia, essa preocupação não se dava no sentido de preservar a população indígena porque havia preocupação com o extermínio desses povos. Isso não vinha a critério, e se faz ingênuo quem pensar nisso, mesmo quando tratamos do relacionamento desses povos com os padres Jesuítas. Dessa maneira, as leis passaram a se ajustar no sentido de legitimar a exploração, dentro de um retrato péssimo de assassinatos em massa, admitindo que “o fracasso da maioria das capitânicas tinha raízes no cativo ilegal e violento praticado pelos colonos e a preocupação portuguesa na exploração da mão-de-obra”:

De fato, ao redigir o Regimento de Tomé de Sousa em 1548, a Coroa não apenas estabeleceu as bases de um governo colonial como também esboçou a primeira

¹⁰⁷ PREZIA, 2008, p. 136.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 127.

manifestação de uma política indigenista, dando início a uma série interminável de leis, decretos, ordens e regimentos que fariam parte de uma legislação no mais das vezes ambígua e contraditória. A nova postura expressa no Regimento admitia abertamente que o fracasso da maioria das capitânicas tinha raízes no cativeiro ilegítimo e violento praticado pelos colonos. Ao mesmo tempo, de forma mais velada, o Regimento reconhecia que o êxito da Colônia dependia, em última instância, da subordinação e exploração da mesma população indígena.¹⁰⁹

Outro caráter velador que utilizaram para tentar manter os povos indígenas pacificamente, os vendo como “trabalhadores produtivos”, foi feito pelos jesuítas. Esses, que seguiam ordens de Roma, foram incumbidos de “servirem aos interesses da coroa como instrumentos da política de desenvolvimento da colônia”. Assim, faziam-se aldeamentos e tinham por entendimento um “método alternativo” de “assimilação dos povos indígenas”, através de uma política indigenista, projeto este que obteve alguns resultados positivos em primeira mão, mas pelos quais os indígenas perceberam suas reais intenções. Desse modo, ele veio a fracassar com as constantes fugas dos indígenas dos assentamentos e com a não aceitação da catequização seguida de escravização. Aqui se entende muito bem os interesses da Igreja na dominação, seu respectivo valor a “proteção” dos povos indígenas, buscando sempre uma parte dos domínios e territórios, sempre tentados pela riqueza. Assim, após a guerra dos Tamoios, jesuítas e colonos vão entrar em conflito pela mão de obra indígena:

Em 1567, quando a Guerra dos Tamoios chegou a seu fim, devido à agressiva campanha militar comandada por Mem de Sá, as áreas de ocupação portuguesa na capitania de São Vicente achavam-se momentaneamente pacificadas. No entanto, a perspectiva de desenvolvimento econômico que a paz prometia ressurgia com toda a força na luta pela mão-de-obra indígena, caracterizada sobremaneira pela competição direta entre jesuítas e colonos. Uma vez consumada a separação, disputava-se o direito de administrar o trabalho dos índios já deslocados para a esfera colonial.¹¹⁰

A recusa dos povos indígenas ao aldeamento e a trabalhar tanto para colonos quanto para jesuítas, por resistirem, criou nos colonos uma revolta aos jesuítas. “Os colonos atribuíram essa resistência ao controle absoluto exercido pelos jesuítas” e sua indignação a escravidão indígena poderia gerar sérios problemas para a colônia; “os colonos advertiam que sob as condições atuais os índios não serviam para nada; pelo contrário, chegavam a representar uma ameaça a Colônia”¹¹¹. Nesse momento, as fortes doenças assolavam os aldeamentos e grande parte da população indígena vinha a óbito devido a epidemias de varíola.

Essas missões foram catastróficas para os povos da região da então São Paulo e adjacências: muitos desapareceram, sua cultura foi transformada e houve forte desarticulação

¹⁰⁹ MONTEIRO, 1994, p. 36.

¹¹⁰ Ibidem, p. 40.

¹¹¹ Ibidem, p. 46.

da sociedade indígena. Nesse contexto, a homogeneização de povos de diferentes culturas foi muito forte. Em resumo, os jesuítas passaram a movimentar suas estratégias de dominação em três áreas: “a conversão dos principais, a doutrinação dos jovens e a eliminação dos Pajés”¹¹².

A resistência indígena foi mais uma vez o principal motivo pela desestruturação dos aldeamentos, os jesuítas os forçavam contrariar sua religiosidade, por mais que conseguiam batizar milhares de índios, acreditavam “ingenuamente na adesão cega ao seu rebanho brasileiro”. Ao catequizar um chefe das aldeias, os outros indígenas não o seguiam no sentido de abandonar suas tradições. A resistência foi critério para a não aceitação da escravidão de mão de obra, religiosa e bélica:

Mas, a cada passo, enfrentavam resistências, em maior ou menor grau. De fato, acompanhando os efeitos devastadores das doenças, foi a resistência indígena o principal obstáculo ao êxito do projeto Missionário. Os jesuítas, como os demais europeus, contavam ingenuamente com a adesão cega ao cristianismo de seu rebanho brasileiro: não faltam, nos relatos quinhentistas, os batismos em massa, os supostos milagres e as dramáticas declarações de fé por parte das lideranças indígenas. Mas seus esforços nem sempre surtiram efeito, e mesmo a conversão de um chefe não garantia a adesão de seus seguidores. Nóbrega, por exemplo, citando um caso na Bahia, relatou que um chefe chegou a ‘estar mal com todos seus parentes’ por ter aceito a conversão e colaborado com os padres.¹¹³

Por volta dos anos de 1580, os colonos, não aceitando mais os aldeamentos e também sendo contrários aos métodos de manipulação jesuíticos, passaram aos seus critérios e foram além daqueles estabelecidos na “Guerra Justa”, uma lei criada nos anos de 1570, por meio da qual se podia escravizar mediante guerras e admitia-se o cativo. Como iam de encontro ao sertão, ao interior, a população inimiga dessa vez era os Tapuias. Nessa região de São Paulo, viviam os Aimorés, de troncos linguísticos denominados Jê. Como já citamos neste trabalho, eles eram guerreiros com intensidade maior para as guerras e eram ainda mais resistentes que os tupiniquins e tupinambás, além de menos comunicativos devido à linguagem diferenciada.

Além do binômio, de reduzir diversos grupos a apenas Tupis-Tapuias, a de traduzir os povos indígenas como preguiçosos vem também desses aspectos. Percebemos que a bravura Tapuia, aqui em específico dos povos Guaianá, não é determinada em nenhum momento nem que esses eram resistentes e lutavam pelos territórios que os pertenciam, mas, pelo contrário, aponta-se que eram preguiçosos e que não gostavam de trabalhar: “a questão do trabalho também realçava a distinção algo estereotipada entre Tupi e Tapuia”. Ao referir-se aos Guaianá

¹¹² MONTEIRO, 1994, p. 47.

¹¹³ Ibidem, p. 47.

de São Paulo, Gabriel Soares de Sousa comentou: “e quem acerta de ter um escravo guaianás não espera dêle nenhum serviço, porque é gente folgazã de natureza e não sabe trabalhar”.¹¹⁴

A organização social indígena também deve ser demonstrada, porque, mesmo com a desestruturação e extermínio advindo da invasão portuguesa, os chefes das malocas, das aldeias e também da supra-aldeia foram e ainda são fundamentais. Os chefes tinham essa liderança permanente sobre as aldeias e suas organizações, muitas vezes atreladas ao parentesco entre os próprios indígenas. Eles eram responsáveis por guardar as tradições e ensiná-las aos mais novos e também responsáveis pelas alianças e proteção. Por exemplo, os tupinambás do Maranhão, os Xamãs eram os mediadores entre o espírito e o povo, e entre suas funções estavam o “curandeirismo”, a interpretação dos sonhos e a proteção local contra as ameaças externas, entre elas espíritos malévolos:

Este mesmo papel - guardião das tradições - era compartilhado com os xamãs, ou pajés, que às vezes acumulavam, também, autoridade política. De acordo com Evreux, na sua descrição dos Tupinambá do Maranhão, os xamãs ‘ocupam entre os selvagens a posição de mediadores entre os espíritos e o resto do povo’.^{3º} Com efeito, enquanto intermediários entre o sobrenatural e o cotidiano, curandeirismo, a interpretação de sonhos e a proteção da sociedade local contra ameaças externas, entre elas espíritos malévolos. Sua autoridade derivava principalmente do conhecimento esotérico que possuíam, resultado de longos anos de aprendizado com xamãs experientes.¹¹⁵

Outras lideranças eram os caraíbas, para os povos tupi-guarani, “Profetas ambulantes”, que iam de aldeia em aldeia levando mensagens de espiritualidade e conselhos. Eles eram de grande influência entre as aldeias, responsáveis também pela resistência direta, sendo grandes oradores, e, mesmo estranhos a algumas comunidades, tinham em seus conselhos misturados de religiosidade um caráter guerreiro e estratégico, de influenciar a não produzirem muitos alimentos, a não trabalhar e partirem a pensar mais nas táticas de guerra, como afiar suas flechas e paus, pois assim venceriam seus inimigos, e caso viessem a morrer em batalha alcançariam seu paraíso, chamado por eles “a terra sem mal”, lugar dos grandes guerreiros dos quais se alimentavam dos seus inimigos. Essa última questão mostra a importância dos rituais de antropofagia na resistência, pois dessa forma não se escravizavam os inimigos e os exterminava dentro dos parâmetros da “Sede de Vingança”, já mencionada anteriormente:

Exímios oradores, estes profetas transitavam de aldeia em aldeia, deixando uma mensagem messiânica entre os índios. Nóbrega ofereceu alguma indicação de seu recado apocalíptico: O feiticeiro lhes diz que não cuidem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento por si crescerá, e que nunca lhes faltará que comer, e que por si virá a casa; e que os paus agudos se irão cavar, e as flechas se irão ao mato por caça para seu senhor, e que hão de matar muitos de seus contrários, e cativarão muitos para seus

¹¹⁴ MONTEIRO, 1994, p. 52.

¹¹⁵ Ibidem, p. 25.

comeres. O discurso profético convencia aldeias inteiras a embarcarem em longas viagens em busca de um paraíso terrestre, uma ‘terra sem mal’, onde a abundância, a eterna juventude e a tomada de cativos predominavam.¹¹⁶

A organização, liderança política, xamanismo, a guerra e o sacrifício de cativos foram essenciais entre as diferentes formas de resistência contra a escravidão. Além desses critérios trazidos por John Monteiro, existe também o das alianças entre aldeias.

Aqui entendemos que a escravização indígena continuará em todo o período de colonização, com a interiorização do país, nas expedições bandeirantes, através do conhecimento indígena das florestas, bem contextualizado no livro *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda:

Quando não fossem praticáveis tais sistemas o índio encontrava meios de guiar-se pelo sol e com tal habilidade que, segundo referem crônicas quinhentistas, dois tupinambás degredados da Bahia para o Rio de Janeiro e levados por mar conseguiram, depois de fugir, tornar por terra ao seu país, caminhando mais de trezentas léguas através da mata e de parcialidades hostis. Durante a noite marcavam as horas, em alguns lugares pela observação das estrelas e constelações. Durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão.¹¹⁷

Sem esse conhecimento de adequação sobre o ambiente das matas, não seria possível criar os acessos os quais os invasores utilizavam para escravizar e procurar novos locais de saques:

Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nos roceiros. Concebe-se que as práticas inventadas pelo gentio para marcar os caminhos – por exemplo, o uso de dobrar galhos ou de golpear os troncos de árvores, ainda frequente entre gente do interior – fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas. Outros processos não faltariam, inspirados provavelmente em tradições vindas das penínsulas.¹¹⁸

É mais que necessário desmistificar certos argumentos de senso comum em relação ao século XVI, e também é importante demonstrar nos livros didáticos do ensino fundamental que trabalham diretamente com essa temática que existe uma tendência em se retirar o protagonismo indígena na história, bem como sua luta contra o extermínio, pela liberdade e seu direito pelo território, como povo nativo.

A forma pela qual aconteceu o projeto de eliminação indígena fez com que as populações nas regiões invadidas fossem diminuídas a baixas proporções, pois os povos indígenas resistentes que restaram após a destruturação das aldeias fugiram para o interior, e

¹¹⁶ MONTEIRO, 1994, p. 24.

¹¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 20

¹¹⁸ HOLANDA, 1994, loco citato.

assim a população que restava de colonos, jesuítas e autoridades locais era muito pequena. Isso fez também surgir a necessidade de mão de obra para trabalhar nos engenhos, como no caso da região de São Paulo, o que não fica muito distante da realidade de outras localidades, como no norte e nordeste. Assim, dá-se a escravização de pessoas advindas das colônias portuguesas na África.

3.2 Da escravização indígena à africana

Na Bahia os indígenas constituíram-se na principal fonte de braços durante quase um século, e mesmo após sua substituição por africanos, ainda podiam ser encontrados nos engenhos ou em suas proximidades, na condição de trabalhadores forçados, assalariados ou camponeses.¹¹⁹

Nesse momento das discussões, vamos nos ater a diversos autores, mas prioritariamente a Stuart Schwartz, John Manuel Monteiro e Benedito Antônio Genofre Prézia nas obras *Segredos Internos*, *Os Negros da Terra* e *Os Tupi de Piratininga*. Vamos, ainda, tentar trazer percepções históricas para demonstrar como se davam os processos de utilização da mão de obra escravizada dos povos indígenas, no processo de sua resistência e na substituição pelos africanos. Entretanto, devemos deixar claro que a escravização indígena não termina em definitivo em nenhum momento do projeto colonizador europeu, mas há uma substituição de mão de obra gradual pelos povos africanos.

Pelas leis instituídas portuguesas, a escravidão indígena teria durado setenta anos. Isso devido à constante resistência incidida e a não aceitação das coerções, como já vimos no capítulo anterior sobre esses povos:

A Complexa interação das percepções e do comportamento de europeus e índios condicionou as formas como estes últimos integraram-se – e deixaram de se integrar – na sociedade colonial. A escravidão dos aborígenes no Brasil durou pouco em termos legais (aproximadamente de 1500 a 1570); contudo, lançou-se mão de várias formas de coerção, bem depois dessa época, para se obter o trabalho indígena. Mesmo após a introdução de africanos em grande escala, ainda se podia encontrar índios nos engenhos do Nordeste.¹²⁰

Neste momento, percebemos que a tentativa de apagar, através das leis, a escravização dos povos indígenas foi mais uma das estratégias para utilização da mão de obra africana, mas para, em suma, continuar utilizando a indígena indiretamente.

¹¹⁹ SCHWARTZ, 1988, p. 40.

¹²⁰ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

No século XVI, como citamos na obra de John Manuel Monteiro, discutimos sobre como se dava a dinâmica das guerras e também como os portugueses se utilizaram dela para escravizar os povos dos litorais nos primeiros contatos. Outro aspecto interessante é que toda a dinâmica das guerras tinha um impacto importante nas tradições indígenas, ou seja, isso determinava o *status* do indígena dentro das aldeias:

A guerra e a captura de inimigos para serem finalmente mortos em meio à celebração de um ritual canibalístico eram aspectos integrantes da sociedade tupinambá, pois dessas atividades viris dependiam de um *status*, a escolha de esposas e o progresso ao longo das faixas etárias. Essa necessidade de fazer prisioneiros impelia as aldeias tupinambás e manter-se em constante estado de guerra com seus vizinhos mais próximos.¹²¹

Esse uso das tradições pelos portugueses nos confrontos acabou sendo uma estratégia fantástica para legitimar a escravidão, pois dessa forma traduzia-se em selvageria e legitimava escravizar para não haver mortes, para punir o mal nativo. Esse discurso nunca se encerra.

Todavia, sabemos que esse não era o único motivo que designava as guerras, também se tinha a “Sede de vingança” que esclarecemos anteriormente com John Manuel Monteiro, na qual as perdas de guerra e a ideia de vingar seus entes mortos em batalhas mantinham ainda mais presente essa constante luta interna. A visão cultural portuguesa e sua não aceitação dos rituais de antropofagia dos povos tupinambás foi o motivo que se utilizou para a escravização dos povos indígenas. Após os anos de 1570, esse partiu a ser um motivo “legal” para continuar a escravização: “mesmo após a Coroa portuguesa proibir a escravidão indígena, em 1570, o canibalismo continuou a fornecer uma ‘causa justa’ para pô-los em cativeiro”¹²².

Quando da chegada portuguesa, a primeira atividade em termos econômicos e de saque europeu foi a extração do pau-brasil, matéria básica em qualquer livro de história do ensino fundamental I nas escolas primárias. Portugueses e franceses, nos primeiros 30 anos de extração, estabeleceram-se pela costa. Como o pau-brasil são árvores que estavam presentes próximas ao litoral, elas foram as primeiras a serem derrubadas. Depois eles passaram a entrar para o interior. O pouco conhecimento das florestas pelos europeus fez com que os povos indígenas os ajudassem, também pelo conhecimento que tinham sobre a derrubada da madeira nos momentos em que faziam seus plantios. Nas sociedades indígenas, essas tarefas, como o desmatamento de árvores, eram atividades dos homens. As mulheres tinham, entre suas responsabilidades, o plantio das roças, artesanatos e outros ofícios. Essa atividade de extração

¹²¹ SCHWARTZ, 1988, p. 41.

¹²² SCHWARTZ, 1988, loco citato.

da madeira estava dentro dos costumes tupinambás, e isso foi utilizado como estratégia para trabalharem na retirada da madeira, em troca de presentes, o *escambo*. Se não fosse pela ajuda indígena, os colonizadores não se alimentariam, não se extrairiam madeira e também não conheceriam as florestas. Nesse momento, uma escravização velada já acontecia, camuflada por uma ideia de parceria: “entre 1500 e 1535 o escambo foi o principal meio usado pelos portugueses para obter dos índios o pau-brasil e, em menor grau, a farinha de mandioca. Também foi, indiretamente, um método de obter trabalho”¹²³.

No entanto, o escambo passou a não ser mais uma estratégia portuguesa, e a visão dos povos indígenas sobre os preceitos dos invasores começava a modificar-se, pois já haviam conseguido aquilo que queriam com os presentes, materiais feitos de ferro para utilizar nas roças, armas de fogo e utensílios diversos. Esses são aspectos incidentes que já esclarecemos anteriormente.

Assim, a produção indígena passou a ser mais rápida, surgindo o excedente, o que propiciava sobrar mais tempo para as “atividades improdutivas”, como rituais, celebrações e as guerras: “os instrumentos de ferro aumentavam a produtividade e reduziam o tempo gasto em certas atividades. Ao permitir que os indígenas pudessem satisfazer suas necessidades materiais com maior rapidez, essas ferramentas deixavam-lhes mais tempo para as cerimônias e para a guerra”¹²⁴.

Com a mudança do sistema de produção europeu e com o novo sistema político de invasão dos territórios, as capitanias e os donatários passaram de uma atividade tradicional indígena, que era a extração de madeira, para a agricultura, a produção da cana de açúcar e a fabricação do açúcar, outro fator que fugia às tradições indígenas, a produção em excedente. Essa atividade, nas tradições indígenas, era serviço destinado às mulheres na maioria dos povos tupinambás. Além disso, os povos indígenas sempre foram de produzir apenas a quantidade para suas necessidades, não se pensava em excedente, não se tinha em pensamento comercializar produtos economicamente. Dessa forma, os portugueses partiram a escravizar para a mão de obra, e a resistência seria incisiva nesse processo.

Aqui está presente o motivo pelo qual sempre chamaram os povos indígenas de preguiçosos, pois falta contextualização histórica para demonstrar que estavam lutando e

¹²³ SCHWARTZ, 1988, p. 44.

¹²⁴ Ibidem, p. 45.

sempre resistindo para perpetuar suas tradições, defender seus territórios e costumes, não que não pudessem se adaptar, mas não aceitavam sua escravização:

Para esses últimos, a agricultura era ‘trabalho de mulher’. Se um homem conseguisse o suficiente para comer e algumas ferramentas e armas novas, por que haveria de desejar ou trabalhar por mais? Essa foi uma situação comum na era colonial, observada e comentada em muitos lugares. O índio – visivelmente capaz de grandes esforços – era considerado um preguiçoso nato e alguém com quem não se podia contar. Levados para os engenhos, recusavam-se a trabalhar; tornavam-se macambúzios e alheios ou simplesmente fugiam. Recusavam-se a responder às condições objetivas de mercado criadas pelos portugueses.¹²⁵

Outro diferencial muito interessante e que retoma essa ideia sobre o indígena preguiçoso é que eles não aceitavam muita pressão e gostavam de trabalhar no seu ritmo, mas conseguiam desempenhar funções diversas, como trabalhos pesados: “ao contrário do estereótipo que ficou do indígena preguiçoso, ele era habituado a trabalhos pesados, como se viu na fase do escambo de pau-brasil, mas não feitos de forma sistemática e sob pressão”¹²⁶.

Três estratégias foram formuladas no intuito de manter a escravidão dos povos indígenas. A primeira delas se deu por meio da força nas guerras entre indígenas, ou no confronto direto entre portugueses e os indígenas. A segunda se deu pela ordem jesuítica, no sentido de catequizar na tentativa de tornar os indígenas mais dóceis e de fazê-los trabalhar de maneira “mansa”. A terceira foi posta e prática através de mão de obra assalariada. Assim, os conflitos entre os colonos e jesuítas pela mão de obra indígena, a resistência que tiveram tanto no sentido das guerras quanto na manutenção dos rituais de antropofagia, a tentativa de “europeização”, melhor dizendo de catequização, além, claro, das doenças e surtos de epidemia, fizeram com que esses povos, em todos os processos de dominação, fossem conduzidos ao extermínio em massa – mais uma variante para a utilização de pessoas escravizadas advindas da África.

É interessante como Benedito Prezida traz outras visualizações que não soem de forma generalizada como as propostas por Stuart Schwartz e John Manuel Monteiro, como as traições portuguesas e emboscadas. Aqui também se demonstra a organização das lideranças nativas no sentido de negociar com os portugueses, bem como sua maneira de posicionamento em relação à opressão. Essa pacificidade, que muitos autores colocaram sobre o indígena, pela qual dava critério de superioridade ao branco europeu, cai por terra. Esse é só mais um exemplo. Em um primeiro relato, um português que teria sido ferido em confronto foi socorrido por um cacique:

¹²⁵ SCHWARTZ, 1988, p. 45.

¹²⁶ PREZIA, 2008, p. 130.

O mesmo ouvidor relatava outro episódio onde um lusitano, ferido em confronto, fora socorrido por um cacique, que o levava para sua aldeia. Tendo se restabelecido, retornou mais tarde este português à região de seu benfeitor, mandando recado para que o cacique fosse vê-lo no navio. Imaginando que iria receber alguma recompensa, o cacique se apresentou com seu grupo, no navio, com as lideranças da aldeia. E para sua surpresa, todos foram presos, sendo posteriormente vendidos em outras regiões.¹²⁷

Em outra situação, os portugueses aprisionavam lideranças indígenas na costa e, quando iam fazer as trocas, entregavam a outros povos inimigos, nesse caso um cacique, o qual foi assassinado. Esses aspectos geraram revoltas:

Entre os cativos, levou um cacique, importante aliado dos lusitanos. Para sua libertação foi-lhe pedido grande resgate e, após terem sido satisfeitas as exigências, o cacique não foi solto, sendo entregue a seus inimigos indígenas, que o mataram. Uma rebelião eclodiu na região, sendo mortos vários portugueses, quando ‘queimarão os canaueaes [canaviais] todos com a mais fazenda que auja [havia]’. Nos combates, o donatário lamentava ter ficado sem um olho e ‘quinze anos perdidos nesta terra’, sendo obrigado a abandonar a capitania.¹²⁸

Em sequência, a coroa precisava manter a produção e os custos para uma nova mão de obra advinda da África, o que naquele momento não era viável, uma vez que precisava produzir na nova colônia e retirar dela os meios para investimento. Dessa maneira, a “guerra justa” dava direitos aos colonos de escravizar os guerreiros capturados em guerra, principalmente aqueles que praticavam os rituais de antropofagia, taxando-os de índios bons e índios maus, e aos jesuítas apoiavam o uso das aldeias jesuíticas, o direito de catequizar os índios e fazê-los trabalhar, sem que eles se revoltassem, nas lavouras de cana de açúcar ou na produção de alimentos.

Essas duas formas incisivas nunca deixaram de ser resistidas pelos povos indígenas: “o ponto de vista dos indígenas, tanto a estratégia dos jesuítas quanto a dos colonos eram física e culturalmente destrutivas, embora de maneiras distintas”¹²⁹.

Dos anos de 1540 aos anos de 1570, a escravidão indígena esteve fortemente em todo o litoral do Brasil, da Bahia a São Vicente do Sul. Stuart Schwartz conseguiu fazer um apanhado entre todas essas regiões e demonstrou a quantidade de engenhos e de escravos em cada um deles, e, nos anos de 1583, já com uma frequência de escravidão dos povos africanos, demonstrou uma continuidade com grande proporção de mão de obra escravizada indígena:

O período de 1540 a 1570 marcou o apogeu da escravidão do gentio nos engenhos do litoral brasileiro em geral e, em especial, nos da Bahia. Em 1545, a capitania de São

¹²⁷ PREZIA, 2008, p. 112.

¹²⁸ PREZIA, 2008, loco citato.

¹²⁹ SCHWARTZ, 1988, p. 46.

Vicente, no sul, possuía seis engenhos e 3 mil escravos, dos quais a grande maioria eram índios. Nessa época, podia-se encontrar escravos indígenas também nos engenhos de Pernambuco, da Bahia e de Porto Seguro. Durante as décadas de 1550 e 1560, a indústria açucareira do Nordeste entrou em uma fase de rápida expansão, acompanhada de crescimento semelhante número de trabalhadores cativos. Em 1570, Pernambuco possuía 23 engenhos e tantos escravos índios que o excedente podia ser exportado para outras capitanias. Em 1583, ainda em Pernambuco, havia 66 engenhos e cerca de 2 mil escravos africanos. Dado que cada engenho provavelmente explorava o trabalho de 100 cativos, os índios ainda perfaziam dois terços da força de trabalho nos engenhos dessa capitania, mesmo durante o período de transição para a mão-de-obra africana.¹³⁰

As doenças e epidemias, principalmente as de varíola nos anos de 1560, fizeram com que a população indígena diminuísse substancialmente, a fome assolou portugueses e indígenas, pois os povos da região eram responsáveis pela produção de alimentos, e uma crise se instalou na economia dos invasores, outro fator que fez com que a escravidão indígena fosse repensada pelos europeus, além da resistência indígena em todos os aspectos, de suas tradições, bélicas e religiosas. Isso é mais um dos fatores para as primeiras mudanças de padrões escravistas da coroa e dos senhores de engenho: “apesar de, em alguns casos, essas crises fatais ocorridas na década de 1560 terem facilitado a escravização de índios ao alcance dos portugueses, elas também tornaram claros os perigos inerentes à dependência com relação à mão-de-obra autóctone”¹³¹. Segundo o autor, esse é um dos fatores que estabelecia preços inferiores aos escravizados indígenas e preços superiores aos africanos.

De acordo com Benedito Prezida, há um fator pelo qual a mão de obra indígena era de menor valor do que a africana, pois a maioria dos colonos, de propriedades menores, eram pobres, e os custos de produtos manufaturados trazidos do continente europeu eram altíssimos. No início das capitanias, um terno de roupa vindo da Europa poderia custar três escravos cativos:

Não se pode esquecer que a população de São Vicente, no final do século XVI, era pobre, sem condições de pagar mais. No inventário do mesmo Pero Leme Duas, casas eram avaliadas em 4 mil réis e uma saia azul, “guarnecida de veludo” e importada de Londres, valia 5 mil réis, e um manto novo, 4 mil réis. Numa sociedade onde os produtos manufaturados eram escassos, duas ou três peças de roupa de Portugal ou de Londres compravam um escravo indígena.¹³²

Outro fator que tendenciava a mão de obra africana ser mais valorizada é a questão de importação, uma vez que trazer pessoas de localidades distantes, logicamente, fazia aumentar os preços. Trata-se de uma lógica visível.

¹³⁰ SCHWARTZ, 1988, p. 46.

¹³¹ Ibidem, p. 52.

¹³² PREZIA, 2008, p. 137.

Assim, houve uma crescente onda de mão de obra escravizada advinda da África, de modo que diminuiu o número de escravos indígenas. Isso ocorreu devido ao problema gerado com o extermínio indígena pelas doenças, guerras, miscigenação, pelo constante crescimento da indústria açucareira e seus compromissos na exportação do produto:

Porém, em face da crescente oposição da Coroa à escravização das demandas cada vez maiores da economia açucareira e do catastrófico exemplo de 1560, os colonos voltaram-se cada vez maiores da economia açucareira e do catastrófico exemplo da década de 1560, os colonos voltaram-se para a fonte de braços fornecida pelo tráfico atlântico de escravos. Não foi casual o fato de a importação de grande número de africanos ter começado na década de 1570, seguindo-se à peculiar conjunção de fatores demográficos, econômicos e políticos que evidenciaram os riscos de uma economia alicerçada no trabalho escravo ou forçado de indígenas.¹³³

Quando a dizimação em massa acontecia em um local e não se tinha mais mão de obra cativa, passava-se a trazê-la de outras localidades. A lei de 1570, da “guerra justa”, cadenciava, e essa estratégia se fixava em três fundamentos básicos: aproveitar-se das guerras internas e das habilidades militares indígenas, fazer com que os povos resistentes fugissem para o interior, deixando os territórios livres, e também conseguir mais cativos para as lavouras de cana de açúcar. Quando não se tinham tantos escravizados cativos locais, nem para trazer forçadamente de outras regiões, instituía-se a escravidão africana nas regiões.

A resistência organizada indígena está presente em todas as regiões do território, e seu protagonismo histórico deve ser evidenciado. A escravidão indígena aconteceu durante todo o período colonial, já chegamos a dizer isso várias vezes no decorrer deste trabalho, mas toda a história tem participação indígena de maneira incisiva, o que não foi diferente na Bahia. Numa revolta por volta do ano de 1567, no Recôncavo baiano, o conhecimento de seu território era um diferencial de estratégia para fugas, para confrontos e também organizações:

Em 1567, uma revolta geral abalou o Recôncavo. Em alguns lugares, os senhores foram mortos quando os escravos abandonaram em massa os canaviais. Somente a intercessão dos habitantes das aldeias controladas pelos jesuítas pôs a situação em controle, devolvendo os cativos aos seus donos. Esses movimentos em grande escala foram raros, mas um deles, no sul da Bahia, foi duradouro e tão indicativo do choque entre as culturas e economias indígena e europeia que merece atenção especial.¹³⁴

Esse outro movimento descrito, além do confronto com os senhores, foi chamado de “Santidade”. Ele aconteceu em São Vicente, em Ilhéus e no Recôncavo. Em uma mistura da religiosidade cristã com as tradições dos tupinambás, esse movimento tinha por principal aspecto a resistência sobre a dominação portuguesa “cujo objetivo era dar início a uma era de

¹³³ SCHWARTZ, 1988, p. 52.

¹³⁴ SCHWARTZ, 1988, p. 54.

bem aventura pondo fim ao jogo da escravidão imposta pela dominação e cultura portuguesas”. Abaixo, Schwartz diz no que consistia esse movimento:

De modo geral, o culto da santidade parece ter sido uma combinação da crença dos povos tupinambá em um paraíso terrestre com a hierarquia e os símbolos do catolicismo. Centrava-se em ídolos feitos de cabaças ou pedra, dos quais se dizia possuírem poderes sagrados. Embora tivessem vários formatos, suas funções e atributos parecem ter sido os mesmos. Dotavam seus seguidores de força contra os brancos, e suas vitórias trariam o mundo perfeito do paraíso tupinambá. As enxadas lavriam os campos sozinhas, os arcos disparavam floresta a dentro à procura de caça enquanto caçadores descansariam em aldeias. Os idosos voltariam a juventude, todos poderiam ter muitas esposas e todos os inimigos seriam destruídos ou capturados e comidos. Em honra aos ‘santos’ entoavam novos cânticos, realizavam cerimônias que podiam durar a fio e consumiam-se grandes quantidades de bebida alcoólica e infusões de tabaco. Aparentemente esses rituais visavam a induzir transe catatônicos nos participantes.¹³⁵

Apesar da influência católica em meio às tradições indígenas, esse movimento teve por base os líderes ex-escravizados, nesse caso, os pajés e xamãs, que teriam tido influência nas aldeias jesuíticas. Esse movimento passou a se manter durante 67 anos e também foi descrito em relação aos colonos, sendo, mais tarde, utilizado pelos africanos. Mesmo com a repressão de 1560:

Os registros históricos desse culto, extremamente fragmentários, indicam que durante todo o período de 1560 a 1627 a santidade sobreviveu no sul da Bahia como um movimento religioso sincrético, no qual inicialmente índios e mais tarde africanos ou crioulos fugidos uniam-se em operações militares contra povoados habitados por portugueses e especialmente contra as plantações de cana-de-açúcar e os engenhos do sul do Recôncavo.¹³⁶

Muitas mulheres indígenas trabalhavam nas lavouras de cana de açúcar, mas não eram consideradas como detentoras de grandes habilidades para a fabricação do açúcar. Sua participação era de grande protagonismo dentro das lavouras de subsistência, e elas sofreram os mesmos maus tratos e atrocidades da escravidão. No cativeiro do Engenho de Sergipe, cerca de dois terços das mulheres eram indígenas escravizadas para a produção:

Assim, as mulheres constituíram-se em uma categoria onipresente mas não particularmente especializada nas operações elementares do engenho. Algumas indicações sugerem o reconhecimento no Engenho Sergipe do papel tradicional da mulher nativa na agricultura de subsistência: uma roça era mantida separadamente para suprir as necessidades alimentares do engenho; cinquenta escravos foram designados para trabalhar na roça, dois terços dos quais eram mulheres – proporção muito diversa da razão entre sexos encontrada para a população total do engenho. Isso implica que reconheciam o papel das mulheres nativas em certos tipos de agricultura.¹³⁷

¹³⁵ SCHWARTZ, 1988, loco citato.

¹³⁶ Ibidem, p. 55.

¹³⁷ SCHWARTZ, 1988, p. 63.

No século XVII, nas primeiras décadas, a incidência de escravizados vindos da África era maior, seguindo-se os parâmetros já utilizados nas Ilhas Atlânticas, como descrevemos anteriormente, nas primeiras experiências portuguesas e italianas naquelas regiões, no mesmo tipo de produção de cana de açúcar, com alguns ajustamentos devido às novas realidades do Novo Mundo. Em pleno desenvolvimento da produção açucareira e com as exportações em alta:

A transição para uma força de trabalho africana foi efetuada nas primeiras duas décadas do século XVII, época em que a indústria açucareira experimentava rápida expansão e considerável desenvolvimento interno devido aos altos preços internacionais do açúcar, do crescimento do mercado europeu e, talvez da paz nos mares com a trégua dos doze anos entre Espanha e Holanda (1609-21). Uma comparação das posições dos escravos indígenas e africanos pode auxiliar a esclarecer porque ocorreu a transição para o braço africano.¹³⁸

Essa transição, segundo Schwartz, deve-se às especialidades dos africanos em trabalhar, desde muito tempo, dentro de sua cultura com materiais feitos de ferro, por conseguirem ser mais habilidosos do que os indígenas em determinados trabalhos, como “mestres de açúcar, purgadores, ajudantes de purgador, ferreiros caldeireiros e caixeiros”¹³⁹. Já os indígenas ficavam com as atividades mais rudimentares, o que nos leva a dizer que eles não queriam ir contra suas tradições e que os tipos de trabalhos impostos estavam longe de seu aspecto cultural. Contudo, isso não quer dizer que os negros aceitavam facilmente, mas que, suas tradições apresentavam semelhanças às tradições europeias:

Esses conhecimentos e a familiaridade com a agricultura de longo prazo tornava-os mais valiosos para os portugueses na escravidão específica do açúcar. Os africanos sem dúvida não eram mais ‘predispostos’ ao cativeiro que os índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos do europeu.¹⁴⁰

Essa ideia de que os povos indígenas não dominavam bem as diferentes formas de produção é algo a se questionar, pois, quando da produção de alimentos, eles passaram a utilizar as ferramentas de ferro para essa produção, conseguindo excedentes que abasteciam os europeus, além de manusear as armas de fogo nos confrontos. Para mais, em parcelas menores, alguns indígenas começaram a aprender certos ofícios. Esse aspecto de adaptação às realidades produtivas nos parece algo mais de desprezo dos colonos em relação aos povos indígenas, em razão de conflitos, de resistência e de problemas administrativos causados:

¹³⁸ Ibidem, p. 68.

¹³⁹ Ibidem, p. 69.

¹⁴⁰ SCHWARTZ, 1988, p. 70.

Certamente a disponibilidade de mercado, os padrões demográficos, as oportunidades de fuga e resistência (custos administrativos) e os preconceitos europeus estavam nesses cálculos. Não obstante, apesar das implicações racistas de argumentos sobre a adaptabilidade relativa de um povo ao trabalho nos trópicos em relação a outro, a semelhança de opiniões em todos os regimes escravistas no Novo Mundo indica que havia uma vantagem comparativa, especialmente no período de formação da força de trabalho cativa, em usar africanos em vez de indígenas, e que essa vantagem era baseada na produtividade em termos de retorno de investimento.¹⁴¹

As fugas dos indígenas das fazendas, de forma individual e até mesmo coletiva, já eram mais raras e também foram critérios de resistência e menor aceitação de sua mão de obra, mas também poderiam ser sinônimo de sua manutenção como escravizados por maior tempo, pois, quando eram pegos, o cuidado para manter no cativeiro esse fugitivo era dobrado:

Se os casos de revoltas coletivas foram relativamente raros, a fuga e o absenteísmo dos cativos manifestaram-se com grande frequência ao longo do período em que vigorava a escravidão indígena. Para muitos especialistas, a fuga representa a forma bem caracterizada da resistência ao sistema escravista; paradoxalmente, porém, ela também indicava um grau de integração bastante avançado.¹⁴²

Segundo Luiz Felipe Alencastro, em seu livro *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, obra que demonstra com clareza e determina também a transição do sistema de mão de obra no Brasil, as relações entre os povos africanos e o sistema de escravização europeu utilizado na África moldaram a forma como a “substituição” da mão de obra cativa aconteceu no Brasil, mesmo não dando certo. Pelo sistema de redes de tráfico ultramarinas, a dinâmica seria através das guerras internas africanas e a troca de cativos por meio do escambo com os europeus, o sistema que foi sendo cada vez mais aperfeiçoado, com melhorias na navegação e também construção portuária de escoamento do tráfico negreiro:

O fato é que nenhuma comunidade indígena se firmou no horizonte da América Portuguesa como fornecedora regular de cativos aos moradores. Como escrevem os autores de um incisivo estudo sobre a questão, a guerra tupinambá, fundada essencialmente na vingança – na morte do inimigo –, não se enquadrava num processo de reprodução social mais amplo. Para converter os indígenas em fornecedores de escravos, carecia transformar sociedades de coleta e de caça em sociedades predadoras de homens. No Continente Negro, o processo histórico tomou outro rumo. Houve, como se apontou a respeito dos Ovimbundos de Benguela, comunidades africanas que repeliram o tráfico de escravos. No entanto, na virada dos Quinhentos, emergem na África Ocidental e Central indígenas – verdadeiros reinos negreiros – estruturados em torno do comércio entre o interior e o litoral. Vizinho a Luanda, o reino do Dongo desabou sob os reides predadores europeus. Não obstante, no sertão angolano, suficientemente perto para fazer o escambo com os portos de trato mas bastante longe de evitar os ataques dos portugueses, os reinos de Matamba e de Caçanje se fortaleceram com o trato atlântico de escravos ao longo do século XVII.¹⁴³

¹⁴¹ SCHWARTZ, 1988, p. 70-72.

¹⁴² MONTEIRO, 1994, p. 181.

¹⁴³ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. p. 118-119

As doenças também são um dos fatores primordiais como já dissemos antes, pois elas se alastravam muito mais entre os povos indígenas do que entre os africanos. Ademais, a questão cultural africana parecida com a europeia, a dizimação em massa das populações indígenas, a resistência nas guerras, as fugas constantes dos cativos, a busca de suas tradições, costumes espirituais, a dinâmica de experiências anteriores nas Ilhas Atlânticas Africanas e, posteriormente, com as guerras incitadas pela troca de escravos africanos em forma de escambos foram cada vez mais inserindo a escravidão dos povos africanos. Essa é uma ótima discussão a ser comentada e colocada dentro dos livros didáticos do ensino fundamental II, trazendo uma nova imagem da escravidão indígena, pelo viés da resistência e não do vitimismo, um viés do protagonismo, de sua influência nas lutas contra os tiranos, contra os invasores e saqueadores de seu território, os selvagens civilizadores. Para mais, é preciso demonstrar também que a cana de açúcar não era o único modo de produção brasileiro, mas sim a escravização dos povos africanos, as redes de tráfico e exploração de mão de obra africana, um dos mais lucrativos comércios e mais assustadores no Brasil, que foi o maior polo mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudar o enfoque da abordagem histórica dos povos indígenas no ensino fundamental é, afinal, nosso propósito fundamental, a partir do qual estruturamos nosso trabalho. O conceito de *resistência*, aplicado às diversas atitudes tomadas por povos indígenas durante o século XVI, pode ser um exemplo importante para mudar a análise retroativa da trajetória histórica dos diversos povos indígenas em nosso país. Usado aqui de modo aglutinador, o conceito de resistência nos permite vislumbrar, em diversos momentos e em contextos históricos diferentes, elementos que nos podem esclarecer a conduta ético-política dos indígenas em situações distintas, sem cair na já comum *dicotomia dominante/dominado*, critério que fundamenta ainda hoje uma leitura que está de mãos dadas com o eurocentrismo.

Além de trabalhar a resistência indígena nos contextos escolares e nas possibilidades de composição dos livros didáticos na época da colonização de povoamento do século XVI, tivemos em pensamento trazer um assunto que está muito em voga neste momento. Trata-se da Pandemia de Covid-19, que se alastrou pelo mundo e, como não foi diferente, chegou às aldeias dos povos indígenas do Brasil. Esse também é mais um dos assuntos atuais que precisam ser contextualizados na história, que podem e devem estar presentes nos livros didáticos do ensino fundamental II. Assunto pelo qual devemos discutir em sala de aula. Além desse aspecto, é preciso trazer realidades que vão além dos contextos de demonstrar a cultura indígena e sua alimentação, mas disponibilizar suas dificuldades em resistir contra os múltiplos problemas enfrentados, como já demonstramos anteriormente, sua luta por manutenção das reservas indígenas contra garimpeiros, pela não destruição das florestas e da natureza em geral, contra madeireiros e invasores de reservas indígenas.

Um trabalho sobre a Covid-19 foi desenvolvido por uma revista indígena, com diversos autores indígenas de artigos e entrevistas, em novembro no ano de 2020. Essa revista reuniu uma série de artigos, aos quais vamos nos ater para evidenciar uma pequena discussão sobre a temática. O nome dessa revista é *Vukápanavo: Revista Terena*, e sua organização e edição foram feitas por uma equipe do povo Terena em parceria com a APIB-Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Segundo os responsáveis pela apresentação da revista, Braulina Baniwa, Felipe Cruz Tuxá e Luiz Eloy Terena, ela tem as seguintes características:

se insere entre atos de resistência política acionada pelos povos indígenas neste contexto de pandemia. Mais do que uma atitude acadêmica, é uma postura política encabeçada por pesquisadores e pesquisadoras indígenas que, se valendo do

instrumento de demarcar espaço no mundo acadêmico com a escrita, onde se busca imprimir prática política estritamente aliada ao movimento indígena.¹⁴⁴

A região do Mato Grosso do Sul é o local da edição da revista, mas existem textos de diferentes povos brasileiros e também dos países vizinhos da América do Sul, como da Colômbia. Esse material é tão interessante, pois por meio dele podemos ter um panorama de diversas aldeias do Brasil, de diferentes estados, sob um olhar, estritamente, dos povos indígenas, que demonstram sua organização política e acadêmica na luta pelos seus direitos sobre a constante invasão que atravessam desde o século XVI.

Segundo os apresentadores, a revista conduz a um viés que vai além “do campo epidêmico-biológico, como também no que concerne às políticas sociais de cuidados, a prevenção e atenção à saúde dos povos indígenas”¹⁴⁵. Além dessa discussão sobre a pandemia, também se discute sobre a luta desses povos para se incluírem dentro das universidades, declarando a importância da lei de cotas nesse sentido e no contexto de resistência pelas lutas políticas e, principalmente, um diferencial dos povos indígenas no sentido de enfrentamento desse problema mundial de saúde:

Como consequência direta das políticas afirmativas que marcam a última década, como a Lei de Cotas de 2012, o contingente de indígenas com formação acadêmica tem sido crucial no enfrentamento à pandemia. Estamos falando de pelo menos 60.000 estudantes indígenas e centenas de egressos que contribuíram a partir de suas expertises acadêmicas e profissionais em esforços voltados para conter o avanço da pandemia. São médicos, enfermeiros, agentes de saúde e nutricionistas indígenas cujas atuações foram cruciais nesse momento através da proposição de práticas de cuidado interculturais que colocassem os avanços da medicina ocidental em diálogo com as concepções tradicionais de doença e de cura de cada povo, pautando o isolamento social em termos culturalmente apropriados à realidade cultural.¹⁴⁶

Além desse contexto interno pelo qual se organizam para a não propagação do vírus, existem também os profissionais que se pautam nas relações sociais e políticas, nos diferentes eixos de comunicação, através das redes sociais e organização de direitos pela lei:

São também advogados, cientistas sociais, e profissionais de comunicação que somaram esforços ao movimento indígena em uma incansável disputa nas arenas das políticas interétnicas por planos de ação governamentais de enfrentamento à covid-19, dando visibilidade à luta indígena nas redes sociais e demais plataformas de comunicação.¹⁴⁷

¹⁴⁴ BANIWA, Brasulina; TUXÁ, Felipe Cruz; TERENA, Luiz Eloy. **Vukápanavo**: Revista Terena, n. 3, out./nov. 2020. p. 7

¹⁴⁵ VUKÁPANA VO, 2020, p. 7.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 8.

¹⁴⁷ VUKÁPANA VO, 2020, loco citato.

Uma busca pela autonomia indígena está sendo demonstrada por meio de adequação às realidades do mundo científico e tecnológico no sentido de alcançar melhores condições de discussão política por suas causas e direitos estabelecidos. Contudo, como sabemos, vivemos em um estado de exceção, com um governo irresponsável e negacionista, o qual, na atual conjuntura política e sanitária, nos fez chegar a quase 450.000 mortos em todo o período da pandemia. À vista disso, uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) está sendo instaurada para verificar se houve ou não omissão do Governo Federal ao disponibilizar verbas para o enfrentamento da doença e também pelo colapso no Sistema Único de Saúde SUS no estado do Amazonas no começo de 2021:

O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, leu nesta terça-feira (13) o requerimento de criação da CPI da covid. Apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o documento estipula que essa comissão parlamentar de inquérito investigará ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.¹⁴⁸

Além dessa CPI, por meio da qual o governo do senhor Jair Messias Bolsonaro está sendo investigado, ainda existem inúmeros pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara Federal e também no Senado Federal. Entre esses, um está justamente relacionado aos povos indígenas e suas ações sobre o combate à pandemia junto às aldeias brasileiras. Além da pandemia, o pedido também insere “o desmonte de órgãos públicos de proteção indígena, como Funai, Ibama e ICMbio. A frente parlamentar indigenista é responsável por protocolar o pedido:

Entidades indigenistas e parlamentares da oposição também assinam o documento em que identificam um ‘teatro de absurdos sem fim’ no comando da presidência da república. O texto aponta uma série de ações e omissões do governo federal que, segundo os autores do pedido, estariam levando ao ‘genocídio’ das populações originais. O pedido de impeachment cita relação entre ‘desmonte’ dos órgãos públicos e a invasão de terras indígenas – como a dos Yanomami, em Roraima -, o assassinato de lideranças e a disseminação de covid-19 entre os indígenas.¹⁴⁹

Dentro desse contexto de pandemia e do governo negacionista, diversas foram as ações às quais os povos indígenas tiveram que se adaptar. Além dos problemas enfrentados com a pandemia, a invasão por garimpeiros às terras indígenas em diversos estados do país está sendo cada vez mais frequentes. Já citamos anteriormente que essas invasões acontecem há décadas, o que nos remete às mobilizações dos povos indígenas no combate e preservação das aldeias e territórios. Em um artigo produzido para essa revista, três autores indígenas se reuniram para

¹⁴⁸ CASTRO, Augusto. **CPI da Covid é criada pelo Senado**. 13 abr. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em: 5 maio 2021.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, José Carlos. Frente Parlamentar Indígena pede impeachment de Bolsonaro. **Rádio Câmara**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/724650-frente-parlamentar-indigena-pede-impeachment-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

organizar o trabalho de tema: “Mortes, Invasões e Garimpo em Terras Indígenas no Estado de Roraima: entre mobilizações étnicas e conflitos sociais”. O primeiro citado na autoria do recente trabalho é Eriki Aleixo, Indígena Wapichana, doutorando em Antropologia Social no PPGAS/UFAM, membro da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. A segunda autora é Ariene dos Santos Lima, também indígena do povo Wapichana, mestranda em Comunicação Social no PPGCOM/UFRR. E o terceiro autor é Ivo Cípio Aureliano, indígena Macuxi, advogado, assessor jurídico do CIR, especialista em direito público com ênfase constitucional pelo Instituto Verbo Jurídico/RS e membro da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Conselho Federal da OAB. Aqui demonstramos as lideranças indígenas, sua união pela causa dos povos originários e sua busca pela autonomia nas discussões e lutas pela resistência e possibilidades de melhorias legislativas e de postura governamental. Nesse trabalho, eles denunciam a quantidade de pessoas vítimas da Covid-19 e a forma como as terras estão sendo invadidas pelos garimpeiros e por empresários que se intitulam donos de áreas indígenas:

Além do número de indígenas vítimas da covid-19 na região aumentar a cada dia contabilizando 92 (noventa e dois) óbitos até o dia 09 de novembro de 2020 (CIR/COIAB, 2020), registramos ainda invasões de terras indígenas tanto por garimpeiros em busca de minérios (o caso das terras indígenas Yanomami e Raposa/Serra do Sol) como também empresários que passaram a se autointitular donos de determinadas áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades.¹⁵⁰

Um outro problema que acontece nitidamente e que vimos ao longo do ano de 2020 é o desmatamento na Amazônia, que esteve aos níveis mais altos da história nesse atual governo. De acordo com um jornal informativo da Universidade de São Paulo (USP):

A destruição da floresta amazônica segue em ritmo acelerado no Brasil. Dados de monitoramento por satélite divulgados nesta sexta, dia 7, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou 34% nos últimos 12 meses, em comparação com o mesmo período do ano anterior. É a segunda alta consecutiva nos primeiros dois anos de gestão do presidente Jair Bolsonaro. A comparação refere-se ao período de agosto de 2019 a julho de 2020, que é o calendário oficial de monitoramento da Amazônia, usado pelo Inpe para calcular as taxas anuais de desmatamento. Mais de 9,2 mil quilômetros quadrados (km²) de floresta foram derrubados nesses 12 meses (uma área equivalente a seis vezes o tamanho do município de São Paulo), comparado a 6,8 mil km² no período

¹⁵⁰ ALEIXO, Eriki; LIMA, Ariene dos Santos; AURELIANO, Ivo Cípio. Mortes, invasões e garimpo em terras Indígenas no estado de Roraima: entre mobilizações étnicas e conflitos sociais. **Vukápanavo**: Revista Terena, n. 3, Out./Nov. 2020. p. 14

de agosto de 2018 a julho de 2019, que já trouxe um aumento de 50% em relação ao ano anterior.¹⁵¹

Segundo os autores, duas leis estão ainda em forma de projeto e, de acordo com o site da Câmara Legislativa Federal, em estudo para regulamentação. De acordo com eles, isso abre precedente tanto para invadir como para desmatar a floresta amazônica. A primeira é a “PL 2633/2020 que objetiva dos títulos definitivos e anistia aos que vivem de invadir terras indígenas e desmatar a floresta amazônica”; e a segunda é a “PL 191/2020 que tem como objetivo legalizar e regularizar a mineração em terras indígenas. Embora as referidas discussões possuam apenas caráter ‘oficiosos’, elas passaram a ter fortes repercussões no que se refere a essas invasões”.¹⁵²

As estratégias para combater essas posses irregulares e os garimpeiros partem de organizações as quais visam defender os direitos dos povos indígenas por eles mesmos, ou por indigenistas, pois, como sabemos e citamos acima, o desmonte, como foi chamado no pedido de impeachment do presidente Bolsonaro, das entidades como a FUNAI e o IBAMA fez com que outras organizações surgissem. A forma de autonomia alcançada pelos próprios indígenas no combate às invasões e essas organizações de defesa são sinônimo de resistência na realidade dos povos de Roraima:

Para conter o rápido aumento dos invasores, as comunidades indígenas têm acionado os Grupos de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas – GPVITI. Essa modalidade de monitoramento e fiscalização dos territórios indígenas tem se tornado essencial para garantir a proteção aos seus territórios diante da inação do atual governo em garantir a proteção dos povos indígenas. Dessa forma, buscamos elucidar como que isso tem repercutido em novas formas de controle territorial e nas redefinições de suas territorialidades específicas, bem como uma discussão sobre o exercício da autonomia dos povos indígenas ao criarem ou acionarem seus próprios meios para se protegerem das invasões.¹⁵³

Até o mês de novembro do ano de 2020, as entidades responsáveis pela organização da saúde nas aldeias não haviam feito um plano de ação para combater a Covid-19 nas aldeias, tanto em âmbito nacional quanto estadual, ou seja, a população indígena de todo o estado de Roraima, além de ter que lidar com um quadro de pessoas infectadas, estava jogada, e nesse sentido se determina a palavra “genocídio”:

Observamos ainda que as comunidades estão à mercê da própria sorte, sem nenhum retorno do órgão responsável pela saúde indígena a âmbito nacional Secretaria

¹⁵¹ ESCOBAR, Herton. Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020. **Jornal da USP**, 7 ago. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

¹⁵² ALEIXO; LIMA; AURELIANO, 2020, p. 14.

¹⁵³ ALEIXO; LIMA; AURELIANO, 2020, loco citato.

Especial de Saúde Indígena – SESAI. No Estado de Roraima os Dsei-Leste e Dsei-Yanomami ambos não tem feito o atendimento necessário e não apresentaram o plano emergencial para ajudar as comunidades. Segundo relatos das lideranças indígenas, as medidas de proteção foram feitas por iniciativas próprias e os profissionais não estão sabendo lidar com a situação de indígenas infectados.¹⁵⁴

O Estado comporta uma população de cerca de 100 mil indígenas, entre os povos Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Taurepang, WaiWai, Yekuana, Yanomami, Saporá, Piriti e Wamiri Atroari. Cada território indígena tem sua extensão homologada. A forma utilizada pela população local foi a de adotar medidas de proteção e também fiscalização nas aldeias, já no começo de março de 2020. Essas medidas tomadas para a não propagação do vírus foram o diferencial para começarem a invadir os territórios de forma mais incisiva. Isso porque as atividades de vigilância e monitoramento com auxílio do GPCITI dos territórios é afastavam a maioria dos invasores. Nesse sentido, as invasões que já existiam começaram a se intensificar e segundo os autores, com o auxílio do então projeto de lei 191/2020:

As invasões destas áreas já vinham ocorrendo anteriormente, mas se intensificaram mais ainda mediante ao discurso oficioso do Poder Executivo no ano de 2020 e a partir do envio do Projeto de Lei 191/2020 (projeto que pretende legalizar a mineração em terras indígenas) ao Congresso Nacional no dia 05 de fevereiro de 2020. O agravamento durante a pandemia incentivou ainda mais as invasões.¹⁵⁵

A líder indígena coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara, foi acusada pela FUNAI, órgão que deveria defender os direitos dos povos indígenas do Brasil, e, segundo a revista *Carta Capital*, “a acusação da Funai é que o conteúdo ‘difamaria’ o Governo Federal e suas políticas voltadas aos povos indígenas”. Essa série feita no ano de 2020 é uma forma de demonstrar o enfrentamento dos povos originários do Brasil contra a Covid-19 e também de promover críticas contra o atual Governo Federal, no sentido de ampliar as discussões sobre a legalização da mineração em terras demarcadas, recortes de desmatamento e queimadas na Amazônia. Segundo a própria Sônia, em sua rede social, ela foi chamada a depor na Polícia Federal devido a Web-série *Maracá*: “fui Intimada pela PF, como representante da @apiboficial, para depor em um inquérito por conta da web-série Maracá. A perseguição desse governo é inaceitável e absurda! Eles não nos calarão!”¹⁵⁶.

Esses são alguns dos contextos os quais enfrentam todos os dias as populações originárias do Brasil, fechadas em pequenas porções de terra, aprisionadas pela colonização

¹⁵⁴ Ibidem, p. 15.

¹⁵⁵ ALEIXO; LIMA; AURELIANO, 2020, p. 16.

¹⁵⁶ GALVANI, Gionanna. Sônia Guajajara é intimada a depor na PF após acusação da Funai. *Carta Capital*, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/sonia-guajajara-e-intimada-a-depor-na-pf-apos-acusacao-da-funai/>>. Acesso em: 1 maio 2021.

desde 1500, ainda assim resistindo contra invasões, preservando a floresta, mobilizando ações, sobrevivendo a genocidas irresponsáveis que carregam consigo o negacionismo e o ódio contra as minorias. Aqui demonstramos um pouco da realidade das aldeias do nosso país, aspectos que devem ser abordados em sala de aula com os alunos, contextualizando não somente com o indígena do cocar que as crianças veem no dia do índio na escola, mas com a importância desses povos na história, sua luta incessante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta. **Parecer sobre a BNCC - Componente Curricular HISTÓRIA**. Departamento de História UFF – Universidade Federal Fluminense.

ALEIXO, Eriki; LIMA, Ariene dos Santos; AURELIANO, Ivo Cípio. Mortes, invasões e garimpo em terras Indígenas no estado de Roraima: entre mobilizações étnicas e conflitos sociais. **Vukápanavo: Revista Terena**, n. 3, Out./Nov. 2020.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Regina Celestino de. O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco. In: _____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 13-28

ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: Apresentação do Dossiê História e Índios. **História Social**, Unicamp, Campinas-SP, n. 25, segundo semestre de 2013.

BANIWA, Brasulina; TUXÁ, Felipe Cruz; TERENA, Luiz Eloy. **Vukápanavo: Revista Terena**, n. 3, out./nov. 2020.

BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e Resistência Indígena na Historiografia da Conquista. **CLIO Revista de Pesquisa Histórica**, v. 14, n. 1, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24922>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BITTENCOURT, Circe F. Histórias das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 231 da Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp>. Acesso em: 5 jan. 2021.

_____. Constituição (1988). **Art. 210 da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_210_.asp>. Acesso m: 24 abr. 2021

_____. Constituição (1988). **Art. 215 da Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_215_.asp#:~:text=O%20Estado%20garantir%C3%A1%20a%20todos,a%20difus%C3%A3o%20das%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.>. Acesso m: 24 abr. 2021

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Lei 9394/96. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021

_____. Lei 10.639/2003 – **Alteração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Universidade da Amazônia. NEAD – Núcleo de Educação a distância. Belém-PA. Disponível em: <www.nead.unama.br>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CASTRO, Augusto. **CPI da Covid é criada pelo Senado**. 13 abr. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em: 5 maio 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, dez./1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Coleção Agenda Brasileira

ESCOBAR, Herton. **Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020. Jornal da USP**, 7 ago. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 29. ed., 1982.

GALVANI, Gionanna. **Sônia Guajajara é intimada a depor na PF após acusação da Funai. Carta Capital**, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/sonia-guajajara-e-intimada-a-depor-na-pf-apos-acusacao-da-funai/>>. Acesso em: 1 maio 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conheça o Brasil: População Indígenas. Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LEITE, S. J. (Pe. Serafim) . **Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega** (Opera Omnia), com introdução e notas históricas e críticas. Acta Universitalis Conimbrigenis. Coimbra. 1955.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 6, n. 24, jan. 1845.

MIRANDA, Sônia Regina; DE LUCA, Tânia Regina de Luca. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, 2004. p. 125

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, 2001.

_____. As 'Castas de Gêntio' na América Portuguesa Quinhentista. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios no Brasil. In: _____. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, agosto de 2001.

_____. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Aarnhagen. **Revista de História**, v. 149n. 2, 2003, p. 109-137.

_____. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni (Organizadores). **A Temática Indígena na Escola**. Novos Subsídios para professores de professores de 1º e 2º Graus. São Paulo, Global Editora, 2004, p.222-229.

_____. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED/UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, José Carlos. Frente Parlamentar Indígena pede impeachment de Bolsonaro. **Rádio Câmara**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/724650-frente-parlamentar-indigena-pede-impeachment-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PF faz operação de combate ao garimpo na Terra dos Yanomami, em Roraima. **Jornalismo TV Cultura**. [Youtube] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gDP1-z3SFdE>>. Acesso em: 2 mar. 2021

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os Tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015.

SCWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos** – Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1988.

STADEN, Hans. Ca. 1525-ca.1576. A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, (1548-1555). 1. ed. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Dantes, 1998; 190 p.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 393 p.

ANEXOS

SE NACIONAL
MUM CURRICULAR

HISTÓRIA – 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
História: tempo, espaço e formas de registos	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	
	Formas de registo da história e da produção do conhecimento histórico	
	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)	
	Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais	
	O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma	
Lógicas de organização política	As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma <ul style="list-style-type: none"> • Domínios e expansão das culturas grega e romana • Significados do conceito de "império" e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras ou aldeias	
	A passagem do mundo antigo para o mundo medieval A fragmentação do poder político na Idade Média	
	O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio	
Trabalho e formas de organização social e cultural	Senhores e servos no mundo antigo e no medieval Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África) Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval	
	O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média	
	O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval	



HABILIDADES	
	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).
	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.
	(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação. (EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano. (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. (EF06HI06) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano.
	(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades. (EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.
	(EF06HI09) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas.
	(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais. (EF06HI11) Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano. (EF06HI12) Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas. (EF06HI13) Conceituar "império" no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.
	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.
	(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.
	(EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos. (EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.
	(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.
	(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.

HISTÓRIA – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias	A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno
	Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial
Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo	Humanismos: uma nova visão de ser humano e de mundo Renascimentos artísticos e culturais
	Reformas religiosas: a cristandade fragmentada
	As descobertas científicas e a expansão marítima
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano	A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa
	A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação
	A estruturação dos vice-reinos nas Américas Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa
Lógicas comerciais e mercantis da modernidade	As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Oriental
	As lógicas internas das sociedades africanas As formas de organização das sociedades ameríndias A escravidão moderna e o tráfico de escravizados
	A emergência do capitalismo

HABILIDADES	
	<p>(EF07HI01) Explicar o significado de "modernidade" e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.</p> <p>(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.</p>
	<p>(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.</p>
	<p>(EF07HI04) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados.</p>
	<p>(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.</p>
	<p>(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI.</p>
	<p>(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política.</p>
	<p>(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.</p> <p>(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.</p>
	<p>(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.</p> <p>(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.</p> <p>(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).</p>
	<p>(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.</p> <p>(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.</p>
	<p>(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.</p> <p>(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.</p>
	<p>(EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.</p>